

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

ALINE DAIANE DINIZ FERREIRA

**AS MULHERES E O CASAMENTO NA COLUNA “DA MULHER PARA A
MULHER”: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS LEGISLAÇÕES E DA
REVISTA *O CRUZEIRO* EM 1962.**

UBERLÂNDIA
2024

ALINE DAIANE DINIZ FERREIRA

**AS MULHERES E O CASAMENTO NA COLUNA “DA MULHER PARA A
MULHER”: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS LEGISLAÇÕES E DA
REVISTA *O CRUZEIRO* EM 1962.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

UBERLÂNDIA
2024

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALINE DAIANE DINIZ FERREIRA

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Orientador)

Prof.^a Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira

Prof.^a Dra. Mara Regina do Nascimento

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br

**ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 19, PPGHI				
Data:	Treze de dezembro de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:10
Matrícula do Discente:	12212HIS001				
Nome do Discente:	Aline Daiane Diniz Ferreira				
Título do Trabalho:	As mulheres e o casamento na coluna "da mulher para a mulher": uma análise a partir das legislações e da revista O Cruzeiro em 1962				
Área de concentração:	História, Cultura e Poder				
Linha de pesquisa:	Territorialidades, Cultura e Poder				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Ciência, saberes e territórios				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores doutores: [Mara Regina do Nascimento / UFSM](#); [Jorgetânia da Silva Ferreira / INHIS/UFU](#); [Jean Luiz Neves Abreu](#) orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Jean Luiz Neves Abreu, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

[Aprovada.](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Mestre](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Luiz Neves Abreu, Presidente**, em 13/12/2024, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorgetania da Silva Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 13/12/2024, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mara Regina do Nascimento, Usuário Externo**, em 13/12/2024, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5935066** e o código CRC **56E872E2**.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F383m Ferreira, Aline Daiane Diniz, 1991-
2024 As mulheres e o casamento na coluna “Da Mulher para a Mulher”
[recurso eletrônico] : uma análise a partir das legislações e da revista *O*
Cruzeiro em 1962 / Aline Daiane Diniz Ferreira. - 2024.

Orientador: Jean Luiz Neves Abreu.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5023>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. I. Abreu, Jean Luiz Neves, 1973-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
História. III. Título.

CDU: 930

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408

Dedico este trabalho a todas as mulheres mães, pesquisadoras. O mundo, inclusive o acadêmico, ainda não está preparado para acolher as nossas demandas; mas nós não vamos deixar de ocupar nossos espaços.

AGRADECIMENTOS

A jornada desses quase 3 anos de mestrado foi fundamental para uma reconexão comigo mesma e para entender aqueles que estão à minha volta. Este trabalho só foi possível porque muitas pessoas acreditaram em mim, muitas vezes, mais do que eu mesma. Pessoas que renunciaram a lazes e compromissos para serem rede de apoio.

Agradeço primeiramente a Deus. O meu Deus que ama as mulheres. Um Deus que não é representado pela misoginia e sexismo justificados em nome Dele.

Agradeço à Maria. Minha querida mãe espiritual. Exemplo de força e resistência e que está sempre comigo. Ela é minha inspiração de poder, a partir do que foi, e não a partir do que querem construir através da sua imagem. Maria é resistência. Maria é mulher que me representa.

Agradeço ao meu “núcleo” Alessandra, Luana e Ângela, sem vocês eu não teria conseguido. De um copo de água durante longas horas de escritas aos cuidados com o Benjamin para que eu pudesse pesquisar e escrever. Que sorte a minha ter vocês. Muito obrigada.

Agradeço ao meu esposo Luiz Henrique, que se jogou de corpo e alma comigo nessa aventura. Desde a inscrição, longas horas dentro de arquivos, consultorias tecnológicas e espera. Seu companheirismo, dedicação à nossa família e incentivo me fazem muito feliz; especialmente por enxergar em você o oposto dos comportamentos machistas que busco combater nesta pesquisa. Que alegria ter você ao meu lado. Te amo.

Aos meus filhos Benjamin e “nosso bebê”, que vivenciaram minhas ausências, mesmo estando em casa. Que são meus motivos, meus amores e por quem eu busco ser uma pessoa melhor. A mamãe ama muito vocês!

Agradeço à professora Maria Elizabeth, pela leitura tão atenta e apontamentos fundamentais na Qualificação. A força da sua fala e generosidade na partilha do seu conhecimento me emocionam.

Agradeço à professora Jorgetânia, um dos encontros mais importantes da minha vida. Ser sua aluna transformou a minha história e até hoje eu sigo aprendendo com você. Um conhecimento que rompe os muros da Universidade e eleva todas, todos e todxs. Muito obrigada pela sua leitura e apontamentos na Qualificação e por mostrar o caminho. Obrigada por aceitar fazer parte da banca de defesa. A forma com que você ensina é incrível. É difícil traduzir em palavras a admiração que eu sinto por você. Muito obrigada.

Agradeço à professora Mara Regina por ter aceitado o convite para a banca e pela leitura do trabalho. Quando soube que estaria na banca de defesa meu coração se encheu de alegria. Lembrei-me de um comentário que deixou em uma resenha que apresentei em uma das disciplinas que cursei com ela no início da graduação: “Achei muito interessante esse ponto de vista que você apresentou, parabéns pela análise(...)”. Esta fala me deu incentivo para continuar no curso de História. Saiba que é uma das responsáveis por eu seguir estudando, pois eu acreditei que era capaz de elaborar ideias “interessantes” a partir da sua correção. Muito obrigada.

Agradeço ao meu orientador, professor Jean, por não soltar a minha mão e sempre me incentivar e acreditar que seria possível. Obrigada por se desdobrar para ler o trabalho dentro de prazos tão curtos e por facilitar tantos desafios ao longo dessa jornada.

Agradeço à Karen Garcia, Jurema Belina, Mayara Cristina, José Neto e Stéfany Rodrigues, amigos de todas as horas, que perto ou distante foram meu suporte, meu ombro amigo e me deram forças para seguir.

Agradeço à Flávia, amiga de mestrado, que foi minha companhia nessa estrada solitária da escrita. Sua amizade foi um dos maiores presentes do mestrado.

Agradeço aos meus “anjos” Débora Albuquerque e Gabriel Rodrigues, que cuidaram da saúde do meu corpo e da minha alma, para que eu tivesse condições físicas e emocionais de concluir esta etapa.

Agradeço a todas as mulheres que vieram antes de mim.

Agradeço a todas as pesquisadoras que referenciam essa pesquisa.

Agradeço a todas e todos que não citei o nome, mas que estiveram comigo durante toda a jornada, tornando esse momento possível. Amo cada um de vocês.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise e escrita da História das Mulheres através da ideia de casamento difundida a partir do Código Civil de 1916, Estatuto da Mulher Casada de 1962 e a coluna “Da mulher para a mulher” na revista *O Cruzeiro* em 1962. Ao longo do trabalho buscamos recuperar as implicações do casamento na vida das mulheres e os processos de construção dos dispositivos que reforçavam certos padrões coloniais a respeito da mulher solteira e da mulher casada no ano de 1962. A partir de uma análise do discurso presente nas leis e na revista, bem como uma abordagem semiótica, desprendemos diversos movimentos femininos, colocando em pauta a centralidade e poder das mulheres na sociedade. Ao escolhermos o ano de 1962 como recorte para a análise da coluna “Da Mulher para a mulher” identificamos diversos movimentos que indicavam o combate aos direitos femininos e a tentativa de construção de uma imagem “ideal” de mulher solteira e mulher casada “ideal”, pensando que as mulheres solteiras deveriam ser educadas para o casamento. Nesse sentido, as crônicas semanais e propagandas estavam alinhadas aos preceitos patriarcais, trabalhando para construir e reforçar uma ideia de superioridade masculina e inferioridade feminina, baseadas na ideia de “ordem natural”. Concomitantemente, desprendemos também a movimentação das mulheres em torno dessa construção. Nada estava sendo posto e aceito passivamente. Tanto as leis quanto a redação do periódico são resultados das inquietações e lutas das mulheres, dentro e fora de casa. A pesquisa aponta também para a necessidade da escrita da História das Mulheres a partir de uma interseccionalidade de gênero, sendo que é recente essa abordagem e o maior número de trabalhos historiográficos possuem uma narrativa baseada na ação masculina. Sendo as mulheres participantes ativas em todos os processos sociais, legislativos, culturais, a pesquisa aponta a necessidade de enxergar esses movimentos, ora apagados, para que a análise histórica não seja reduzida a uma visão androcêntrica.

PALAVRAS-CHAVE: Casamento; Mulheres casadas; *O Cruzeiro*; “Da mulher para a Mulher”; representação; 1962.

ABSTRACT

This research presents an analysis and writing of the History of Women through the idea of marriage spread from the Civil Code of 1916, the Statute of Married Women of 1962 and the column “From woman to woman” in the magazine *O Cruzeiro* in 1962. Throughout the work we seek to recover the implications of marriage on women's lives and the processes of construction of devices that reinforced certain colonial standards regarding single women and married women in 1962. Based on an analysis of the discourse present in the laws and in the magazine, as well as a semiotic approach, we uncover several female movements and put the centrality and power of women in society on the agenda. When we chose the year 1962 as a cutoff for the analysis of the column “From Woman to Woman”, we identified several movements that indicated the fight against female rights and the attempt to construct an image of a single woman and an “ideal” married woman, thinking that single women should be educated for marriage. In this sense, the weekly chronicles and advertisements were aligned with patriarchal precepts, working to build and reinforce an idea of male superiority and male inferiority, based on a natural order. At the same time, we also highlighted the movement of women around this construction. Nothing was being posited and accepted passively. Both the laws and the writing of the periodical are the result of women's concerns and struggles, inside and outside the home. The research also points to the need to write Women's History from a gender intersectionality, as this approach is recent, and the largest number of historiographical works have a narrative based on male action. As women are active participants in all social, legislative and cultural processes, the research highlights the need to see these movements, which are now erased, so that historical analysis is not reduced to an androcentric vision.

KEYWORDS: Marriage; Married women; The Cruise; “From woman to woman”; representation; 1962.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Gráfico com temas e frequência das colunas “Da Mulher para a Mulher” em 1962.....	62
Figura 2 O Cruzeiro 18 de novembro 1962, ano 35, p.82	63
Figura 3 Capa O Cruzeiro – 10 de fevereiro de 1962, ano 34	67
Figura 4 Capa O Cruzeiro – 21 de abril de 1962, ano 34.....	68
Figura 5 Capa O Cruzeiro, 24 de novembro de 1962, ano 35	72
Figura 6 Capa O Cruzeiro, 19 de maio de 1962, ano 34.....	73
Figura 7 O Cruzeiro - Educação e vida doméstica - 11 de novembro de 1962, ano 35.....	74
Figura 8 O Cruzeiro, -Nem só de pão vive o homem - 25 de agosto de 1962, ano 34, pág. 56	74
Figura 9 O Cruzeiro - Profissão mal compreendida – 30 de junho de 1962, ano 34, pág. 82	75
Figura 10 O Cruzeiro - Coluna “Da Mulher para a Mulher” 15 de dezembro 1962, ano 35, p. 112.....	76
Figura 11 O Cruzeiro - Publicidade 22 de setembro de 1962, ano 35, p. 91.....	77
Figura 12 O Cruzeiro 25 de agosto de 1962, ano 34, p. 56.....	78
Figura 13 O Cruzeiro - Publicidade 11 de agosto de 1962, ano 35, p. 75	78
Figura 14 O Cruzeiro, 17 de novembro de 1962, ano 35, página 90.....	79
Figura 15, O Cruzeiro, 15 de setembro de 1962, ano 34, p.56	79
Figura 16 Compilado de anúncios da revista O Cruzeiro em 1962	80
Figura 17 A esposa ideal –O Cruzeiro, 3 de março de 1962, ano 34.....	91
Figura 18 Capa de O Cruzeiro, 03 de março de 1962, ano 34.....	92
Figura 19 O Cruzeiro - 09 de junho de 1962, ano 34 p. 64	98
Figura 20 O Cruzeiro, 13 de janeiro de 1962, ano 34, p.62.....	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I-MULHERES E O CASAMENTO	21
1.1 As implicações do casamento na vida das mulheres no século XX (1916-1962)	21
1.2- O Estatuto da mulher casada.....	39
A REVISTA O CRUZEIRO E A COLUNA “DA MULHER PARA A MULHER”	47
2.1 – A modernidade se veste de passado: As vertentes políticas na revista <i>O Cruzeiro</i>.....	47
2.2 As especificidades da coluna “Da Mulher para a Mulher”	59
III-DISCURSO NA BANCA: MULHERES, POLÍTICA E IMPRENSA	83
3.1- Representações, discursos e resistência.....	83
3.2 A pedagogia do casamento	94
3.3 – Redefinindo a rota.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
BIBLIOGRAFIA	123
ANEXOS	129

INTRODUÇÃO

Peço licença a você, leitora ou leitor, para utilizar certa informalidade para iniciar a escrita deste trabalho. Mas não se prenda a esse detalhe para classificar o estudo que seguirá; este início, que quebra alguns padrões metodológicos da escrita acadêmica, se faz necessário para que possamos nos aproximar, ou não, e assim trilharmos caminhos mais expansivos ao longo da leitura do trabalho realizado, este que tem por base todo o rigor metodológico e observações pertinentes aos trabalhos da historiadora e do historiador.

A pesquisa histórica que trata da vida das mulheres sempre figurou como a maior motivação para o desenvolvimento desse trabalho. Muitas vezes, as inspirações pessoais permeiam de tal maneira as leituras, que acaba se tornando um trabalho árduo, separar a militância dos procedimentos necessários para a escrita de um texto acadêmico. Não que as questões das militâncias não sejam validáveis, mas o calor da discussão fora dos textos científicos aponta para caminhos que não necessitam das verificações, métodos e dos diversos afastamentos na elaboração do trabalho. Dessa forma, os estudos que a graduação em História fornece, vem à tona para que tal pesquisa seja possível, assim como o grande corpus documental produzido por historiadoras, a fim de trazer para a cena a História das Mulheres.

Neste trabalho você poderá encontrar referenciais e contextualizações que inflamam a militância por dias melhores, uma vez que o que temos aqui são resultados de diversos questionamentos, buscas e análises históricas que refletem na vida pessoal de quem o faz e provavelmente na vida de mulheres que o ler também.

Então, aqui fica o convite para que os leitores, principalmente as mulheres, sobretudo as casadas, percebam nas linhas e entrelinhas os percursos que nos trouxeram até aqui. Que vocês possam, assim como eu, apreender as marcas históricas refletidas no labor atual. Que você possa se valer desse trabalho para acender ou alimentar a chama da luta pelos direitos das mulheres, bem como o questionamento e verificação se o seu papel ou lugar que ocupa, reflete com fidedignidade a sua verdadeira identidade.¹

¹ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008 (cap. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede, p. 20-68).

A história das mulheres no Brasil é permeada por cerceamentos de direitos e ao mesmo tempo, por diversos movimentos femininos, ora mais expoentes, ora mais retraídos, mas sempre presentes, na luta pela efetivação dos direitos das mulheres e abolição das condutas e culturas patriarcais vigentes no país.² Nessa cultura androcêntrica, baseada na divisão sexual das atividades, onde feminino é entendido como inferior ao masculino, a história das mulheres vem sendo contada a partir do prisma da dominação, retratando as mulheres como dominadas.

Toda essa construção da representação em torno da mulher se arrasta há vários séculos no mundo, encontrando meios de ser difundida no campo cultural e acadêmico, tirando a visibilidade, presença e resistência dos movimentos femininos dos registros históricos ao longo desse período.

Para sanar esse grande erro, podemos contar como o movimento feminista, movimento plural que nos encaminha para reflexões e lutas que tiram a História da ótica, exclusivamente, masculina, abrindo caminhos para pensarmos e escrevermos Histórias e Historiografias das mulheres. Navarro, descreve que:

Os feminismos, graças à sua pluralidade e dinamismo, penetraram as redes discursivas do século XX, desafiando os regimes de verdade que instituem o mundo e suas significações, tais como o corpo biológico (natural) e o papel social (cultural); suas análises ressaltaram os processos e mecanismos que transformam os corpos em feminino e masculino, interpelados pelas práticas de dominação, de assujeitamento ou de resistência. Os feminismos, estas poderosas correntes de contra imaginário, interrogam assim o social e suas instituições, iluminando a incontornável historicidade das relações humanas e dos sistemas de apreensão do mundo.³

² Tal afirmação parte do entendimento do poder como construtor de realidades. A partir das exposições de Margareth Rago acerca de Foucault, feminismos e subjetividades, ampliou-se o campo de visão para compreensão dos movimentos de homens e mulheres. Os homens sempre tiveram o privilégio do poder assegurado pelo Estado, apesar disso parecer em um primeiro momento apenas como algo destrutivo em relação as mulheres, percebemos que estas, munidas de seus poderes, resistiram e paulatinamente vieram transformando suas histórias. Assim como veremos nesse trabalho a atuação de Bertha Lutz, Romy Medeiros, Orminda Bastos e diversas outras que, mesmo na adversidade dos calabouços legislativos, hostis com a figura da mulher, não desistiram da luta. Dessa forma, é preciso reverenciar o processo de lutas femininas.

³ SWAIN, Tânia Navarro. A INVENÇÃO DO CORPO FEMININO OU "A HORA E A VEZ DO NOMADISMO IDENTITÁRIO?". *Textos de História*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 48, jan. 2000.

Estando o presente trabalho, inscrito no século XX, falar a respeito das mulheres e o casamento a partir de uma retomada a partir da História das Mulheres e os Estudos de gênero, marcam uma importante iniciativa para que nós possamos colaborar com a retirada da História das Mulheres da “ordem natural das coisas” conferindo inteligibilidade e historicidade. Refletindo sobre rupturas e permanências, compreendendo a pluralidade do ser mulher, afastando a ideia de que existe uma “natureza feminina”.

No campo da Historiografia temos diversos importantes estudos que nos animam dentro da luta pela tomada da História das Mulheres sem o caráter “secundário de seus temas, objetos, problemas fundamentos e pressupostos.”⁴ Dentre eles, para essa pesquisa foram essenciais: *História das mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore, *Nova História das Mulheres no Brasil*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro, e mais recente, *Feminismo das Maiorias*, organizado por Jorgetânia da Silva Ferreira e Gabriela Orsi Santos de Carvalho. Essas obras são norteadoras e motivadoras para esse resgate/construção da História e da Historiografia das Mulheres, enfrentando os preconceitos dentro e fora do campo acadêmico.

Joana Maria Pedro⁵, aponta que até a década de 1970 ser feminina e feminista eram tidas como coisas opostas. Nesse ínterim, muitas mulheres e homens não se declaram a favor das pautas feministas para que não sofressem julgamentos. No entanto, o movimento de mulheres, desde os primeiros anos do século XX está bem-organizado, estruturado e com pautas urgentes que até hoje, muitas não se cumpriram. A busca pela ocupação do espaço público, realizada pelas mulheres sempre esteve presente, como apresenta Rachel Soihet, narrando as lutas de Myrthes de Campos, primeira mulher aceita na Ordem dos Advogados, em 1906, e a professora Leolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino, que passou a discutir sobre o voto feminino; Bertha Lutz, que endossou a luta pelos direitos políticos das mulheres, e em 1931, junto às companheiras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, lutou pela supressão do artigo que atestava a incapacidade civil da mulher casada no Código Civil.

Quando pensamos nas implicações da vida da mulher casada, temos caminhos abertos para problematizar a realidade da mulher mãe, da mulher dona de casa, da mulher que é educada para ser

⁴ MUNIZ, D. do C. G. Sobre História e Historiografia das Mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 31, n. 1, 2018. DOI: 10.14393/CEF-v31n1-2018-8. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/leguem/article/view/45630>. Acesso em: 14 nov. 2024.

⁵ PEDRO Joana M, Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO Joana M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. *E-book*. pág.98. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

uma mulher casada. Durante muito tempo, o casamento foi projetado como o destino certo para a mulheres. Logo, os papéis e acessos que estas tinham, estavam intimamente ligados com a sociedade conjugal. No século XX, tanto para a Igreja quanto para o Estado, o casamento se apresenta como um dispositivo de regulação da sexualidade e da ação social feminina, sendo regido por regras sociais e artigos específicos do Código Civil de 1916, esse que foi combatido por uma organização de mulheres, que conseguiram a promulgação do Estatuto da Mulher Casada em 1962.

Quando aprofundamos os estudos acerca da construção do Estatuto da Mulher Casada, os processos de sua efetivação, ao passo que olhamos também para a movimentação da imprensa voltada para a mulher no mesmo período, nos deparamos com terreno fértil para a pesquisa histórica.

O século XX foi marcado por muitas revistas destinadas ao público feminino. Carla Bassanezi possui vasta pesquisa e trabalhos em que discorre sobre o papel das revistas femininas na tentativa de construção de uma identidade feminina, principalmente no sentido de incentivo do casamento como “o melhor negócio” para a mulher, sendo defendida, nos anos dourados, a ideia do “chefe da família” e a “rainha do lar”⁶.

Michele Perrot, ao refletir sobre o poder das mulheres afirma para o triunfo dos homens existiria duas soluções “impor silêncio às mulheres; ou bem torná-las cúmplices dos homens exaltando a Mulher. A mulher é uma escrava que é preciso frequentemente colocar no trono (Balzac)”⁷. Nesse sentido era preciso conter seus poderes e ao mesmo tempo utilizá-lo para o êxito do meio doméstico e social. A construção da ideia de reinado doméstico passa por essa tentativa de controle dos corpos e mentalidades das mulheres.

A respeito dessas revistas, Tania Regina de Luca⁸ aponta para a presenças de periódicos feministas, desde o final do século XIX, mas descreve o crescente aumento de revista de assuntos femininos ao longo do século XX – lembrando que feminista e feminina eram conceitos opostos.

Toda a modernização que os primeiros anos da década de 1960 refletiram na produção das revistas voltadas ao público feminino, que adequaram os textos e produtos para esse público

⁶ PINSKY, Carla B. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Editora Contexto, 2014. E-book. pág.89. ISBN 9788572448994. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448994/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

⁷ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005. 520 p. (II). pág. 268.

⁸ LUCA, Tania Regina de. *Mulher em Revista*. In: PEDRO, Carla Bassanezi Pinsky, Joana M. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012. E-book. pág.185. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

seguiram novos padrões de beleza e consumo. Todavia, quando o assunto era casamento, era nítida a condução dos assuntos e orientações que defendiam subserviência da mulher. A ideia de dominação dos corpos femininos ainda estava inscrita sobre a dominação da sexualidade através do Estado, com a defesa do casamento, que seria o espaço para a perpetuação da família nuclear, desejada na época. Louro afirma que:

Historicamente, somos herdeiros da tradição absolutista. Ela supõe que as forças perturbadoras do sexo podem ser controladas apenas por uma moralidade muito cristalinamente definida, uma moralidade inscrita em instituições sociais: o casamento, a heterossexualidade, a vida familiar e a monogamia. Embora tenha suas raízes na tradição religiosa judaico-cristã, o absolutismo está agora muito mais amplamente enraizado. Sabemos que um código moral essencialmente autoritário dominou a regulação da sexualidade até os anos 1960. A melhor maneira de ver a posição libertária é a de considerá-la uma tendência de oposição, cuja tarefa tem sido a de expor as hipocrisias da ordem dominante em nome de uma maior liberdade sexual.

Dessa forma, percebendo as marcas desses códigos morais ainda em 1962, ano em que estava sendo publicado o novo Estatuto da Mulher Casada, faremos aqui a resistência para uma análise que tenha como objeto central as práticas das mulheres, refutando as representações construídas dentro da revista “O Cruzeiro” que buscam colocá-las como coadjuvantes na história.

Ao refletirmos sobre a sociedade brasileira em 1962, para a estruturação da pesquisa, surgiu um questionamento: Como essas ideias reverberam na sociedade através da imprensa? Tal questão é relevante, uma vez que a binômio política e imprensa sempre foi um forte formador e reforçador de discursos e nos abre diversos caminhos de análise do objeto de pesquisa.

A partir dessa inquietação, foi realizado um levantamento e análise dos principais meios de comunicação impressos da época. Ao final desse trabalho inicial, a revista *O Cruzeiro*, que inaugurou uma nova era na reportagem com o fotojornalismo e a riqueza de imagens que trazia em suas páginas, explorando a imagem da mulher com uma seção destinada ao público feminino, foi eleita como fonte para o desenvolvimento da pesquisa. Notou-se que, apesar da revista ser de variedades, o público feminino era esperado com uma seção específica para ele, onde além da doutrinação das condutas femininas, buscavam vender diversos produtos relacionados à vida doméstica.

No entanto, analisando o conteúdo direcionado ao público feminino ao longo das páginas, é possível perceber também uma incompatibilidade com a ideia de modernidade, proposta pela

revista. O conteúdo destinado às mulheres, em seção específica, versava sobre cuidados de casa, cuidados com os filhos, culinária, modos de se vestir e se portar diante de diferentes situações, tudo isso perfeitamente posicionado ao lado de publicidades de utensílios domésticos, roupas para a família, medicamentos, itens de beleza e cuidados pessoais. Toda essa construção enriquece nossas análises ao considerarmos a semiótica, compreendendo o que Mauad afirma:

No interior de uma tendência geral a interdisciplinariedade, a aceitação de uma abordagem semiótica, por parte do historiador tende a ampliar sua capacidade crítica e explicativa dos fenômenos sociais do passado. Através da interpretação de mensagens veiculadas nas diversas formas de expressão social, penetra-se no universo de representações, podendo assim avaliar e desvendar influências, interrelações e os mecanismos de dominação entre os diversos grupos sociais.⁹

Dessa forma, sendo a revista *O Cruzeiro*, referência de construções de textos imagéticos e fotográficos, não podemos deixar os mesmos de lado, uma vez que, ainda de acordo com Mauad “Em tais imagens podem estar partes de uma história, noções de bem-vestir, aspectos de desenvolvimento urbano da cidade, flagrantes da ‘vida real’, etc; um conjunto de programações sociais de comportamento, relativas a uma determina ideologia”.¹⁰

Essa análise da construção da revista em torna de textos e signos nos conduz a pensar nos conceitos de representação e lembrar de problematizar significados e significantes, tendo em mente que a representação muitas vezes evoca um objeto imaginário e não presente.¹¹ Bem como é importante levarmos em conta que “estas representações são produtos de mentes individuais, mas, especialmente, em grande escala, são produtos de tradições culturais também”.¹²

Ao buscarmos por trabalhos que utilizaram a revista *O Cruzeiro* como fonte¹³, nos deparamos com uma infinidade de títulos, desde trabalhos de conclusão de curso a teses de

⁹ ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. **Sob o signo da imagem**: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. 1990. 340 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/dssam.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2024 p. 20.

¹⁰ Ibidem, p. 21

¹¹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro. 1990 pág. 38

¹² MAKOWIECKY, Sandra. REPRESENTAÇÃO: a palavra, a ideia, a coisa. **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 57, n. 1, p. 1-30, jan. 2003. Disponível em: <https://vlex.com.br/vid/palavra-ideia-coisa-391413146>. Acesso em: 03 nov. 2024.

¹³ A pesquisa foi feita de forma online com buscas direcionadas na Biblioteca digital de teses e dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

doutoramento, destacando aqui o trabalho de Carla Bassanezi, que trata da mulher na imprensa no período de 1945 a 1964, com: Virando as páginas, revendo mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher. No entanto, não foram encontrados temas que abordassem as possíveis interações o Estatuto da Mulher Casada¹⁴ e a redação da revista.

Dentro da diversidade de assuntos do universo feminino, abordados na revista, chegamos à coluna “Da Mulher para a Mulher”, assinada por Maria Teresa, uma espécie de conselheira, que abordava temas dentro do universo feminino, presente em todas as edições, sempre na segunda metade do periódico. Não podemos ignorar o importante papel da imprensa na construção dos discursos e manutenção cultural desses. Dessa forma, foi preciso observar os caminhos políticos, jurídicos e culturais para a compreensão de produção e recepção dos conteúdos e quais eram os pesos e medidas adotados e bem-quistos naquele cenário.

Tanto o Estatuto da Mulher Casada, quanto a coluna “Da Mulher para a Mulher”, nos servem com rico e extenso material para pensarmos a história das mulheres, especialmente a das mulheres casadas no nosso país, diante de toda a movimentação no cenário político e papel da imprensa na sociedade. As reflexões aqui propostas se fazem de grande relevância para a pesquisa histórica e retomada dos caminhos percorridos por tantas companheiras para que pudéssemos chegar à Constituição de 1988 com uma maior efetivação de direitos, e ao século XXI com a crescente ampliação de recursos e espaços para o desenvolvimento das mulheres.

Aliando as análises do Estatuto da Mulher Casada e os conteúdos destinado ao público feminino nas colunas “Da Mulher para a Mulher”, elaborou-se campo para pensar sobre os papéis impostos a essas mulheres como por exemplo: o papel de mãe, dona de casa, cuidadora e as convicções construídas dentro dessas perspectivas. Sendo assim, trabalhar o ano de 1962 a partir do Estatuto da Mulher Casada e A análise da sequência de publicações da coluna ““Da Mulher para a Mulher””, nos permite construir um trabalho sobre a História das Mulheres, arranjos, discursos e intensões por trás desses movimentos, para refletirmos a situação dos direitos femininos, especialmente das mulheres casadas, e como as tramas se desenrolavam a favor ou contra o processo de aquisição dos mesmos; e não perdendo de vista as intenções dessas mulheres, os sentimentos e experiências que são evidenciadas ao longo da análise das fontes.

¹⁴ Sobre o Estatuto da Mulher Casada destaca-se o Trabalho de Catarina Cecin Gazele: Estatuto da Mulher Casada: uma história dos direitos humanos das mulheres no Brasil. Dissertação de Mestrado que teve como fonte, uma entrevista com Romy Medeiros, advogada que escreveu o anteprojeto de Lei e lutou para que fosse feita a revisão do Código Civil de 1916.

O texto foi pensado e organizado para situar a leitora e o leitor dentro do tema e das fontes. Para isso, foi organizado em 3 capítulos a fim de proporcionar uma condução coerente, buscando respostas para as seguintes questões:

- Qual a relação da política com a imprensa no contexto da promulgação do Estatuto da Mulher Casada?
- Qual foi o fundamento para a elaboração do Estatuto da Mulher Casada?
- Existem manifestações diretas sobre o movimento na coluna analisada?
- Quais os principais temas abordados na coluna?
- Qual o interesse da revista *O Cruzeiro* nas publicações destinadas às mulheres?
- Qual a mensagem transmitida pelo Estatuto da Mulher Casada e pela coluna “Da Mulher para a Mulher” no ano de 1962?
- É possível identificar algum/qual, jogo de poder ou luta no que diz respeito ao movimento político e o editorial da revista *O Cruzeiro*?
- O que a análise das duas fontes revela sobre a sociedade, especialmente sobre a vida das mulheres no ano de 1962?
- Quais eram as pessoas por trás do Estatuto da Mulher casada e da coluna “Da Mulher para a Mulher”?
- Todas as mulheres eram atingidas pelo novo Estatuto e pela revista *O Cruzeiro*?
- Como era construída a representação das mulheres e o casamento na coluna?
- As mulheres aceitavam as imposições e os papéis impostos a elas pelo casamento em 1962?

O primeiro capítulo: “Mulheres e o Casamento”, tem como objetivo apresentar as condições do matrimônio para as mulheres no século XX a partir de uma contextualização histórica e cultural. É preciso compreender historicamente o casamento e o papel esperado das mulheres dentro dele, para que possamos assimilar os movimentos políticos, legislativos e culturais que aqui serão abordados. Sendo assim, o capítulo trará as implicações do casamento na vida das mulheres no século XX, abrangendo do ano 1916 até 1962, refletindo sobre os Códigos Civis que estavam postos. Logo em seguida, na segunda seção do capítulo, será realizada a análise e aprofundamento da reflexão sobre os direitos e conquistas da mulher casada, apresentando uma das fontes eleitas: O

Estatuto da Mulher Casada. Essa construção permite o aprofundamento do conhecimento de duas leis que marcaram os casamentos de 1916 a 1962: O Código Civil de 1916 e o Estatuto da Mulher Casada.

O segundo capítulo, “A Revista *O Cruzeiro* e a Coluna “Da Mulher para a Mulher”, surge apresentando a segunda fonte para o desenvolvimento desse trabalho. O capítulo será desenvolvido em duas seções, sendo a primeira: A modernidade se veste de passado: As vertentes políticas na Revista *Cruzeiro*, e a segunda: As especificidades da coluna “Da Mulher para a Mulher”. Neste momento do trabalho, discorreremos sobre a história da revista *O Cruzeiro*, já que estamos falando de uma das mais importantes revistas do país. É preciso que compreendamos as vertentes políticas, alianças, financiamentos e objetivos por trás da existência e manutenção do periódico, para assim localizarmos a presente pesquisa e questionamentos que surgiram na realização do trabalho. Feita a devida localização histórica da revista, partiremos para uma análise de produção e recepção da revista *O Cruzeiro*, considerando a coluna “Da Mulher para a Mulher”, o público leitor, os temas abordados e os paradoxos presentes na própria edição em relação a ideia de direitos femininos e uma reflexão acerca da representação da mulher, através da semiótica.

Chegando ao terceiro capítulo intitulado “Discurso na Banca: Mulheres, política e imprensa”; iremos discutir sobre a construção dos textos das colunas “Da Mulher para a Mulher” refletindo sobre os padrões defendidos pela conselheira Maria Tereza e as relações diretas e indireta dos textos com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada.

As fontes colhidas fazem parte do acervo do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, que contam com exemplares da revista *O Cruzeiro* de janeiro a dezembro de 1962¹⁵, o acervo físico possibilitou o manuseio e análises mais profundas do contexto editorial e organização da coluna no periódico. Munidos dessas informações, temos a discussão acerca das perspectivas de poder e sobre a construção do discurso e lugar da mulher casada; discussões suscitadas a partir das análises de conteúdo da coluna ao longo do ano de 1962, relacionando com o momento político e a legislação em relação às mulheres, trabalhados nos capítulos anteriores.

E, após essa jornada pela história das mulheres através da política e imprensa em 1962 e as subjetividades das mulheres, chegamos às considerações finais, essas que apontam para diversas

¹⁵ O acervo que dispões da Revista *O Cruzeiro* de 1959 – 1978. Como a pesquisa busca a análise específica das publicações de 1962 nos atemos ao colhimento das informações somente dentro do recorte temporal problematizado neste trabalho.

possibilidades e caminhos, que ainda necessitam ser desbravados para o enriquecimento das lutas e de produções dentro de uma temática tão importante e urgente.

Apesar de buscar ditar regras e comportamentos para as mulheres casadas em 1962, tanto a revista *O Cruzeiro*, quanto o Estatuto da Mulher Casada apresentam claramente a preocupação em torno da pedagogia dos corpos e comportamentos femininos, uma vez que as mulheres nunca foram sujeitos passivos. A movimentação realizada pelas mesmas dentro e fora da sociedade conjugal, está diretamente ligada ao movimento, à construção da História. Dessa forma, cabe aqui ressaltarmos a importância de sempre lembrar o que Diva Muniz diz, que apesar do discurso androcêntrico, nós mulheres, "como integrantes da humanidade, também estamos presentes na história, fazemos história, escrevemos histórias."¹⁶ E nessa perspectiva iremos analisar as tramas discursivas em torno do ideal de mulher casada do projeto de família moderna, defendida pelo Estado.

¹⁶MUNIZ, D. do C. G. Sobre História e Historiografia das Mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 31, n. 1, 2018. p. 148. DOI: 10.14393/CEF-v31n1-2018-8. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/45630>. Acesso em: 14 nov. 2024.

I-MULHERES E O CASAMENTO

1.1 As implicações do casamento na vida das mulheres no século XX (1916-1962)

O Brasil é um país fundado a partir de violências e instauração de políticas conservadoras que legitimaram o poder masculino e a submissão feminina durante séculos. Podemos afirmar essa realidade a partir da observação dos documentos elaborados e costumes presentes no país, desde a invasão portuguesa. A chegada dos portugueses inaugurou uma nova realidade; a nova Colônia seria local de exploração e gerido a partir da dominação masculina. O espectro da violência, silenciamento e subjugação feminina atravessara oceanos para ditar as regras do projeto de sociedade almejado por Portugal. Todo esse investimento fez com que as Ordenações Filipinas legislassem em terras brasileiras, de acordo com o seu entendimento de sociedade que era baseado no poder patriarcal medieval. Dentro da legislação, as sanções previam punições físicas, com o intuito de conter todo o tipo de ação, principalmente em relação às mulheres. No casamento “o poder do pátrio era exclusivamente do marido, a mulher dependia de sua autorização para a prática dos mais simples atos da vida civil”.¹⁷

Dentro dessa ótica, a mulher que não cumprisse os papéis destinados ao ser mulher¹⁸, estava sujeita a todo tipo de sanção, física ou verbal, a partir do que fosse considerado adequado pelo homem responsável pela sua condução. Toda essa construção da cultura de subjugação feminina tem fundamento nas relações e imposições colocadas pela Igreja Católica, esta que ao longo dos anos trabalhou para que seus dogmas e preceitos fossem incorporados às regras sociais a partir dos aparatos estatais. Dessa forma, a linha entre Igreja e Estado sempre figurou como tênue e em diversos momentos, inexistente. A Igreja estava para o Estado como o Estado para a Igreja.

Pensando nessas relações no que se refere ao casamento, ao longo da história, a sexualidade foi fortemente controlada e colocada como pecado. No entanto, colocaram sobre os ombros das mulheres dois atributos: Eva ou Maria. A mulher era vista como via de pecado ou salvação, e isso era imposto, segundo os homens, pela constituição natural do seu ser. Logo, seria tarefa da Igreja garantir que as mulheres se formassem e atuassem na linha da salvação da humanidade, como

¹⁷ Miranda, Maria da Graça Gonçalves Paz. *O Estatuto Da Mulher Casada De 1962*. 2013. p. 13.

https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFRGS-2_3db0f7072333a317488a2f01ca183ac1

¹⁸ Obediência ao detentor do pátrio poder, podendo ser o pai ou marido, e a execução das tarefas domésticas como filha e esposa: cuidados com as roupas, comida, reprodução e outras tarefas presentes no ambiente doméstico.

propagadoras da boa moral e dessa forma, silenciando a tendência pecaminosa, fruto da gênese.¹⁹ Tais pensamentos, presentes na Europa, encontraram meios de propagação e validação em terras latinas, a partir da ação da Igreja, através de homens que buscavam a afirmação de poder e superioridade em relação às mulheres. Maria Beatriz Nader, em seus estudos sobre mulheres e o casamento, afirma que:

Os séculos de dominação portuguesa no Brasil viram grandes fluxos de pessoas, sobretudo masculinas, buscarem a adaptação ao Novo Mundo. E, para a execução do projeto de Trento e do Governo português, a Igreja Católica, a serviço do Estado, desenvolveu os projetos reformistas do Concílio de Trento, fundamentando as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. As Constituições buscaram dar ordem às uniões entre homens e mulheres na Colônia e seu texto pregava que o casamento era o único meio cristão de dominar os corpos e legitimar as uniões naturais entre os sexos, e valia-se da mulher para adequar a população aos novos preceitos cristãos, seguindo os mesmos mecanismos usados pela Igreja na Europa.²⁰

A partir dessa concepção, o casamento permanece na América latina como um aparato regulador da sexualidade e mantenedor do projeto de nação defendido pela Igreja. Para tanto, seguiu cabendo às mulheres, que eram vistas socialmente, biologicamente e intelectualmente inferiores aos homens, a regulação e adaptação de seus corpos e formação, para concretização do matrimônio. Uma vez que, segundo Nader, as mulheres eram

(...)vistas desde o princípio do cristianismo como um ser perigoso, (...) após o Concílio de Trento, passaram a ser consideradas as guardiãs do cristianismo. Essa mudança de comportamento da Igreja deu-se quando as mulheres, procurando manter a sobrevivência da Igreja na França, levaram suas rezas para o ambiente doméstico, espalhando na vizinhança devoções religiosas. A Igreja vislumbrou nesse movimento a forma de levar às famílias a moral cristã.²¹

Nesse contexto, o casamento representa um dispositivo regulador das relações entre homens e mulheres. Estado e Igreja o manipulam como recurso em suas mãos, tal como o titereiro

¹⁹ Para ver mais sobre a construção do controle da sexualidade dentro da Igreja Cristã e figura da mulher, verificar NADER, Maria Beatriz. **Mulher, casamento e trabalho: um triângulo que não fecha?** Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/30930/18885>. A Autora apresenta uma contextualização dos movimentos da Igreja Cristã, o Concílio de Trento e a construção paulatina da ideia do casamento como benefício para a sociedade e moral individual.

²⁰ NADER, Maria Beatriz. **Mulher, casamento e trabalho: um triângulo que não fecha?** p. 1-38, 25 jul. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/30930/18885>. Acesso em: 01 set. 2024.

²¹ Ibidem pág. 8

e suas marionetes: os corpos são conduzidos para onde lhes convém; leis e contratos são elaborados para os fixarem nesses locais. Como Claudia Maia pontua:

O matrimônio, que não era qualquer invenção é, então, a maneira mais “civilizada” de regular as relações entre os sexos, ou seja, proporcionar a sexualidade prescritiva e reprodutiva dentro da família conjugal que, como assinalou Foucault, foi a permutadora da aliança entre a família e a sexualidade.²²

Nessa perspectiva, zelar por essa união seria a função da mulher, defendida pelos homens e documentos do Brasil, na sociedade conjugal. O Código Civil de 1916, a partir de suas deliberações, coloca a mulher casada como incapaz a certos atos da vida civil, sendo necessária a autorização do marido, como podemos observar no artigo 233.

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal. Compete-lhe:

I - a representação legal da família;

II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, I, c, 274, 289, I e 311);

III - o direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 46 e 233, n. IV);

IV - O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal (arts. 231, II, 242, VII, 243 a 245, II e 247, III);

V - prover a manutenção da família, guardada a disposição do art. 277.

Isso mostra a necessidade que a os homens tinham de elaborar dispositivos que mantivessem o poder do homem, uma vez que sem eles, seria muito mais difícil manter a dominação masculina²³. Segundo Scott, “na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer a pai e marido, passando da autoridade de um para outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel”²⁴.

²² MAIA, Cláudia. As armadilhas do casamento. In: FERREIRA, Jorgetânia da Silva; CARVALHO, Gabriela Orsi Santos de (org.). **Feminismo das Maiorias**. São Paulo: Usina Editorial, 2022. p. 58

²³ A divisão da sociedade baseada no sexo existe a partir da construção de dispositivos que vão se infiltrando nas relações, com pensamentos acerca do que é ser mulher e ser homem. Nesse sentido, a partir das reflexões propiciadas a respeito da construção dos sexos capitaneada por Simone de Beauvoir, compreendemos que esses dispositivos, como o Código Civil de 1916, são recursos utilizados para reforçarem a ideia de poder como algo masculino. O poder está inscrito sobre mulheres e homens, são os dispositivos que buscam deslocá-lo somente para os homens.

²⁴ SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 8.

Para efeito, dessa manutenção do patriarcado, desde o nascimento, as mulheres eram conduzidas a uma formação específica para o cuidado doméstico da família, primeiramente da qual onde nasceu e posteriormente daquela que formaria com o homem escolhido por seu pai, uma vez que o amor romântico e os sentimentos não eram vistos como importantes para a ordem econômica e social do período²⁵. É possível desprender a figura da mulher redentora, elaborado pelo Estado e pela Igreja, onde o casamento seria via de consumação do projeto de adequação da sociedade.

Tais concepções acerca do direito das pessoas, firmadas com base na diferenciação explícita baseada no sexo, teve possibilidade de ser reescritas em 1916, a partir da redação do Novo Código Civil do Estados Unidos do Brasil²⁶. No entanto, a mulher continuou ocupando – nas leis - um lugar inferior ao do homem, na sociedade civil e conjugal, segundo o que Clóvis Beviláqua considerou e aprovaram. A mulher casada foi incluída no Código Civil de 1916 como: relativamente incapaz a certos atos da vida civil; isso demonstra a preocupação do Estado em manter a dominação e organização patriarcal do dispositivo de controle, também chamado de casamento.

Clovis Beviláqua, autor do projeto do Código Civil Brasileiro, afirma que “foi por força da tradição que o Código Civil a incluiu (a mulher) ao número dos incapazes.”²⁷ Apesar da justificativa procurar eximir o jurista da responsabilidade pelas sanções direcionadas à mulher, sobretudo a casada, ele, ao longo de seu código comentado, demonstrou que suas concepções estavam perfeitamente alinhadas aos entendimentos norteadores do comportamento social, presentes na sociedades civil e conjugal dos séculos anteriores. Beviláqua afirma que:

Ninguém ignora que na organização physiologica do homem e da mulher ha diferenças notáveis; mas essas diferenças não nos autorizam a declarar que o homem é superior á mulher, autorizam-nos, simplesmente, a dizer que um e chamados a exercer, na sociedade e na família, funções diferentes das do outro. Em tudo aquillo que exigir mais larga e mais intensa manifestação de energia intelectual, moral e physica, o homem será mais apto do que a mulher; mas, em tudo aquillo em que se exigir dedicação, persistência, desenvolvimento emocional dedicado, o homem não se pôde equiparar á sua companheira.²⁸

²⁵ Até meados da década de 1950.

²⁶ BRASIL. Congresso. Congresso Senado. Constituição (1916). Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Brasil, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 set. 2024.

²⁷ BEVILAQUA, Clovis; BRASIL. Código civil (1916). Código civil dos Estados Unidos do Brasil comentado por Clóvis Beviláqua. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940. Pág. 330. Disponível em: <http://bibliotecadigital.trt1.jus.br/jspui/handle/1001/670956> Acesso em: 13 out. 2024

²⁸ Ibidem pág. 188

Dentro dessa lógica, homens e mulheres tinham seus direitos e deveres baseados em instintos fundados no natural. Ao mesmo tempo que Bevilacqua procura se eximir das restrições destinadas à mulher, ele deixa claro a diferenciação das capacidades a partir do sexo e complementa a declaração acima citada, colocando as imposições do novo Código, apenas como um organizador da sociedade conjugal, onde o homem é o chefe da família e a mulher não deve competir com o mesmo, pois do cumprimento da ordem e dos papéis colocados para homens e mulheres, dependia a harmonia familiar.

Pensando na sociedade conjugal como união necessária para a existência da família, Foucault²⁹, nos fornece elementos para pensar sobre o papel da família. Passando pela ideia mais ampla da sexualidade, como algo inerente aos corpos, seria a família, um aparato de regulação. Logo, ela estaria sob a mira do Estado para que se estabelecesse dentro de padrões que produziram uma “sociedade sadia”³⁰. É nesse contexto de regulação dos corpos que, segundo Michelle Perrot, “as mulheres tomam pé na obra de Michel Foucault”, sendo construída, desde o século 17, a figura da mulher como uma importante disciplinadora dentro e através da família.³¹

Assim sendo, é possível identificar que o Código Civil de 1916 foi um investimento legislativo com o intuito de reafirmar o poder masculino e manutenção da estrutura da família. As leis que regiam o país a partir das ordenações da Coroa Portuguesa, com o novo Código Civil encontraram espaço para continuarem existindo com uma nova roupagem; uma nova redação. Especialmente nos dispositivos destinados à mulher, é percebido o esforço para mantê-la à sombra do homem, juridicamente. Os homens que lutavam pelo novo Código Civil, lutavam pelo controle do poder, não pela ampliação de direito.

Diante dessa necessidade de manutenção do patriarcado, a sociedade seguiria sendo dividida baseada na idade e no sexo; sendo esse segundo, determinante para a classificação das pessoas dentro do direito de família, sobretudo dentro da sociedade conjugal, onde o Código Civil dispõe de numerosos artigos e parágrafos para tratar da condição da mulher casada.

²⁹ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1999. (1). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf. Acesso em: 01 nov. 2024.

³⁰ Que soubesse dentro de quais práticas sociais o seu corpo, segundo o sexo, estaria inscrito.

³¹ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005, p. 493. (II).

Toda a dominação masculina encontrava suporte na ação do Estado e da Igreja, que estavam alinhados para condicionar a sociedade desde a chegada dos religiosos no Brasil.

Nos séculos que seguiram a chegada dos religiosos no Brasil, jornais, catecismos, literatura, propagandas e ensino foram, entre outros, mecanismos utilizados pelos pensadores para transmitir às mulheres o entendimento de que a natureza feminina as conduzia ao casamento e à maternidade. O pensamento católico, que perpassava por todas as camadas da população, cidades e zonas rurais, pregava os valores que a Igreja desejava impor aos fiéis, principalmente às mulheres, a quem restringia o mais possível a ação para dentro dos muros domiciliares.³²

Todas essas concepções que datam de muito tempo antes do Código Civil de 1916, seguem sendo condutas atuais nos anos de sua efetivação³³. É possível perceber que a formação do núcleo familiar era uma grande preocupação para o Estado e Igreja e isso seria determinante na educação preparada para as meninas, que ao completarem 16 anos, de acordo com o Novo Código Civil, já estariam com idade apropriada para os laços matrimoniais, diferente do homem, que estaria pronto para o matrimônio somente ao completar 18 anos de idade.

De acordo com os estudos de Nader, “sob essa forma de pensar, o casamento firmou-se na sociedade brasileira como a única forma de adestrar a sexualidade feminina, por isso a mulher deveria, desde pequena, ser educada para casar-se o mais cedo possível”³⁴. A dominação da sexualidade das meninas e mulheres passa pela construção social da sexualidade. Louro, a partir de uma análise foucaultiana³⁵, conclui que “ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”.³⁶ Tudo isso em uma sociedade que se baseia na divisão sexual, em todos os campos. Sendo o casamento, meio de regulação da sexualidade feminina, a solteirice prolongada poderia ser malvista. As mulheres sem a regulação da sexualidade através do casamento, poderiam ser vistas como um perigo para os homens casados, segundo

³² NADER, Maria Beatriz. **Mulher, casamento e trabalho: um triângulo que não fecha?** 25 jul. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/30930/18885>. Acesso em: 01 set. 2024.

³³ Não só se manteve atual em 1916 quando o Novo Código Civil foi instaurado, como também em todo o século XX. Mais à frente, na análise da coluna “Da Mulher para a Mulher” poderemos compreender como a propaganda e imprensa assumem um papel catequético, educando e orientando meninas e mulheres para o casamento.

³⁴ NADER, Maria Beatriz. **Mulher, casamento e trabalho: um triângulo que não fecha?** p. 98, 25 jul. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/30930/18885>. Acesso em: 01 set. 2024.

³⁵ Análise da sexualidade como dispositivo histórico: Ver mais em FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. v.1: *A vontade de saber*. 11a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

³⁶ LOURO, Guacira L. *O corpo educado*. 4ª edição. São Paulo: Autêntica Editora, 2018. E-book. p.12-13. ISBN 9788551301692. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788551301692/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

Bassanezi.³⁷ Existia uma pressão, baseada nas tradições da época, para o casamento e constituição de família. Logo, tudo teria que ser organizado em tempo hábil, como em um negócio.³⁸

A submissão era uma característica esperada da mulher, como algo biológico. Antes do matrimônio, obediência ao pai, depois do matrimônio, obediência ao marido. A estrutura social conduzia a vida com ênfase na hierarquia onde o homem era considerado o provedor e a mulher, submissa ao marido. As decisões importantes ficavam a cargo do homem, ao passo que a mulher deveria seguir a liderança do marido.³⁹

Baseadas nessa cultura e inseridas nesse modelo, as mulheres já ingressavam na sociedade conjugal sabendo o lugar que deveriam ocupar, uma vez que a educação recebida tinha por objetivo a formação de boas cuidadoras do lar que reconhecessem a superioridade do homem.⁴⁰ Concomitantemente à essa formação específica, todo o discurso construído em relação ao casamento, buscava a afirmação do benefício do mesmo. Nesse sentido, a mulher

(...) era convencida a querer intensamente o casamento e a gostar dele, mesmo que as consequências dessa união não lhe fossem favoráveis. Logo, tanto a educação doméstica, quanto a escolar instruíam a mulher para aceitar viver ao lado de um homem, dando-lhe sua vida, seu corpo e sua força de trabalho, assumindo o papel de esposa.⁴¹

O casamento, até 1950, estava distante de sentimentos, uma vez que era baseado em acordos feitos entre senhores e não em amor e correspondência dele, a presença de sentimento afetivo nesses casos figuram como raras exceções.⁴² Apesar da dureza da fala a seguir, durante

³⁷ PINSKY, Carla B. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Editora Contexto, 2014. E-book. pág.35. ISBN 9788572448994. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448994/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

³⁸ Idem

³⁹ SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-42. (1).

⁴⁰ Apesar das leis e regras sociais tentarem construir e afirmar a todo instante a superioridade masculina com a inferioridade feminina, não podemos tomar esse discurso como regra e apagamento da luta das mulheres. Apesar das mulheres estarem inseridas em uma sociedade que as preparavam para o casamento dentro da lógica patriarcal e muitas até adentravam a sociedade conjugal; o movimento das mulheres para reivindicar direitos e contestar a dominação masculina estão presentes em todo o século XX.

⁴¹ SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. pág. 9

⁴² Até 1950 não era considerado o amor romântico. Durante a Belle Époque surge um movimento a fim de dar lugar a esse sentimento, que seria determinante nos arranjos matrimoniais. No entanto é preciso ter em mente que o pátrio poder seguia sendo exclusivo do homem e mesmo na tentativa de modernização das configurações das relações interpessoais, suas vontades prevaleceriam. A ordem patriarcal está profundamente enraizada nos costumes sociais, é preciso

muitos anos ela descreveu a realidade de grande parte das famílias brasileiras: filhas eram tratadas como objetos, que recebiam cuidados necessários até o momento de serem úteis em alguma negociação. A importância do núcleo familiar e a formação daquelas que seriam as reais mantenedoras desse núcleo, estava distante da cogitação da ideia de direito para alguma delas. Seus corpos eram educados para perpetuar a ordem social patriarcal. Richard Parker ao discorrer sobre o tema, traz o ensaio de Rubin, “The traffic in women” onde a mesma localiza o início da opressão das mulheres, no tráfico; a autora afirma que “(...) a troca das mulheres por propriedade ou por casamento, em sistemas de parentesco, estava baseada na noção de que as mulheres, pela natureza de seu gênero, não possuíam direitos plenos”⁴³. Tal afirmação encontra eco nas relações observadas nos padrões de relacionamento familiar no século XX, especialmente no que diz respeito à mulher antes e depois do casamento.

O domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade de seu chefe, o patriarca era soberana.⁴⁴

A partir desses apontamentos de Scott, é possível desprender as implicações do casamento na vida das mulheres. Ele era um contrato indispensável para o Estado e Igreja por formarem núcleos familiares, que forjados nas leis e culturas vigentes, dariam o tom necessário ao caráter da sociedade brasileira. Por outro lado, os homens que receberam pela lei terrena, que diziam ser a lei de Deus também, o poder de condução da família, passavam as suas vidas aprendendo e se desenvolvendo em diversas áreas, sempre cuidados por suas mães e com a certeza de que ao assumirem um contrato de casamento, teriam suas esposas para suprirem as suas necessidades básicas e agora sexuais também.

Dessa forma, a educação de meninas sempre foi baseada a partir da divisão sexual de tarefas, e o que era declarado, colocava a mulher como servidora e obediente, e o homem como aquele digno de ser servido e obedecido.

considerar esses modos de viver dentro das organizações familiares para não sermos iludidos com um discurso – improvável – de liberdade de escolha para as mulheres, nas conjunturas sociais da época.

⁴³ PARKER, Richard Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, Guacira L. O corpo educado. 4ª edição. São Paulo: Autêntica Editora, 2018. E-book. pág.177. ISBN 9788551301692. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788551301692/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

⁴⁴ SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 8.

O Código Civil de 1916 legitima que, legalmente e culturalmente, a mulher ocupava um lugar de submissão; era considerada alguém incapaz de tomar decisões, trabalhar ou gerir qualquer negócio que extrapolasse o âmbito doméstico. O papel da mulher era cozinhar, procriar e servir dentro de tudo aquilo que o ambiente doméstico lhe reservava. A mulher deveria ser solícita ao seu marido, cumprir os seus deveres, mas sem concorrer profissionalmente ou intelectualmente com o mesmo, uma vez que isso poderia colocar em risco a ordem social.⁴⁵

Apesar de figurar como uma tentativa de ruptura com a cultura colonialista, o Código Civil de 1916 veio legitimar a cultura de subjugação da mulher e posição de superioridade do homem. Logo no capítulo de abertura, o novo Código Civil Brasileiro trás no Artigo 2º: “Todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil”⁴⁶, e quando menciona homem, não está se referindo ao termo universal, lastimavelmente utilizado em nossa comunicação, mas pontuando que a pessoa do sexo masculino é dotada de capacidade. Diante dessa posição de capacidade do homem.⁴⁷

A diferenciação da capacidade do homem e da mulher logo no início do Código Civil já dá o tom das deliberações acerca da sociedade conjugal. Ao homem caberia a definição de moradia da esposa e dos filhos, bem como decidir sobre os atos de sua esposa. Na primeira metade do século XX, a busca pela autonomia feminina figurava como sonho distante, uma vez que a prática de serviços e a aceitação dos mesmos deveria passar pela aprovação do homem, instituído de poder pela lei. Mas apesar de distante, esse sonho era perseguido por muitas mulheres que denunciavam as arbitrariedades do patriarcado.

O pátrio poder era exercido pelo marido e somente em sua ausência poderia ser exercido pela mulher, de acordo com a redação do Artigo 380 do Código Civil de 1916.⁴⁸ Clóvis Beviláqua, autor da primeira versão do Código, insiste em comentar em seus escritos que a mulher é igual ao homem, mas que esses possuem diferenças físicas e psíquicas que os encaminham para funções distintas, sendo as da mulher (casada) do cuidado e do zelo e as do homem, do mando. Ainda afirma que:

⁴⁵ SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-42. (1).

⁴⁶ BRASIL. Congresso. Congresso Senado. Constituição (1916). Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Brasil, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 set. 2024.

⁴⁷ Ibidem

⁴⁸ Ibidem

o Projecto tencionou reconhecer na mulher um ser igual ao homem, ma sem desvia-la da funções que lhe indica apropiada natureza, racionalmente interpretada; traduzir em lei o pensamento que SPENCER manifestou na seguinte palavras: «É preciso consentir que seja abolido todo o obstaculo que lhe tolhe o caminho, mas, ao mesmo tempo é preciso afirmar que nenhuma alteração essencial na carreira da mulher, em geral, pôde nem deve ser trazida por essa abolição.”⁴⁹

Sendo assim, enquanto vigorou o Código Civil de 1916, a mulher casada vivia com restrições jurídicas, e era imperativo que as organizações/discursos que reforçavam a identidade construída a partir do androcentrismo fossem mantidas a fim de não prejudicar a “carreira da mulher”, que deve ser perseguida pela mulher através do casamento, que sendo “considerado a porta de entrada para a realização dos ideais de feminilidade, as moças precisam ser educadas para que não se desviem desse caminho e não escapem do futuro reservado à mulher.”⁵⁰

Ela (esposa) tinha uma liberdade controlada e tarefas ditadas por ele (marido), que era protegido pela lei e pela cultura. Isso, porque a lei sustentava um comportamento validado por um discurso baseado na tradição machista e patriarcal. Logo, mesmo naqueles casos em que a lei não era conhecida em sua totalidade⁵¹, os comportamentos eram reforçados para seguir o padrão. O Código Civil de 1916 assegurou a manutenção dos poderes do homem e seus privilégios dentro e fora do casamento e para isso elaborou uma trama política, social e discursiva para atestar incapacidade da mulher perante a competência masculina, colocando-a à mercê das vontades do marido quando já casada e desejosa por tê-lo, quando solteira.

Um código civil, sozinho, não transformou o matrimônio em uma hierarquia, mas os costumes e discursos reproduzidos por vários séculos no Brasil ofereceram um cenário perfeito para a manutenção do machismo e poder masculino. Segundo Almeida⁵² “a mulher deveria ser

⁴⁹ BEVILAQUA, Clovis. **Em defeza do projecto de Codigo civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906. p.95 Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224223>. Acesso em: 12 out. 2024.

⁵⁰ PINSKY, Carla B. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Editora Contexto, 2014. E-book. pág.16. ISBN 9788572448994. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448994/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

⁵¹ Aqui fazemos referência à população analfabeta e aquelas que viviam alheias aos movimentos políticos por viverem em territórios e situações que tais informações não eram tidas como necessárias. As condutas eram seguidas a partir de um espelhamento e imposição, principalmente para os pobres, que tinham na elite o modelo de família e comportamento.

⁵² ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** Universidade Metodista de São Paulo. Autores Associados. 2007.

instruída de uma forma que o lar e o bem-estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução, que não possuía um fim em si mesma, mas era direcionada para o bem-estar masculino.” A instrução da mulher deveria se reverter em benefício da família e por meio desta, à pátria, que se expandiria cada vez mais em seu desenvolvimento, alinhando-se com as grandes nações do mundo.

Nessa perspectiva, as relações em torno do poder e saber apontam para o que Veiga-Neto, analisando a obra de Foucault afirma: “os saberes se constituem com base numa vontade de poder e [quase ao mesmo tempo] acabam funcionando como correias transmissoras do próprio poder a que servem”⁵³ Dessa forma, é possível perceber a dominação da construção do saber feminino, direcionando-o para o casamento e tal construção imprime nas sujeitas identidades, que, situação que, de acordo com a análise de Veiga- Neto, fazem com que os indivíduos fiquem mais “alcançáveis à ação do poder”.⁵⁴

Seguindo nessa ótica de poder, o casamento era visto como uma etapa social da mulher. De acordo com Bassanezi, “o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como “o objetivo” de vida de todas as jovens solteiras”⁵⁵. Meninas eram educadas desde a mais tenra idade para assumir seu papel de esposa, esse que figurava também como uma espécie de status, já que as solteironas não eram bem-vistas na sociedade e tinham muitas vezes como destino o convento; não por vocação, mas como uma possibilidade de justificar a ausência do casamento.⁵⁶

A década de 1950 foi marcada por um grande desenvolvimento da Brasil, período que ficou conhecido como anos dourados. Neste cenário de desenvolvimento e urbanização o comportamento e as necessidades no mercado de trabalho passaram por grandes transformações. As formas de lazer, a circulação de jovens nas cidades, o desenvolvimento da indústria, a influência da moda internacional. A ideia do amor romântico e maiores liberdades entre os casais de namorados, marcaram a década de 1950. Todavia, as concepções em torno da sociedade

⁵³ VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 27.

⁵⁴ Ibidem

⁵⁵ BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos anos dourados**. In: PRIORE, Mary. Histórias das mulheres no Brasil. 9ed. São Paulo: São Paulo: Contexto, 2010, p. 510.

⁵⁶ Para o aprofundamento do estudo sobre mulheres solteiras, verificar a tese de Claudia Maia: MAIA, C. A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral. Florianópolis: Mulheres, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/44312858/Claudia_Maia_A_invencao_da_solteirona. Acesso em 13 out. 2024

conjugal seguem baseadas no Código Civil e nas décadas anteriores: o homem segue sendo o chefe e principal provedor, tendo em suas mãos o poder de decidir sobre o futuro da família.⁵⁷

Existia uma grande expectativa em torno do casamento. Visto como um marco na vida das mulheres, a união matrimonial já sobrecarregava o psicológico e físico das mulheres antes mesmo de ser sacramentado. As meninas cresciam com a pressão para se casarem assim que completassem a idade permitida, pois isso seria um marco importante na sua vida. O século XX alimentou e organizou as ideias, a respeito do casamento, dos séculos anteriores, fazendo que as mesmas seguissem como regra, uma vez que através do casamento o capital material e simbólico⁵⁸ que beneficia os homens, estivesse garantindo.

Dessa forma, Claudia Maia atesta que “o casamento passou a ser defendido como parte da natureza feminina, de seu destino social, compulsório e única finalidade de vida” em diferentes esferas sociais, pois, se antes o casamento cumpria funções em “uma aliança socioeconômica para as famílias mais abastadas, estratégia de reprodução social para as mais pobres ou um sacramento para os católicos”⁵⁹ agora ele seguia como regulador do projeto de modernidade implantado pela burguesia, onde a família moderna estria centrada na edificação do núcleo familiar: marido, esposa e filhos.

Nesse momento, se torna mais pontual a ação do Estado em relação à Igreja no interesse pelo casamento, embora os ideais tenham sido instituídos pela segunda. O contrato matrimonial tece um espaço controlado “ideal para disciplinar e conduzir comportamentos, constituir homens e mulheres marcados pelas diferenças e por hierarquias de gênero.”⁶⁰ Dessa forma, era um regulador indispensável.

No século XX, com a modernização do país, a construção da ideia de “lar doce lar” e “rainha do lar” foram artifícios utilizados para a divulgação da “família conjugal moderna”. Nesse cenário o amor romântico passa a ter algum espaço nas relações, especialmente no que diz respeito à escolha do cônjuge. Scott afirma que, “o próprio discurso de médicos e higienistas (inspirados em ideias já consagradas na Europa) chegava a criticar a separação entre sexo e amor, advogando

⁵⁷ Ver mais em PINSKY, Carla B. Mulheres dos anos dourados. São Paulo: Editora Contexto, 2014. E-book. pág.7. ISBN 9788572448994. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448994/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

⁵⁸ Ver mais sobre o casamento como capital simbólico em BOURDIEU Pierre A Dominação Masculina - Economia dos Bens Simbólicos e Estratégias de Reprodução pág. 115

⁵⁹ MAIA, Cláudia. As armadilhas do casamento. In: FERREIRA, Jorgetânia da Silva; CARVALHO, Gabriela Orsi Santos de (org.). **Feminismo das Maiorias**. São Paulo: Usina Editorial, 2022. p. 58

⁶⁰ Ibidem p. 60.

a integração de ambos no matrimônio como forma mais saudável e moralmente recomendável de casamento”⁶¹. É preciso destacar que apesar do espaço destinado a alguma sinalização de amor romântico como escolha, circulava a ideia de que o amor era algo construído na convivência, que era a partir dos laços matrimoniais que o sentimento poderia ser desenvolvido⁶². Dessa forma os discursos carregavam os sentidos e escolhas dentro desse arranjo, levando muitas vezes a escolhas que se assemelhavam a quando não existia nenhum tipo de abertura para o sentimento romântico.

No entanto, essa família moderna, onde a mulher recebia atributos como “mãe amorosa”, aquela que dá aconchego e é responsável pela formação moral dos filhos, busca conduzir a mulher cada vez mais ao ambiente doméstico, ao passo que reafirma o trabalho externo e sustento da família, como dever e capacidade apenas do homem, o protetor. Porém, o discurso dominante agrega a esses títulos o sentido de nobreza, constrói-se uma ideia com o intuito de que, tais títulos, sejam desejados, e para isso Estado e Igreja tiveram um papel decisivo ao reforçarem comportamentos e estabelecerem condutas tidas como corretas.

A submissão pela doutrinação religiosa era representada principalmente pela igreja que instalou o mito da mulher-mãe-redentora, isenta de qualquer pecado, porque a ela caberia a reprodução da raça, derivando-se desse fato biológico uma ideia de superioridade moral, que, no entanto, não seria suficiente para proporcionar maiores direitos ao sexo feminino. As ideologias veiculadas pelo positivismo e pelo higienismo encarregam-se de manter a mulher no espaço doméstico e a impor regras de conduta que regulavam seu comportamento em limites estreitos.⁶³

O intelecto feminino, relacionado a atividades que extrapolassem o cuidado com a família, era algo inconcebível dentro das perspectivas patriarcais instaladas no Brasil, com força extrema, do período colonial até meados do século XX. O Código Civil de 1916⁶⁴, refere-se à mulher casada como incapaz, bem como, ao longo do texto impõe a necessidade de tutela e autorização do marido para o desenvolvimento de quaisquer atividades que não estivessem ligadas à manutenção da

⁶¹ BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos anos dourados**. In: PRIORE, Mary. Histórias das mulheres no Brasil. 9ed. São Paulo: São Paulo: Contexto, 2010, p.17

⁶² Scott faz considerações nesse caminho nas notas de seu trabalho. Indica para aprofundamento de leitura a obra Maria Helena B. Trigo. “Amor e casamento no século XX”, em M. A. D’Incao (org.), Amor e família no Brasil, São Paulo, Contexto, 1989, p. 88-94 para aprofundamento do tema.

⁶³ ALMEIDA, Jane Soares de. Ler as letras: por que educar meninas e mulheres? Universidade Metodista de São Paulo. Autores Associados. 2007.

⁶⁴ BRASIL. Congresso. Congresso Senado. Constituição (1916). Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Brasil, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 set. 2024.

família e espaço doméstico. Com as práticas higienistas instaladas no Brasil, foi considerada a inteligência da mulher, mas dentro do que lhe era reservado.

A educação higiênica revelou uma mulher contida e cerimoniosa segundo os padrões europeus, e, sendo o culto superior ao inculto, caberia aos homens as funções cerebrais e às mulheres as atividades domésticas, dessa vez orientadas pelo uso da inteligência e atendendo aos preceitos higiênicos.⁶⁵

Dentro desse contexto, era normalizado e esperado determinados comportamentos das mulheres. Em relação ao casamento, o espaço reservado para a esposa era o de gerência do lar, mas a gerência relacionada ao fazer doméstico: lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos, do marido e quando em classes sociais mais abastadas, elas tinham o dever de orientar o trabalho das outras mulheres que serviam àquele lar. Essa relação com o cuidado do lar era esperada pela sociedade, deixando de lado qualquer horizonte profissional em prol das responsabilidades domésticas; essas que eram vistas como mais importantes e condizentes com a condição da mulher de acordo com os pensamentos da época.

Segundo Almeida⁶⁶, no período colonial, a instrução formal poderia ser vista como uma espécie de fuga para os casamentos, uma vez que a leitura seria útil apenas nos seguimentos da vida religiosa e conventual. A partir do século XX vem surgindo paulatinamente uma mudança no discurso em relação à instrução formal de meninas e mulheres. O intelecto da mulher passa a ser valorizado nos casamentos de classes sociais mais abastadas, desde que, dentro dos muros dos afazeres domésticos e gestão do lar. Dessa forma, muitas mulheres que passaram a vida se dedicando a lições de atividades manuais, a partir da década de 1950, passam a ser incentivadas a aprenderem a ler e a escrever para que possam executar de forma satisfatória o seu papel de rainha do lar. A situação não seria a mesma para as mulheres que viviam no campo, como demonstra Giuliani, quando ressalva que:

os meios de informação, até os anos 1960, não eram difundidos para grande parte da população brasileira em que mais da metade residia no campo. As mulheres dessa parcela da sociedade trabalhavam além do zelo pela casa e familiares,

⁶⁵ ALMEIDA, Jane Soares de. Ler as letras: por que educar meninas e mulheres? Universidade Metodista de São Paulo. Autores Associados. 2007.

⁶⁶ Ibidem

também em regime de produção familiar. E ao homem cabia a chefia da sociedade conjugal.⁶⁷

Mesmo quando não é capaz de suprir o sustendo familiar sozinho, o homem segue sendo o chefe, e nessas situações não existe tempo e/ou oferta para a escolarização.

Claudia Maia demonstra em suas pesquisas que, por mais que o casamento fosse estimulado como um contrato entre pessoas livres, ele se constituía como uma armadilha para as mulheres, mascarada dentro do discurso que exaltava os “(...) “direitos” da esposa, como a “livre escolha” conjugal, o amor romântico como base das relações matrimoniais e o governo racional da casa.”⁶⁸ Diante da ideia de superioridade do homem em relação à mulher que era mantida, o discurso que relacionava poder ao ato servir e decidir sobre as questões domésticas, toma proporções de privilégio, uma vez que as mulheres, segundo as concepções religiosas e políticas, pelo lugar de subserviência que a natureza reservava para as mesmas, só conheceriam esse poder pela bondade do “homem benevolente”, que a aceitasse como esposa e lhe confiasse a condução de sua vida e das vidas que viriam (filhos). Dessa forma foi preciso investir nessa ideia e representação do que seria o “poder da mulher casada”, o único possível dentro da ótima patriarcal.

É preciso observar a profundidade da elaboração das amarras para as mulheres por parte da Igreja e do Estado, uma vez que era necessário que, o discurso em torno da família moderna, formada pela mãe redentora e o pai provedor, apesar de ser um projeto das classes dominantes, atingisse as camadas populares também, e isso foi possível, mais uma vez, através do discurso em torno dos papéis femininos.

Destaca-se que, os modos de vida das mulheres de classes sociais abastadas e das de classes menos favorecidas, eram discrepantes. Ao passo que a mulheres das classes dominantes viviam conforme os padrões europeus, as mulheres das classes populares e crianças representavam parte importante da mão de obra na indústria brasileira no período de modernização/urbanização do país. Mesmo sendo realidades distintas, o novo modelo de família burguesa, buscava ser fixado como padrão.

⁶⁷ GIULANI, Paola Cappellin. OS MOVIMENTOS DE TRABALHADORAS E A SOCIEDADE BRASILEIRA. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

⁶⁸ MAIA, Cláudia. As armadilhas do casamento. In: FERREIRA, Jorgetânia da Silva; CARVALHO, Gabriela Orsi Santos de (org.). **Feminismo das Maiorias**. São Paulo: Usina Editorial, 2022. p. 61

Quando na década de 1950 a porcentagem de mulheres trabalhando em fábricas diminuiu, devido ao aumento da mão de obra masculina ocasionada pela chegada de grandes contingentes de imigrantes e do êxodo rural; a mulher é conduzida, novamente, para atividades âmbito doméstico com o intuito de concretização do projeto nacional burguês.

O papel das mulheres/mães das famílias das classes populares seria, então, aquele de formar o trabalhador ideal que já sairia de casa com hábitos de rotina doméstica, ciente de suas responsabilidades, sem vícios, adaptado a disciplina do trabalho. Enfim cabia à mulher manter a família “higienizada” que se pretendia, afinal eram elas, as mães, as responsáveis pela formação de uma descendência saudável, cuidando e vigiando o comportamento e as escolhas de seus filhos e filhas.⁶⁹

Mesmo em diferentes camadas sociais, a expectativa em torno das condutas das mulheres não tinha mudanças, quanto ao papel exercido⁷⁰. A mulher era a responsável pela ordem social e o peso dos desvios, que porventura ocorressem, cairiam sobre seus ombros. Pensando o casamento como um dispositivo regulador de corpos e mentalidades, destaca-se as imposições/regras que eram mantidas para que o mesmo não perdesse o caráter de formador da sociedade brasileira ideal. Segundo, Claudia Maia, “os discursos procuravam, ainda, assegurar os casamentos intraclasse e intrarraciais, já que a preocupação do projeto burguês do período não era somente a constituição de famílias conjugais, mas com a descendência, ou seja, os filhos brancos e sadios que o casal daria ao Estado”⁷¹. Dessa forma, percebemos o controle exercido pelo Estado na construção da ideia de casamento, à medida que a família vai sendo estabelecida “como órgão a cargo de fornecer e formar

⁶⁹ SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-42. (1).

⁷⁰ Aqui estamos nos referindo ao comportamento de submissão em relação ao marido e aos deveres de gestão doméstica e reprodução. Todavia, é preciso destacar a diferença de modos de viver de mulheres, que se apresentavam de forma totalmente discrepantes dependendo da classe social ou cor da pele. Aquelas mulheres que viviam em famílias abastadas, na maioria dos casos contavam com o trabalho de outras mulheres para a manutenção da casa ou cuidado com os filhos; sendo que essas mulheres que trabalhavam para gerir outros lares não eram eximidas de gerir o seu próprio. Independente da classe social, as mulheres, mesmo quando seu trabalho externo é imprescindível para a subsistência familiar, as leis e as regras sociais buscam afirmar e construir a ideia de que a mulher é inferior ao homem, a fim de manter uma relação de poder onde os homens são servidos e as mulheres precisam servir.

Para além disso, devemos nos atentar ao recorte social em que as leis e regras sociais incidem sobre a vida das mulheres. Uma vez que, as mulheres indígenas e negras que vivem em comunidades geridas pelas suas próprias tradições seguem um modelo diferente, baseado em leis e regras próprias, em que a mulher ocupa lugares de liderança e é considerada a “matriarca” de um povo. Para saber mais sobre os arranjos familiares sociais em que mulheres indígenas e negras estão inseridas ver os textos de Makota Kindoialê e Avelin Buniacá Kombiwá em *Feminismos das Maiorias*.

⁷¹ MAIA, Cláudia. As armadilhas do casamento. In: FERREIRA, Jorgetânia da Silva; CARVALHO, Gabriela Orsi Santos de (org.). **Feminismo das Maiorias**. São Paulo: Usina Editorial, 2022. p. 69.

cidadãos, assumindo uma centralidade antes desconhecida como foco de controle por parte do Estado.”⁷²

Ao construir a reflexão sobre as armadilhas do casamento, Claudia Maia pontua sobre uma realidade construída, que se torna uma opressão para mulheres solteiras: a construção da mulher ideal para o casamento. Nesse viés, é possível perceber o quão bem consolidado foi o discurso em torno do desejo do casamento para as mulheres, bem como a ideia de que deveriam ser boas o suficiente para estar nele. Com a busca pela implementação da família moderna burguesa e certo espaço concedido ao amor romântico e possibilidades de escolha de cônjuge, Claudia Maia afirma que:

(...) não eram mais os elementos como o dote, o nome de família, a posição social ou a realização de alianças, mas os valores mais individuais que constituíam a base para os casamentos, e que, por sua vez, foram objetos de reflexão e de produção do feminino, ou, pelo menos, de produção de um tipo de mulher desejável como esposa pela sociedade.⁷³

Nesse contexto, a dominação masculina é explícita, uma vez que provoca na sujeita, que será a parte subjugada do contrato matrimonial, a preocupação e responsabilização pela adequação ao discurso patriarcal. E nossa atenção se volta ainda mais sobre a objetificação do corpo feminino, a partir das ideais propagadas no mercado matrimonial. A produção do tipo de mulher ideal passa pelas suas atribuições domésticas, mas, são os atributos estéticos a porta de entrada para uma “negociação”. Dessa forma, a imposição dos padrões estéticos culturalmente elaborados ao longo dos séculos, passa a ser perseguido por meninas, a fim de uma adequação física que agrade aos pretendentes. Tais circunstâncias conduziram a ação de mulheres em “idade de casar” para um campo de disputa. A respeito dessa movimentação, Claudia Maia conclui que:

A disputa (...)colocava as mulheres em batalha pelos melhores partidos. De um lado, as jovens e bonitas estabelecidas como vencedoras e, de outro, as fracassadas, transformadas em solteironas feias e invejosas. “Conquistar” um marido tornou-se, assim, uma questão de sucesso ou de fracasso, um mérito pessoal para as mulheres e não somente uma mera questão de “escolha”. Dependia das capacidades

⁷² Ibidem p. 70

⁷³ Ibidem p. 71

intelectuais, domésticas, físicas e, principalmente, estéticas das mulheres despertar o interesse e o amor dos homens.⁷⁴

Ao viverem para e no casamento, as mulheres se viam presas dentro de regras e tradições, validadas por leis, como o Código Civil de 1916, e pelas atualizações culturais que foram postas a partir desse código, que decretava que as mulheres deveriam ser e exercer o papel de esposa, mãe, cuidadora obediente, pacífica e passiva, suas carreiras profissionais não eram consideradas. Após o casamento, elas eram incentivadas a priorizar as responsabilidades familiares ao trabalho fora de casa. Mesmo em casos de infelicidade aparente, a permanência no casamento era constantemente encorajada, diante da estigmatização social do divórcio, esse que era raro, e quando consumado, conduzia a mulher para um lugar de malvisto. Dessa forma, mesmo estando presente nos debates nos anos 50, o divórcio era uma espécie de mancha que causa a desorganização da família.⁷⁵

O casamento figura até início da segunda metade do século XX como o destino certo para mulheres. Do ponto de vista da sociedade patriarcal preconizava-se que as únicas habilidades das mulheres seriam para manutenção do espaço doméstico e reprodução social⁷⁶, bem como elas seriam incapazes de conduzir suas vidas sem a tutela masculina. Dessa forma, o casamento se tornou um importante regulador de corpos a favor do Estado, principalmente dentro dos avanços da luta feminina.

É importante destacar as mudanças significativas nos padrões sociais e culturais em relação ao casamento e ao papel das mulheres, além presença do movimento feminino ao longo de todos esses anos a fim de conquistar direitos para as mulheres, especialmente as casadas. As implicações – sempre negativas – do casamento na vida das mulheres, serviram de combustível para que pudéssemos chegar em 1962 com a aprovação do Estatuto Jurídico da Mulher Casada. A visão pejorativa, que o homem reafirma em relação à mulher, certamente fabricam identidades dentro do jogo de poder. Todavia, o poder constrói oportunidades de luta, e nesse campo, as mulheres lutaram e lutam incansavelmente por mudanças, tais quais as do Estatuto da Mulher Casada em 1962, mesmo

⁷⁴ Ibidem p. 73

⁷⁵ PINSKY, Carla B. Mulheres dos anos dourados. São Paulo: Editora Contexto, 2014. E-book. pág.113. ISBN 9788572448994. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448994/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

⁷⁶ Ver sobre Reprodução social em: ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

que insuficientes, mas que impactaram condutas e direitos das mulheres casadas no Brasil e abriram caminhos para a reflexão e questionamento sobre a origem dessas identidades femininas impostas.

As convenções sociais em relação ao papel da mulher dentro do casamento até o ano de 1962 refletiam os modos e pensamentos da sociedade da época, predominantemente patriarcal. Mesmo com a crescente necessidade do trabalho feminino diante da nova economia, as crescentes conquistas femininas, como o direito ao voto. Os valores e discursos fundados na superioridade do homem, tomando-o como chefe, eram mantidas. As mulheres solteiras e casadas sofriam as consequências das formulações feitas em torno do casamento, seja no que a sua ausência provoca para mulheres com “idade de casar”, ou na sua consumação que exige das mulheres a sustentação de um papel social escrito por homens.

Entretanto, a luta do movimento feminista seguiu, durante todos os esses anos, firme no intuito de retratação da capacidade civil da mulher casada, bem como os seus direitos. Movimentos que deram origem ao Estatuto da Mulher Casada.

1.2- O Estatuto da mulher casada

O ano de 1962 ficou marcado por um grande passo rumo à efetivação dos direitos da mulher casada, no Brasil. O Estatuto da Mulher Casada, Lei nº4.121, de 27 de agosto de 1962, foi uma importante legislação brasileira que modificou a situação jurídica das mulheres dentro do casamento. Entretanto, visto a partir das conquistas atuais do movimento feminista e a própria Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Mulher Casada soa grotesco e antiquado. No entanto, para a época, que estava ainda mais impregnada de machismos e cerceamento de direitos femininos, foi um grande marco na conquista dos direitos das mulheres casadas. As alterações legislativas postas serviram como combustível para o movimento e luta, auxiliando na mobilização e empoderamento de mulheres, que ao longo dos anos se fortaleceu e culminou no alcance de uma legislação que sustenta a composição da nossa sociedade atual, que apesar de ter traços patriarcais, abriga com mais facilidade as reivindicações por igualdade de direitos.

As reivindicações e discussões que deram início aos movimentos que resultaram no Estatuto da Mulher Casada, datam de muitos anos antes da sua efetivação e com a colaboração de diversas mulheres se enveredaram na luta pela constitucionalização da dignidade da mulher através da

revisão do Código Civil que era seguido em 1962. Como ressalta Marques e Melo, “pensar que os elaboradores das leis respondem prontamente a mudanças sociais é desconsiderar os processos políticos como um problema histórico, pois, no mais das vezes, os legisladores resistem a adotar inovações, ainda que a maioria da população as deseje”. Podemos perceber a lentidão de respostas especialmente no que toca os direitos das mulheres, que historicamente percorrem caminhos longos e tortuosos para serem efetivados, e nem sempre são atendidos em sua totalidade.

A incapacidade civil relativa da mulher casada, de acordo com o código civil de 1916, incomodava, em meados do século XX, as mulheres que tiveram oportunidade de instrução, principalmente de nível superior. Houve no Brasil verdadeiro paradoxo, já que os direitos políticos para as mulheres chegaram antes da capacitação completa na vida civil. Com efeito a mulher casada continuava necessitando da autorização do marido para candidatar-se, embora essa interpretação e estrangeira o direito público já adquirido.⁷⁷

Dentro dessa perspectiva é necessário ressaltar o trabalho de Bertha Lutz, que ficou conhecida como uma das grandes líderes no movimento para a conquista e reconhecimento dos direitos das mulheres através da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Zoóloga de profissão, Bertha Maria Júlia Lutz é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Ela se empenhou pela aprovação da legislação que outorgou o direito às mulheres de votar e de serem votadas. Nascida em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da Medicina Tropical Adolfo Lutz, Bertha foi educada na Europa, formou-se em Biologia pela Sorbonne e tomou contato com a campanha sufragista inglesa.⁷⁸

Para uma compreensão melhor da trama política e legislativa é preciso compreender alguns movimentos em torno da participação feminina. De acordo com Gazele, “os direitos civis da mulher no Brasil chegaram depois do direito político de votar e ser votada. O direito civil pátrio, anterior ao Estatuto decorre de herança da colonização portuguesa, que retratava a mulher, sobretudo a

⁷⁷ GAZELE, Catarina Cecin; CAMPOS, Adriana Pereira. **Estatuto da mulher casada: uma história dos direitos humanos das mulheres no Brasil**. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2005.

⁷⁸ Agência Senado. **Bertha Lutz**. SENADO FEDERAL. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 15 set. 2024.

casada, como submissa a autoridade masculina, do pai e do marido”⁷⁹. Bertha Lutz foi um dos principais nomes nos processos de luta pelo voto feminino. Líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, atuou com vistas na aquisição de direitos das mulheres no âmbito político e tinha grande influência – nos limites da influência considerada possível para as mulheres na década de 30- sendo notada pelo então presidente, Getúlio Vargas. Bertha foi deputada e nesse período, após a conquista dos direitos políticos, que eram caros para a mesma e a FBPF, acrescentou em suas pautas a revisão do Estatuto Jurídico da Mulher, especialmente através do Projeto de Lei n. 736/1937 que trazia de forma revolucionária a contestação de artigos que se tornaram regras na vida da sociedade brasileira.

Art. 41. A mulher não terá a sua capacidade restringida em virtude de mudança de estado civil. [...]

Art. 48. Antes de celebrado o casamento serão obrigatoriamente arrolados todos os bens e rendas de cada nubente. [...] essa formalidade é indispensável para a validade da celebração.

Art. 50. Na falta de convenção, ou sendo nula, vigora o regime de comunhão limitada.

Art. 53. Ficam sob a administração própria de cada cônjuge os bens que lhe pertencerem exclusivamente.

Art. 54. A administração dos bens comuns do casal compete a ambos, conjuntamente, podendo, entretanto, um delegar a outro mandato expresse.⁸⁰

Diante disso, é possível identificar o ponto de partida, da inquietação responsável pela discussão dos direitos femininos que, depois de mais de três décadas, seriam contempladas com o Estatuto da Mulher Casada pelos esforços de Romy Medeiros, Ormindia Bastos⁸¹ e Nelson Carneiro, importante figura para os trâmites legislativos para a aprovação do novo Estatuto Jurídico da Mulher Casada.

A partir dessa colocação, é possível trazer com mais clareza as vias e possibilidades que algumas mulheres tiveram, para participar da cena política e galgar a alteração do Código Civil de 1916. Essas mulheres que participaram da movimentação que culminou na Lei 4.121, eram mulheres

⁷⁹ GAZELE, Catarina Cecin; CAMPOS, Adriana Pereira. **Estatuto da mulher casada: uma história dos direitos humanos das mulheres no Brasil**. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2005.

⁸⁰ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A mulher casada no Código Civil de 1916. Ou, mais do mesmo. **T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB.**, [S. l.], v. 12, n. 1-2, p. 127–144, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27866>. Acesso em: 11 jun. 2024.

⁸¹ Que era integrante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino quando Bertha Lutz propôs o Projeto de Lei n. 736/1937

que tiveram acesso a estudos que extrapolavam o espaço doméstico, possuíam recursos financeiros e instrução para agirem no campo político⁸². Essa questão nos leva a pensar sobre privilégios e em como surgem as mudanças legislativas. Quando mencionamos que a supressão do inciso II, que colocava a mulher como incapaz, no Código Civil de 1916, foi uma conquista para a dignidade da mulher, que atingia a todas, sem distinção, foi pelo fato de perceber que as pautas sobre economia, trabalho e gestão de bens, beneficia aquelas mulheres que possuem, bens, herança e formação para ocupar postos que exigem conhecimentos para além da administração doméstica, e tal fato ocorre em determinadas classes sociais.

Os laços conjugais entre pessoas de classes sociais menos favorecidas, onde o trabalho da mulher dentro e fora de casa é essencial para a subsistência familiar, bem como seus antepassados não deixaram bens para serem herdados; as questões urgentes estão muito mais relacionadas aos sentidos e significados de ser mulher na sociedade. Por isso, é necessário compreender toda a movimentação e adequação das lutas, sem perder de vista que estamos tratando de uma fração, não menos importante, mas uma fração.

Especialmente quanto ao período da tramitação (1952- 1962) dos projetos que deram vida ao estatuto da mulher casada, registre-se que mais da metade da população brasileira residia nos campos, com rendas informais instáveis. As mulheres do meio rural não tinham informação de seus direitos civis, de sua inclusão como relativamente incapaz para gerir atos da vida civil. A situação que conheciam era a do cotidiano no qual o direito social ao trabalho remunerado era a preocupação. No meio urbano, a situação não era muito diferente.⁸³

Apesar dos encaminhamentos tangiam, em sua maior parte, as questões de organização do trabalho e economia, a grande conquista do Estatuto da Mulher Casada que toca todas as mulheres, sem distinção de raça, ou classe, está na exclusão do inciso II do artigo 6º do Código Civil de 1916, que colocava as mulheres como incapazes. Segundo a Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, as mulheres casadas, enquanto houvesse a sociedade conjugal, seriam incapazes, relativamente, a certos atos, ou à maneira de exercer. A supressão do inciso que trazia tal indicação, com a aprovação da lei 4.121 de 1962, foi um grande passo para a luta das mulheres, especialmente no que diz respeito à dignidade.

⁸² GAZELE, Catarina Cecin; CAMPOS, Adriana Pereira. **Estatuto da mulher casada: uma história dos direitos humanos das mulheres no Brasil**. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2005.

⁸³ Ibidem

Pensando nesse sentido, Romy Medeiros da Fonseca é uma das mulheres que foram fundamentais na caminhada/retomada luta dos direitos das mulheres no Brasil ao final do período ditatorial Vargas. Na década de 1950 sua atuação foi decisiva para a abertura do debate acerca das arbitrariedades em torno da mulher de forma geral e especificamente a mulher casada. Medeiros era advogada formada pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. Em 1949, Romy Medeiros tomou posse no Instituto Brasileiro de Advogados em 1949 e fez da sua ocupação via de questionamentos acerca da situação jurídica da mulher no Brasil⁸⁴. Os questionamentos acerca da diminuição da mulher em relação ao homem não eram pautas nas casas legislativas, uma vez que, no Brasil, apesar de avanços no que diz respeito aos direitos das mulheres, como o voto e entrada da mulher na cena política, as mulheres amargavam os estigmas do Código Civil de 1916, onde deveriam ser tuteladas pelo pai ou marido.

Em seu discurso de posse, em 1949, Romy Medeiros traz o seguinte apelo:

Ao ingressar nesta Casa, de tão nobres tradições, vos dirijo um apelo, como mulher, como esposa, como mãe, como advogada e como a mais humilde de seus membros efetivos, para que este Instituto, com seu prestígio, represente ao parlamento para que exclua do Código Civil a absurda restrição, que nele se conserva, à capacidade da mulher casada, pois que, embora, na realidade possa ser mais nominal do que efetiva, é uma afirmação que dá ao mundo a impressão de que vivemos mais de meio século atrasados. Em nome da justiça devida à leal colaboradora do homem, cumprindo a declaração solene proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e correspondendo ao apelo VI Conferência Interamericana de Advogados, suprimamos essa velharia.⁸⁵

Romy Medeiros foi a responsável pela elaboração do anteprojeto de lei que revia a situação jurídica da mulher casada. De acordo com o Código Civil em vigor, a mulher figurava como uma facilitadora da vida do homem; no casamento, não poderia viajar sem a autorização do marido, tomar decisões sobre a própria vida, trabalhar fora do lar. Nesse cenário, a mulher também não tinha acesso à educação tal como os homens tinham, ela seguia sendo conduzida a encontrar graça e efeito nos modos de ser mulher, herdados de Portugal. Seguindo as tradições portuguesas, fixadas também na lei, Luiz Carlos de Azevedo constatou que as mulheres:

prosseguiam no costumeiro recolhimento, emolduradas na intimidade de suas residências, construídas estas sob os mesmos padrões, aquele correr de janelas compondo o conjunto, sala à frente, quartos dispostos ao longo do corredor, que

⁸⁴ Ibidem

⁸⁵ Ibidem

iam a uma, a todas ia. Nesse espaço, tinham elas liberdade e direção, conduzindo as atividades quotidianas desde a alimentação ao lazer, era “sinhá” poderosa nesse círculo fechado, do qual não saía a miúde, a não ser para os ofícios religiosos ou para um espaçado e eventual convívio com a sociedade local.⁸⁶

Essa era a realidade que o Estado tinha interesse em manter. A mulher redentora e formadora de cidadãos e cidadãs conscientes de suas funções dentro da trama construída com fios patriarcais. Interesse reafirmado também pela Igreja Católica Romana, pela atuação de Álvaro Catello e Monsenhor Arruda Câmara, que afirmavam que a população era feliz com as propostas de 1916, devendo as mulheres permanecerem com as mesmas condições.⁸⁷

Esses obstáculos legislativos, personificados nos homens que compunham a cena política brasileira⁸⁸, fizeram com que as solicitações postas por Romy Medeiros, levassem mais de 10 anos para serem efetivadas. Durante a década que permaneceu nos jogos de poder do meio político, na maior parte composta por homens apegados ao Código Civil de 1916, teve o incentivo de outras mulheres que foram muito importantes nesse processo, como a advogada Ormind Bastos. O exercício das mulheres advogadas, junto ao Instituto de Advogados Brasileiros, resultou na abertura de uma Comissão Especial para observação das demandas solicitadas para a alteração do Código Civil, que de forma geral trazia as seguintes reivindicações:

1. Igualdade de capacidade jurídica do homem e da mulher.
2. A esposa, como companheira, consorte e colaboradora do marido
3. Fixação do domicílio conjugal por entre acordo entre os cônjuges, cabendo ao Juiz dirimir as divergências.
4. O marido não poderia praticar, sem o consentimento da mulher, os atos que esta não poderia praticar sem sua autorização.
5. A mulher poderia exercer livremente o seu direito de pátrio poder sobre a pessoa e os bens dos filhos do leito anterior.
6. À mulher competiria a representação legal da família, quando responsável por seu sustento.
7. Não havendo convenção antenupcial, o regime de bens seria o de comunhão parcial, passando a administração dos bens próprios a cada um dos cônjuges e dos bens comuns àquele que fosse responsável pela manutenção da família, sendo

⁸⁶ AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Estudo histórico sobre a condição jurídica da mulher no direito luso-brasileiro desde os anos mil até o terceiro milênio**. Osasco; São Paulo: Centro Universitário FIEO-UNIFIEO; Ed. Revista dos Tribunais. . Acesso em: 13 nov. 2024., 2001

⁸⁷ GAZELE, Catarina Cecin; CAMPOS, Adriana Pereira. **Estatuto da mulher casada: uma história dos direitos humanos das mulheres no Brasil**. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2005.

⁸⁸ Os homens não tinham nenhum interesse em alterar os códigos que regiam a sociedade conjugal. Elevar as mulheres para um patamar que poderia estar próxima a uma igualdade, representava um risco para a sociedade patriarcal.

excluídos da nomeação os bens que cada um possuísse ao casar, os provenientes de doação ou sucessão, os adquiridos com os recursos pertencentes a cada um dos cônjuges, com os rendimentos de bens de filhos anteriores ao matrimônio.

8. A mulher com bens e rendimentos próprios seria obrigada a contribuir para as despesas comuns, se os bens comuns fossem insuficientes para atendê-las.

9. Durante o casamento, o pátrio poder seria exercido pelo casal, em colaboração, cabendo ao juiz resolver qualquer divergência ⁸⁹

Dentro das solicitações, a redação que passou do Código Civil não seguiu com integralidade o texto proposto por Romy. Existia uma necessidade de reafirmar o poder do homem, mantê-lo como chefe da sociedade conjugal, uma vez que, de acordo a instituição do casamento era mais importante do que as pessoas nela envolvidas. Entre as principais alterações que o Estatuto promoveu, podemos citar a igualdade civil, o fim do poder marital absoluto, direito ao trabalho, responsabilidade conjunta. A partir do decreto, a mulher casada adquiriu o direito de realizar atos jurídicos sem a prévia autorização do marido; passou a ter autonomia para gerir contratos, propriedades e negócios da família. Mas eles garantiram uma redação que ainda colocasse limites na autonomia da mulher, como por exemplo o Artigo 240. Segundo o Estatuto da Mulher Casada:

A mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos de família. Com a nova redação, o artigo passa a ter os seguintes termos: A mulher assume, com o casamento, os apelidos do marido e a condição de sua companheira, consorte e colaboradora dos encargos da família.⁹⁰

A alteração do termo auxiliar para colaboradora, está de acordo com as reivindicações. No entanto, o que segue, - *cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta*- demonstra a necessidade de manter a mulher casada ligada ao cuidado da família, sendo ela a responsável pela

⁸⁹ VERUCCI, Florisa. 2.41 A mulher no direito de família brasileiro – uma história que não acabou – Capítulo 2 – Evolução da mulher In: CAHALI, Yussef; CAHALI, Francisco. Família e sucessões: direito de família. São Paulo (SP): Editora Revistas dos Tribunais. 2011. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/241-a-mulher-no-direitodefamiliabrasileiromahistoriaquenaoacaboucapitulo2evolucodaosituaodamulherfamiliaesuccessoesdireitodefamilia/1499781940?utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=doutrina_dsa&utm_term=jusbrasil.com.br%2Fdoutrina%2Fsecao%2F&utm_content=capitulos&campaign=true&msclkid=a4be0b819ef41d6604776d6ec811116e&unlock-feature-code=abnt_quote_doctrine&unlock-from-component=AbntModal Acesso em 17 de setembro de 2024.

⁹⁰ BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (1962). Lei nº 4121, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe Sobre A Situação Jurídica da Mulher Casada**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm . Acesso em: 01 ago. 2023.

administração do lar. Aqui podemos perceber que a imagem da mulher “rainha do lar” ainda era estabelecida.

Nesse contexto, de ensaios de autonomia da mulher casada, o poder marital absoluto foi extinto no âmbito da norma, mesmo o homem continuando ocupar o papel de chefe da família. Com as novas determinações a mulher casada passava a ter autonomia na administração de seus bens, estes que, antes do Estatuto estavam sujeitos à administração e vontades do marido. No que tange o campo trabalhista, o Estatuto assegurou à mulher, o direito ao trabalho formal fora de casa sem a necessidade de autorização do marido, bem como gerenciar e destinar seus ganhos.⁹¹ E por fim, apesar de malvisto e legalizado apenas na década de 1970, o Estatuto versava sobre condições e situações nas quais poderia ser considerada a separação judicial, o divórcio.

Depois de uma longa jornada, em 27 de agosto de 1962, o Estatuto da Mulher da Casada foi promulgado, considerando as reivindicações, mas tratando de estabelecer um texto que reafirmava papéis sociais da mulher, que foram estabelecidos por homens, especialmente o seu lugar dentro do lar. Para efeito Civil, as mulheres casadas estavam livres das amarras do Inciso II do Código Civil de 1916, mas ainda seguiam vivendo em uma sociedade que foi forjada tendo-o como base. Logo, as mudanças legislativas iniciaram um caminho de lutas para a mudança sociocultural, que hoje, no século XXI ainda não foi concluída. Para tanto, seguimos com a análise a partir da coluna da revista *O Cruzeiro*, em sua coluna intitulada “Da Mulher para a Mulher”, para que possamos compreender a complexidade das interações e construções a partir da política e o recorte social que a imprensa nos revela a partir dos conteúdos e abordagens, das questões em torno da mulher casada, postas nessa pesquisa.

⁹¹ Aqui é importante destacar que as mulheres sempre trabalharam para além do âmbito doméstico. Não que somente esse não bastasse, mas sim porque a força de trabalho feminina sempre foi essencial em grande parte das famílias, especialmente nas desfavorecidas economicamente, para a manutenção dos itens básicos de sobrevivência como moradia e alimentação. No entanto, as legislações nascidas do patriarcado não poderiam legalizar essa função, que seria restrita e teoricamente sustentada exclusivamente pelo homem. Dessa forma, pesar o Estatuto da Mulher casada requer esse cuidado com a análise a partir da dimensão política da qual estamos falando, uma vez que a história a partir da vivência popular feminina nos revela movimentos e papéis essenciais que verdadeiramente se aproximam de uma identidade feminina coerente, afastando a ideia de inferioridade propagadas fortemente até meados do século XX.

II - A REVISTA O CRUZEIRO E A COLUNA “DA MULHER PARA A MULHER”

O surgimento da revista *O Cruzeiro* ficou marcado pelo seu caráter inovador e ousado, que trazia como pilar a ideia de modernidade. A diversidade de temas, o direcionamento de colunas para tratar questões do universo feminino, as novas categorias de reportagem e propaganda, a intenção de caracterizar - ao menos na revista - o Brasil como país moderno, alinhado às práticas internacionais, faz com que o periódico seja uma importante fonte para analisarmos o objeto desta pesquisa. Analisar a Coluna “Da Mulher para a Mulher” de forma isolada, fora de uma contextualização histórica, não atende aos questionamentos propostos; uma vez que é essencial a retomada dos caminhos percorridos pelo periódico a partir daqueles que a tornavam realidade.

Para tanto, agora, munidas e munidos de repertório acerca das relações conjugais no século XX e as movimentações no campo político em torno da mulher casada, daremos continuidade ao percurso da construção dos sentidos desse trabalho a partir da imprensa.

2.1 – A modernidade se veste de passado: As vertentes políticas na revista *O Cruzeiro*

A revista *O Cruzeiro* revolucionou o cenário jornalístico brasileiro, apresentando uma proposta ousada de fotojornalismo, anunciando um novo tempo e regra para o jornalismo da época. Sua intenção era marcar um novo tempo, trazendo inovações e modernidade através da nova revista, por meio de sua estrutura física, que contava com papel de maior qualidade, folhas maiores, riqueza de imagens coloridas; e também de edição, abordando uma variedade de assuntos que conectariam o Brasil a todas as partes do mundo, fazendo que mulheres e homens brasileiros tivessem acesso a diversos conteúdos sobre moda, política, cultura e comportamentos norte-americanos e europeus, por exemplo; logo, se conectando e estando sempre atualizados com as tendências mundiais.

A revista marcou o final da década de 1920 com a sua proposta inovadora que prometia deixar a nação brasileira a par das novidades em primeira mão.

Apresentando-se como “a mais moderna revista brasileira” e, portanto, como “o espelho que se refletirá, em períodos semanais, a civilização ascensional do Brasil em todas as suas manifestações”, a revista pretendia “ser o comentário múltiplo, instantâneo e fiel dessa viagem de uma nação para o seu grandioso porvir; ser o

documento registrador, o vasto anúncio ilustrado, o filme de cada sete dias de um povo.⁹²

Apesar de ter sido um grande marco e uma das principais revistas que existiram no Brasil, suas características foram concebidas a partir da ideia de modernidade de Assis Chateaubriand, que já era um atributo do empresário desde o início da década. Ao acompanharmos a história da imprensa no Brasil, especialmente no início da década de 20, quando a imprensa brasileira passava por um momento complexo de perseguição devido à conjuntura política da época, percebemos que o nome de Assis Chateaubriand já surgiu no cenário mostrando a que veio.

A situação, para a imprensa oposicionista, ficou tão difícil que as torças dominantes puderam desinteressar-se das providências para manter jornais próprios: assim, O Dia, jornal bernardista que começara a circular a 24 de fevereiro de 1921, com redação à rua do Rosário, próximo à rua Gonçalves Dias, dirigido por Azevedo Amaral, Virgílio de Melo Franco e Tristão da Cunha, deixou de circular, em agosto de 1922, com 300 contos de dívidas. Pouco adiante, O Jornal, de Renato de Toledo Lopes, em circulação desde 1919, e mantendo-se na oposição, era comprado por Assis Chateaubriand, com o auxílio de Eptácio Pessoa, Alfredo Pujol e Virgílio de Melo Franco, com o beneplácito de Artur Bernardes. A partir daí é que Chateaubriand começou a construir o seu império jornalístico. O Jornal, sob sua direção, tomou feição nova, moderna, arejada, contando com excelente colaboração do exterior e do país.⁹³

No entanto, apesar de *O Cruzeiro* ter se tornado o produto principal do grupo de Assis Chateaubriand, o projeto de edição de uma revista de circulação nacional nasceu do desejo de Carlos Malheiros Dias, que por falta de condições financeiras, acabou entregando a Empresa Gráfica Cruzeiro S.A para o empresário Assis Chateaubriand, que fez do novo magazine uma espécie de indicador de projeto nacional, através da proposta de modernidade, e de seus interesses pessoais, uma vez que sempre utilizou a revista, a então “menina dos olhos” do conglomerado Diários Associados, para fazer urdiduras políticas e econômicas de acordo com o seus interesses, desde o início, em 1928.

⁹² VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. O Cruzeiro. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20\(DHBB\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20(DHBB).pdf). Acesso em: 20 maio 2023.

⁹³ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 51. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1966. 617 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or404270/or404270.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

Através de um empréstimo fornecido pelo Banco da Província, de propriedade de Antônio Mostardeiros (recém-nomeado presidente do Banco do Brasil) e intermediado pelo então ministro da Fazenda, Getúlio Vargas, Chateaubriand conseguiu lançar o primeiro número, alargando os horizontes de sua cadeia de órgãos de imprensa, que futuramente seria conhecida como Diários Associados. Em 1927, Vargas não deixou dúvidas quanto ao interesse no potencial político da nova revista.

Com a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da república, O Cruzeiro, assim como os jornais do grupo Diários Associados, trabalhou arduamente na campanha reservando diversas páginas de publicidade ao candidato da Aliança Liberal, enquanto o apagamento do concorrente Júlio Prestes, indicado pelo presidente Washington Luís na linha sucessória acontecia. Assis Chateaubriand, utilizando todo o seu império para viabilizar a eleição de seu candidato e padrinho de negócios com o governo, Getúlio Vargas.

A campanha da Aliança Liberal percorreu todo o país e, especialmente nas grandes capitais, promoveu grandes mobilizações em seus comícios e manifestações. Contribuiu para este perfil, inédito no país, de uma campanha política que mobilizava a opinião pública, a dinamização recente da grande imprensa brasileira, então já instalada em bases nacionais. Durante a campanha presidencial, o apoio político de O Cruzeiro à candidatura de Vargas-João Pessoa tornou-se evidente pela diferenciação entre a ampla cobertura (cerca de oito páginas ilustradas por fotos a cada edição) das atividades dos candidatos aliancistas, contra o espaço restrito da candidatura oficial, que tinha de pagar para estar nas páginas da revista.⁹⁴

Mesmo com todo o trabalho de campanha realizado pela imprensa a favor da Aliança Liberal, Júlio Prestes fora eleito. Nesse contexto, não houve cogitação de recuo por parte da oposição. Iniciou-se uma campanha ferrenha a fim de impedir a posse do presidente eleito sob a alegação de fraude nas eleições. Nesse contexto os instrumentos da imprensa sob o comando de Assis Chateaubriand, seguiram à serviço da Aliança Liberal.

O prestígio de que Chateaubriand desfrutava junto ao alto comando aliancista não era apenas um reconhecimento aos serviços prestados por seus jornais e por

⁹⁴ VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. O Cruzeiro. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20\(DHBB\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20(DHBB).pdf). Acesso em: 20 maio 2023.

Cruzeiro à causa da Aliança Liberal. Ele era efetivamente considerado um dos membros do primeiro e mais fechado círculo da conspiração⁹⁵

O assassinato de João Pessoa foi um acontecimento chave no projeto de impedimento da posse de Júlio Prestes e contra o governo de Washington Luís. As páginas de *O Cruzeiro*, apesar dos fatos apontarem para um crime político, exploraram o acontecimento como culpa do governo, utilizando a cobertura da morte de Pessoa como arma contra o governo federal; abrindo caminho para Vargas, a fim de concretizar o projeto de conspiração iniciado pela Aliança Liberal desde a eleição de Júlio Prestes para a presidência da República. Nesse período:

O Cruzeiro, durante quase um mês, publicou matérias ricamente ilustradas sobre a morte e os funerais de João Pessoa. Em 3 de outubro do mesmo ano, começou o levante militar que 21 dias depois depôs o presidente Washington Luís e instalou uma junta governativa, que entregou a presidência da República a Getúlio Vargas em 3 de novembro.⁹⁶

Dessa vez, toda a movimentação realizada por meio da junção da imprensa e política entregou um resultado que satisfazia o interesse dos aliancistas, inaugurando o golpe militar de 1930 e um novo momento na edição de *O Cruzeiro* que alterou a numeração da edição para indicar um novo tempo, um renascimento da revista junto à Revolução. Em 08 de novembro de 1930, apesar do ano III da revista, ela foi para as bancas como ano I, segundo Velasquez, 2023.

Durante o ano de 1930, a revista seguiu com seu crescimento epopeico e trazendo diversos conteúdos de variedade que envolviam o público leitor. Nesse contexto a tiragem da revista chegou a 80 mil exemplares, segundo Velasquez. No entanto, Chatô não se prendeu a favores políticos durante toda condução da publicação. Podemos inferir isso, a partir das idas e vindas no apoio ao próprio Getúlio Vargas, que teve papel decisivo e importante na inauguração dos trabalhos do magazine. Chateaubriand, apesar de ter conquistado um lugar de destaque na Aliança Liberal, logo no início do Governo Provisório, seguiu caminhos contrários ao que defendera.

⁹⁵ MORAIS, Fernando. **Chatô: O Rei do Brasil**.: Marduke, 1994. 489 p. (1). Disponível em: <https://livros.mardukebd.pt/index.php?page=13&id=831>. Acesso em: 01 jun. 2024.

⁹⁶ VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. **O Cruzeiro**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20\(DHBB\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20(DHBB).pdf). Acesso em: 20 maio 2023.

A harmonia entre o Governo Provisório de Vargas e os órgãos de imprensa de Assis Chateaubriand não durou muito. Ligando-se ao grupo de Lindolfo Collor, João Batista Luzardo e Raul Pilla, Chateaubriand passou a referir-se, em fins de 1931, àquela fase do governo Vargas como o início de uma ditadura, engrossando assim o coro dos que defendiam uma rápida reconstitucionalização do país. O *Cruzeiro*, apesar de seu perfil dominante de revista de variedades, voltou a ganhar um tom de comprometimento mais direto com a política, tornando-se em 1932 um veículo da propaganda da reconstitucionalização. Assim, transformou-se rapidamente, cobrindo semanalmente os atos cotidianos do governo e os fatos da conjuntura política. A revista de costumes, voltada para os problemas da família e do lar, abriu espaço ao semanário ágil e politizado.⁹⁷

Da mesma forma que as produções dos Diários Associados apoiaram o golpe e a Revolução em 1930, em 1932 todo esse arsenal foi utilizado para atacar o governo provisório. Apesar de toda a censura da época, os jornais e revista conseguiam passar muitas vezes ilesos e colocar nas bancas, matérias contra o governo Vargas. Toda essa movimentação colocou Assis Chateaubriand na mira da polícia:

Durante as três últimas semanas de julho de 1932, Chateaubriand vagou pelo Rio, dormindo cada noite num lugar diferente. Mesmo sabendo que a polícia dava batidas incertas, tentando apanhá-lo no prédio do jornal, ele não resistia - e pelo menos uma vez por semana passava por lá. Antes, tomava o cuidado de telefonar e pedir a algum diretor que circulasse pelas ruas Treze de Maio e Senador Dantas para ver se a polícia não estava de tocaia. Além das visitas, telefonava todos os dias para a redação, pedindo notícias. E estas não poderiam ser piores. A censura sobre os seus jornais era quase total.⁹⁸

Toda a movimentação de Assis Chateaubriand como apoiador da Revolução constitucionalista fez com que a tiragem da revista *O Cruzeiro* amargasse uma queda de 60 mil exemplares na sua tiragem e ainda saiu de circulação por um mês. Mas Chateaubriand estava longe de ser um homem vaidoso a ponto de colocar seus interesses econômicos, que refletiriam no seu poder político, em risco para defender a nação ou assumir uma posição que se afastasse do seu habitat natural, a direita. Dessa forma, com a Assembleia Constituinte em 1933, Chateaubriand reata seu relacionamento com Getúlio Vargas, e angaria fundos e apoio para impulsionar seus negócios e colocar a revista *O Cruzeiro* novamente no seu pedestal de altas tiragens e instrumento regulador

⁹⁷ Ibidem

⁹⁸ MORAIS, Fernando. **Chatô: O Rei do Brasil**.: Marduke, 1994. 489 p. (1). Disponível em: <https://livros.mardukebd.pt/index.php?page=13&id=831>. Acesso em: 01 jun. 2024.

de hábitos em todo o país. Tanto Chatô como Vargas sabiam as vantagens de esquecer desavenças passadas para servirem de mola propulsora uma para o outro. Assim foi durante toda a década de 30, salvo quando Chateaubriand sinalizou apoio à candidatura de Armando Sales à presidência em 1938, até que

a decretação do Estado Novo alterou novamente o relacionamento de Chateaubriand e seus órgãos de imprensa, com o governo. Adaptando-se à nova realidade política, O Cruzeiro abriu suas páginas à divulgação dos feitos de Vargas e do regime ditatorial, transformando-se em mais um veículo a serviço da propaganda do Estado Novo.

No período estadonovista (1937-1945) a imprensa passou por um período de censura severa, onde diversos jornais foram fechados e jornalistas presos. Estava imposta uma nova ordem onde os jornais por apoio ou não serviriam ao governo.

A ditadura criou órgão específico, o Departamento de Imprensa e Propaganda, chefiado por Lourival Fontes, segundo o modelo nazista; o famigerado DIP controlava a imprensa e o rádio e baixava listas de assuntos proibidos. Nos Estados, foram instalados os Departamentos Estaduais de Imprensa, dei, que faziam o mesmo serviço: “Nos dias mais agudos da ditadura, êsse controle de imprensa destacava censores em cada jornal e nenhum original descia às oficinas sem o ‘visto’ do fiscal do governo.”⁹⁹

O Brasil atravessava tempos sombrios e muitos que foram contra o modelo instaurando tiveram suas vidas ceifadas, muitas vezes de forma silenciosa e indecifrável até os dias atuais. Chateaubriand, definidamente compreendeu a conjuntura na qual estava inserido e adequou-se para garantir proveito dentro da situação. O jornalista encontrou meios de validar a postura do seu chefe de estado, através de declarações públicas.

(...) e de "ditador " e "ex-ditador" tinha sido promovido nos artigos de Chateaubriand a "Chefe", sempre com c maiúsculo: Nada será mais errôneo do que dizer-se que o sr. Getúlio Vargas era até ontem um liberal. O que o nosso Chefe tem de liberal são as maneiras, são as formas exteriores de ação. Psicologicamente, não há, nunca houve autoritário mais tenaz e mais constante. A função de grande sentinela do

⁹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 51. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1966. 617 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or404270/or404270.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

novo regime lhe cabe em toda plenitude, até porque hoje ele é o Chefe Nacional, como Mussolini é o Duce e Hitler é o Fuehrer.¹⁰⁰

Os feitos do Estado Novo, aqueles convenientes ao governo, ganhavam as páginas dos jornais de Assis Chateaubriand, enquanto a Revista O Cruzeiro seguia com o seu ar de modernidade e de modelo a ser seguido diante de instruções e regras disfarçadas em uma narrativa envolvente.

Tanta gentileza mereceria reciprocidade dos Associados: Chateaubriand deu ordens para que as duas rádios Tupi abrissem um programa semanal de doutrinação da população segundo os princípios do Estado Novo, cujo conteúdo ficaria a cargo de palestrantes indicados pelo governo. Com objetivos idênticos, o Diário da Noite de São Paulo abriu uma coluna permanente e entregou-a à Comissão de Doutrina e Divulgação do Departamento Nacional de Propaganda (que meses depois se transformaria no temido DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda). O Cruzeiro não fugia ao modelo e se transformara num veículo de propaganda do Estado Novo.¹⁰¹

Contestado sobre os rumos que *O Cruzeiro* estava tomando, Chatô expõe: *Os homens públicos passam(...), mas os jornais são permanentes. Nós vamos ter que atravessar esse túnel juntos. Vamos ter que apoiar o Estado Novo para que os nossos jornais possam sobreviver* (MORAIS, 1994). E foi com esse pensamento que *O Cruzeiro* chegou em 1943, fazendo contratações de grandes nomes com David Nasser e Jean Mazon, que levariam a revista para a sua melhor fase, modernizando e rebuscando ainda mais o maquinário, papel e forma de fazer jornalismo através da experiência dos novos contratados.

A dupla Manzon-Nasser foi apenas uma das aquisições da equipe de O Cruzeiro sob a direção de Frederico Chateaubriand, nos anos 1940. Néelson Rodrigues, Franklin de Oliveira, Joel Silveira, Hélio Fernandes e Millôr Fernandes eram alguns dos jornalistas contratados dos Diários Associados que atuavam em O Cruzeiro naquele momento de expansão da revista. Millôr seria o responsável — sob o pseudônimo de Vão Gogo — pelo texto da seção humorística Pif-Paf, outro grande sucesso da revista na época. Péricles foi o responsável pelas ilustrações de Pif-Paf, em seus primeiros anos. Ele foi o autor, também, do mais conhecido

¹⁰⁰ MORAIS, Fernando. **Chatô: O Rei do Brasil.** Marduke, 1994. 489 p. (1). Disponível em: <https://livros.mardukebd.pt/index.php?page=13&id=831>. Acesso em: 01 jun. 2024.

¹⁰¹ MORAIS, Fernando. **Chatô: O Rei do Brasil.** Marduke, 1994. 489 p. (1). Disponível em: <https://livros.mardukebd.pt/index.php?page=13&id=831>. Acesso em: 01 jun. 2024.

personagem do desenho de humor brasileiro — o Amigo da Onça — publicado nas páginas de *O Cruzeiro* a partir de outubro de 1943.¹⁰²

Em 1945, seguindo a sua ideia de que homens públicos passam e os jornais ficam, Assis Chateaubriand entendeu o momento como oportuno para colocar seu império a favor da redemocratização do país.

Em 1945, Chateaubriand e sua imprensa apoiaram a redemocratização do país e atacaram Getúlio Vargas. A cobertura da deposição de Vargas, em outubro de 1945, ganhou destaque em *O Cruzeiro*, contando com reportagem de Manzon-Nasser sobre o último dia do presidente no Catete. Na campanha eleitoral, Chateaubriand apoiou o candidato da União Democrática Nacional (UDN), brigadeiro Eduardo Gomes, com anúncios publicados gratuitamente na revista e nos jornais da rede dos Diários. Ainda assim, as referências ao candidato do Partido Social Democrático (PSD), o general Dutra, foram sempre elogiosas. Com a vitória de Dutra, e sua posse, em janeiro de 1946, os órgãos dos Diários passaram a apoiar o novo governo, sob o argumento da conciliação nacional.¹⁰³

Mais uma vez é possível observar a movimentação de Assis Chateaubriand com o intuito exclusivo de beneficiar seus negócios. As suas convicções políticas eram fluidas e seguiam de acordo com o que seria melhor para o seu império jornalístico. Toda a sua capacidade de escrita e oratória persuasivas indicam a permanência de seus impressos e trânsito constante nos caminhos políticos brasileiros, se mantendo sempre em cena e com alianças com quem detinha maiores poderes.

O seu envolvimento e parcerias minuciosamente pensadas fizeram com que *O Cruzeiro* permanecesse em constante crescimento conseguindo ainda mais prestígio e alcance durante toda a década de 40 e 50, observando que a revista chegou a 550 mil exemplares em meados de 1950¹⁰⁴. A revista seguia como um portal de entretenimento e acesso à informação. Cobria a vida literária brasileira, trazia notícias sobre moda e cinema vindas do exterior, dedicava páginas para o humor e uma parte importante para se comunicar com o público feminino, algo novo e nunca explorado antes por outros impressos.

¹⁰² VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. *O Cruzeiro*. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20\(DHBB\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20(DHBB).pdf). Acesso em: 20 maio 2023.

¹⁰³ *Ibidem*

¹⁰⁴ *Ibidem*

O enorme crescimento da tiragem e o aumento do poder de influência de O Cruzeiro nas décadas de 1940 e 1950 coincidem com dois fenômenos significativos e interligados: a formação de uma cultura de massa no Brasil e a afirmação da publicidade como principal sustentáculo dos periódicos. Para ambos contribuíram o crescimento urbano, o aumento do índice de alfabetização da população e o maior acesso a bens de consumo, fatores que se manifestaram especialmente a partir do segundo pós-guerra.¹⁰⁵

Todavia, a década de 1950 não foi marcada só pelo crescimento de O Cruzeiro. Samuel Wainer, colaborador do grupo de Chateaubriand, a quem coube estabilizar as relações políticas com Vargas, mas também sinalizaria o início do declínio de um império forjado a partir de favores e proventos públicos. Tudo isso porque, em 1950, Chatô voltou a apoiar Vargas discretamente, ao observar as dificuldades na candidatura de Eduardo Gomes, após a rejeição da proposta de Vargas para um candidato único para as eleições presidenciais. O Cruzeiro, mais uma vez fora utilizada como veículo para a candidatura e visibilidade de Vargas através de uma entrevista feita por Wainer¹⁰⁶

Feita espontaneamente ou encomendada por Chateaubriand, o que importa é que a reportagem realizada na terça-feira do Carnaval de 1949 acabou se transformando no mais importante fato político da época, tendo repercutido até em órgãos importantes da imprensa internacional, como o jornal The New York Times e a revista Time. Em meio à longa entrevista, Wainer perguntou a Getúlio se ele tinha planos de voltar à cena política nacional. A resposta amanheceria estampada no dia seguinte, em letras garrafais, na primeira página de O Jornal e dos demais órgãos Associados: "Sim, eu voltarei. Não como líder político, mas como líder de massas". Pelas mãos de Samuel Wainer e pelas páginas do mesmo O Jornal que ajudara a derrubá-lo, Getúlio Vargas começava a longa caminhada que o levaria de volta à Presidência da República.¹⁰⁷

Essa aproximação de Wainer e Vargas resultaria numa parceria que abalou os negócios de Chateaubriand. O jornalista ganhou as graças do presidente Vargas, o qual financiou a abertura do Jornal *Última Hora*, conduzido por Samuel Wainer.

Os antagonismos políticos tornavam-se agudos e refletiam-se claramente na imprensa. Vargas não tinha condições, pela mudança dos tempos, para subornar a

¹⁰⁵ Costa, Helouise. "Entre o Local e o Global: a Invenção Da Revista O Cruzeiro." In: As Origens Do Fotojornalismo No Brasil: Um Olhar Sobre O Cruzeiro, 1940-1960. Rio De Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2012.

¹⁰⁶ Wainer antes de aceitar a proposta de trabalho no grupo Diários Associados, resistiu e defendeu suas ideias que o renderam a fama de comunista. Na década de 30 esteve à frente da revista Diretrizes, que segundo seus colaboradores defendiam um ideal ao contrário dos produtos do grupo de Chateaubriand que nunca tiveram bandeira.

¹⁰⁷ MORAIS, Fernando. **Chatô: O Rei do Brasil.** Marduke, 1994. 489 p. (1). Disponível em: <https://livros.mardukebd.pt/index.php?page=13&id=831>. Acesso em: 01 jun. 2024.

grande imprensa, como se fizera antes no Brasil, e Campos Sales confessara com tanta simplicidade. Mas era já rotina a abertura de generosos créditos a empresas jornalísticas, nos estabelecimentos bancários e previdenciários do Estado. Vargas julgou que esse caminho, largamente batido, lhe permitiria ter pelo menos um órgão oficioso, de base popular, capaz de permitir-lhe enfrentar a maciça frente dos jornais controlados pelas agências estrangeiras de publicidade. Foi assim que vultosos e rápidos créditos possibilitaram, em 1951, a Samuel Wainer fundar o vespertino Última Hora, que logo conquistou lugar de destaque na imprensa carioca e brasileira.¹⁰⁸

Esse financiamento foi mencionado pelos Diários Associados como “escandaloso desvio de dinheiro público”¹⁰⁹. Nessa altura, já não restavam dúvidas sobre o poder de negociação e acordos de Chateaubriand tanto na economia quanto na política. O jornalista que construiu um império, lança em 1951 mais um desejo a ser realizado, o de ser senador. No entanto, novas eleições aconteceriam somente em 1954. Mesmo assim, Chateaubriand procurou por Drault Ernanny, que mantinha relações próximas com o presidente Vargas, e em uma grande barganha política conseguiu realizar mais um de seus caprichos.

Diante da insistência do jornalista, Drault Ernanny acabou, muito a contragosto, levando o problema para o presidente da República. Vargas empurrou o abacaxi para a frente e mandou-o procurar o governador do estado do Rio, Ernâni do Amaral Peixoto, casado com sua filha Alzira e presidente nacional do PsD. Exatamente como Chateaubriand previra, antes do final do ano o “problema” estava solucionado: convidado a assumir uma cadeira no Tribunal de Contas da União, o senador Vergniaud Wanderley, do PSD da Paraíba, aceitara renunciar a seu mandato. Também em troca de uma prebenda, o suplente Antônio Pereira Diniz repetiu o gesto do titular e renunciou. Declarado vago o cargo, o Tribunal Superior Eleitoral não teve outra alternativa senão convocar eleições suplementares para o dia 9 de março do ano seguinte para a escolha do novo senador.¹¹⁰

Com todas essas manipulações Assis Chateaubriand conseguiu sua candidatura como senador pela Paraíba, causando grande mal-estar no meio político, especialmente na “ala esquerda do PSD”. O empresário e jornalista conseguiu manipular o governo e suas relações políticas e

¹⁰⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 51. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1966. 617 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or404270/or404270.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

¹⁰⁹ VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. **O Cruzeiro**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20\(DHBB\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20(DHBB).pdf). Acesso em: 20 maio 2023.

¹¹⁰ MORAIS, Fernando. **Chatô: O Rei do Brasil**.: Marduke, 1994. 489 p. (1). Disponível em: <https://livros.mardukebd.pt/index.php?page=13&id=831>. Acesso em: 01 jun. 2024.

empresariais de forma maestral para realizar os seus caprichos. Qualquer tentativa de contestação sobre sua candidatura fora anulada pela amarração bem-feita para se chegar a esse resultado. Dessa forma, logo caiu no esquecimento, ou precisou ser esquecido, as condições bizarras e fraudulentas que levaram Chateaubriand a candidato ao Senado. Sua campanha seguiu os mesmos passos da candidatura: ausente e falha, subsidiada convenientemente pelo seu suplente Drault, este que tinha recursos para subsidiar toda a campanha. Mesmo com toda a deficiência e ausência de causa que justificasse o nome de Chateaubriand no senado, o nome do jornalista ganhou força e foi ovacionado por diversos meios de comunicação, em especial na revista *O Cruzeiro* que através da coluna “Sete Dias” de Franklin de Oliveira publicou:

Quase todos pareciam ter se esquecido de que a candidatura nascera de uma vergonhosa barganha. Em sua prestigiada coluna "Sete dias", em *O Cruzeiro*, o respeitado Franklin de Oliveira escreveu que "a escolha do nome do sr. Assis Chateaubriand indica, evidentemente, uma sensível e saudável evolução da seleção de valores. Mostra agora a brava Paraíba ao Brasil a necessidade em que nos encontramos de recrutar homens representativos onde quer que eles se encontrem, substituindo com esse método valorativo a simples escolha feita nas bases estritas da vida partidária. A candidatura do sr. Assis Chateaubriand significa a vitória de uma nova mentalidade cívica".¹¹¹

Com uma campanha ferrenha para eleger seu proprietário a revista *O Cruzeiro* seguiu levando o que era desejado pelo patrão, para os lares que abriam as portas para o magazine de variedades que conquistou a nação e enriqueceu Chateaubriand. Já eleito, o tom da revista mudaria, voltando-se para o ataque ao governo de Vargas que apoiava o movimento nacionalista “O petróleo é nosso”. Os encaminhamentos políticos de Vargas e seu apoio ao então protegido, Samuel Wainer, que antes foi repórter de *O Cruzeiro*, montavam o arsenal de motivos para os ataques ao governo federal. Endossando a reprovação das campanhas nacionais, Chateaubriand já se posicionava ao lado do movimento militar, que levaria Getúlio ao autoextermínio em 1954, e dez anos mais tarde ao golpe aplicado no Brasil. Mais uma vez as suas publicações passaram ilesas pela censura e movimento instaurado, apesar de ter sido mencionado, por dever milhões aos cofres públicos, que financiaram todo o seu império, o alvo da vez seria Samuel Wainer, pois este seria aliado de Vargas e defensor de seus feitos nas páginas do Jornal *Última Hora* financiado pelos cofres públicos, com

¹¹¹ MORAIS, Fernando. *Chatô: O Rei do Brasil*.: Marduke, 1994. 489 p. (1). Disponível em: <https://livros.mardukebd.pt/index.php?page=13&id=831>. Acesso em: 01 jun. 2024.

valores muito menores do que os fornecidos para o grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand, como podemos complementar com o que Sodré traz sobre esse momento da história da imprensa brasileira:

tratava-se agora de liquidar a imprensa que o apoiara, representada quase que tão somente pelo vespertino oficioso Última Hora. Tõda a imprensa concentrou-se, então, em demonstrar o óbvio: que êsse jornal só se tornara possível pela concessão de grandes empréstimos nos estabelecimentos oficiais de crédito. Foi a “operação” que ocupou a grande imprensa em 1953 e que se arrastaria por alguns meses: era necessário pôr a descoberto os empréstimos levantados pelo vespertino oficioso, esquecendo aquêles levantados, nas mesmas condições, ou piores, pelos outros jornais. Rafael Correia de Oliveira, em sua coluna do Diário de Notícias, mostrava como não era possível, quando menos por coerência, atitudes diversas ante fatos iguais, e acusava os Diários Associados de se terem aproveitado mais dos estabelecimentos oficiais de crédito do que a Última Hora, posta sozinha no pelourinho. Mas o fato é que a campanha penetrou fundo no espírito dos leitores, mobilizou a opinião, abalou o Governo. E, entretanto, o que Última Hora fizera era comum, normal, rotineiro: naquele momento, enquanto sua empresa levantara cerca de 156 milhões de cruzeiros, as organizações comandadas por Assis Chateaubriand deviam mais de 162 milhões ao Banco do Brasil e todos sabiam que deviam também às Caixas Econômicas e aos Institutos de Previdência.¹¹²

Com as dívidas perdoadas pelo poder público, Chateaubriand seguiu com seus trabalhos, e *O Cruzeiro* seguia sendo espaço para os interesses e conchavos políticos do jornalista, assim como um folhetim desejado por boa parte da população. Nos anos seguintes, mantendo a sua característica de não ter um causa coletiva e sim pensar apenas em seus próprios interesses, *O Cruzeiro* bateu recordes de tiragem com a cobertura da morte de Getúlio Vargas, explorando todo o acontecimento como um furo de reportagem. Em 1955 apoiou discretamente a candidatura de Juscelino Kubitschek e nas eleições seguintes foi oposição a Jânio Quadros, apoiando o candidato marechal Lott. Chateaubriand manteve o periódico como apoio à João Goulart: Os jornais da rede e *O Cruzeiro* mantiveram uma posição de apoio à posse de João Goulart, quando do episódio da renúncia de Jânio, em agosto de 1961. No entanto, esse apoio logo se tornaria oposição. Nos anos seguintes o conglomerado de Chateaubriand formou forte oposição ao governo Goulart, sendo incentivador do golpe militar de 1964.

¹¹² SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 51. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1966. 617 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or404270/or404270.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

Tomando a trajetória de *O Cruzeiro*, seu dono e colaboradores, podemos inferir a preocupação principal para a sua manutenção: lucro e poder. As idas e vindas de alianças políticas, os contratos e novo cenário da propaganda eram perfeitamente arquitetados para a manutenção das riquezas e prestígio de Chateaubriand. O magazine se firmou como grande mobilizador de opinião e recurso para manobras políticas.

De fato, a revista viria a ser, um dos veículos de comunicação mais poderosos que o país já teve, de “dois fios”, ou seja, com a função de eleger e de derrubar presidentes 30 governos, um exemplo foi o próprio Vargas, que o magazine ajudou a levar ao poder, mas que também ajudou a depor em 1944. Outros exemplos não faltam: *O Cruzeiro* e os demais meios de comunicação de Chatô foram incentivadores do golpe militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart.¹¹³

Mesmo diante das transformações no mercado da imprensa, com a chegada da televisão na década de 1960, o espaço da revista se mantinha alinhado aos valores de seu dono. Sendo assim, são necessários os questionamentos acerca dos reais interesses no direcionamento de conteúdo para as brasileiras, uma vez que, a preocupação com os direitos das mulheres, bem como a valorização das mesmas não ornavam com o tipo de política e postura adotado pelo líder da Diários Associados. Para tanto, seguimos com a investigação a partir do recorte, de *O Cruzeiro*, analisado nessa pesquisa: a coluna “Da Mulher para a Mulher”.

2.2 As especificidades da coluna “Da Mulher para a Mulher”

Para que figurasse nesse campo do desejo do leitor, a revista, desde o primeiro ano de existência, consolidou uma estética baseada na fotorreportagem, ilustrações, cores e *layout* que a colocaram em um lugar similar ao da obra de arte. Era preciso atrair a leitora e o leitor para um novo estilo de publicação, de forma que, depois do primeiro contato, *O Cruzeiro* se tornasse o meio de comunicação indispensável para a atualização sobre a sociedade brasileira, como aponta Moraes¹¹⁴. Nesse cenário, o direcionamento de colunas e matérias para as mulheres era realizado através de

¹¹³ SERPA, Leoní Teresinha Vieira. **A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945)**. 2003. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp000097.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

¹¹⁴ MORAIS, Fernando. **Chatô: O Rei do Brasil**.: Marduke, 1994. 489 p. (1). Disponível em: <https://livros.mardukebd.pt/index.php?page=13&id=831>. Acesso em: 01 jun. 2024.

diferentes formas e assuntos. Desde a década de seu lançamento, a estrutura para atingir uma gama extensa de leitoras era presente.

Um público claramente buscado pela revista é o feminino. Para ele dedicam numerosas páginas e seções. Uma delas – Dona – mostra que é a mulher de melhor poder aquisitivo a leitora da publicação. Além dessa, dedica também ao público feminino a seção Carta de Mulher, onde publicam correspondências das leitoras. Cinelândia, com as novidades sobre o cinema americano e fofocas das estrelas de Hollywood, Estádio, com notas sobre esportes variados, e Consultório Médico completam as principais seções da publicação. Nesta última, um médico responde às dúvidas dos leitores sobre os mais diversos problemas de saúde. Há também nesse Cruzeiro dos primeiros tempos seções de curiosidades, culinária, coluna social, moda e charges internacionais. Crônicas e contos de autores como Malba Tahan, Eça de Queirós, entre outros, compõem o restante do conteúdo. Em todos os textos, fotos materializam o clima do artigo ou da reportagem e são poucas as páginas que não contém pelo menos um anúncio, distribuído – segundo a revista – “de modo a atrair a atenção do leitor”.¹¹⁵

De acordo com as tendências políticas e pessoais de Assis Chateaubriand, conhecidas a partir da retomada da história de *O Cruzeiro*, o grande espaço destinado às mulheres, ou melhor, para conteúdos direcionados para as mulheres figuram como um espaço formador. Na década de 1930, que marcou a ascensão do periódico, a mulher tida como ideal era a dona de casa, recatada, submissa ao homem. Dessa forma os conteúdos estavam alinhados a essa cultura de dominação masculina.¹¹⁶ Mas, com o passar dos anos, as mudanças políticas em torno dos direitos femininos, como o direito ao voto e a entrada de mulheres na cena política, seriam esperadas algumas mudanças de abordagem nas publicações? Analisando, os vestígios e o que Marques e Melo¹¹⁷ traz sobre a morosidade dos processos políticos, e complementamos tal pensamento endossando que é ainda mais recorrente tal realidade no campo das lutas femininas, podemos inferir que uma mudança social e comportamental sobre a relação com os direitos das mulheres levaria ainda mais tempo para serem divulgadas.

¹¹⁵ BARBOSA, Marialva. *O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, 2011. Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual. Disponível em: [\(PDF\) O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira \(researchgate.net\)](#). Acesso: 22 de set. 2024.

¹¹⁶ Ver mais sobre mulheres na Revista *O Cruzeiro* de 1930 a 1950 em: *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945)*.

¹¹⁷ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis**. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 463-488, ago. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2008000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mkBHYrM8HVHMBwHsYTDmzKz/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

O direcionamento dos textos para o público feminino esteve presente durante toda a existência da publicação. Em 1962, ano ao qual se dedica a investigação desse trabalho, as publicações de *O Cruzeiro* seguem com uma seção destinada especificamente para o público feminino. Dentro da seção, intitulada “Para a Mulher”, durante 1962, três colunas eram fixas: Lar Doce Lar; Elegância e Beleza e “Da Mulher para a Mulher”. Além dessas colunas, textos relacionados à moda e comportamento feminino eram colocados em todas as edições para compor a seção, não tendo uma regularidade de temas ou frequência.

Sendo a Coluna “Da Mulher para a Mulher” o objeto dessa pesquisa iremos dedicar as análises a partir da construção da mesma. Maria Teresa, ora, Maria Tereza, era quem assinava a coluna “Da Mulher para a Mulher”.¹¹⁸ Durante a realização dessa pesquisa não foram encontrados quaisquer sinais que indicassem sobre a identidade da colunista. Sempre somente o nome, sem indicação de sobrenome, em todas as inscrições do corpo editorial e nas referências da publicação. A coluna “Da Mulher para a Mulher” trazia temas diversos do universo feminino, e Maria Teresa foi forjada com os adjetivos de mulher culta e preparada para aconselhar as leitoras. Além dos textos escritos pela colunista, a sessão contava com um espaço para perguntas das leitoras e leitores, fazendo assim, que as respostas fossem uma orientação extra para aqueles que a acompanhassem.

Pensando os moldes sociais impostos para as mulheres ainda na década de 1960, não surpreende a construção de uma personagem para figurar como exemplo a ser seguido. Seria mesmo uma mulher por trás da assinatura de Maria Teresa? Essa pergunta ecoou durante todo o desenvolvimento desse trabalho, mas não conseguimos resposta para ela. O que podemos destacar é que se tratava de uma personagem que se firmou sobre uma reputação confiável e com autoridade para falar sobre o universo feminino, orientando o que era certo, errado e esperado da conduta das mulheres.

Sendo o foco da pesquisa a análise dos direitos e discursos em torno da mulher casada em 1962, em razão da promulgação da Lei 4.121 Estatuto da Mulher Casada, sigamos o fio condutor do ano e as temáticas abordadas na Coluna “Da Mulher para a Mulher”. Foram analisadas 50 publicações, de janeiro a dezembro de 1962.¹¹⁹ Abaixo, um gráfico mostra os temas abordados nas colunas analisadas, indicando o predomínio do casamento como temática eleita da coluna¹²⁰:

¹¹⁸ Não existe uma regularidade na grafia do nome da colunista nas edições analisadas.

¹¹⁹ Ver nos anexos, tabela com data, título e tema geral das colunas analisadas.

¹²⁰ Nos anexos consta uma tabela com data, título e assunto de todas as colunas

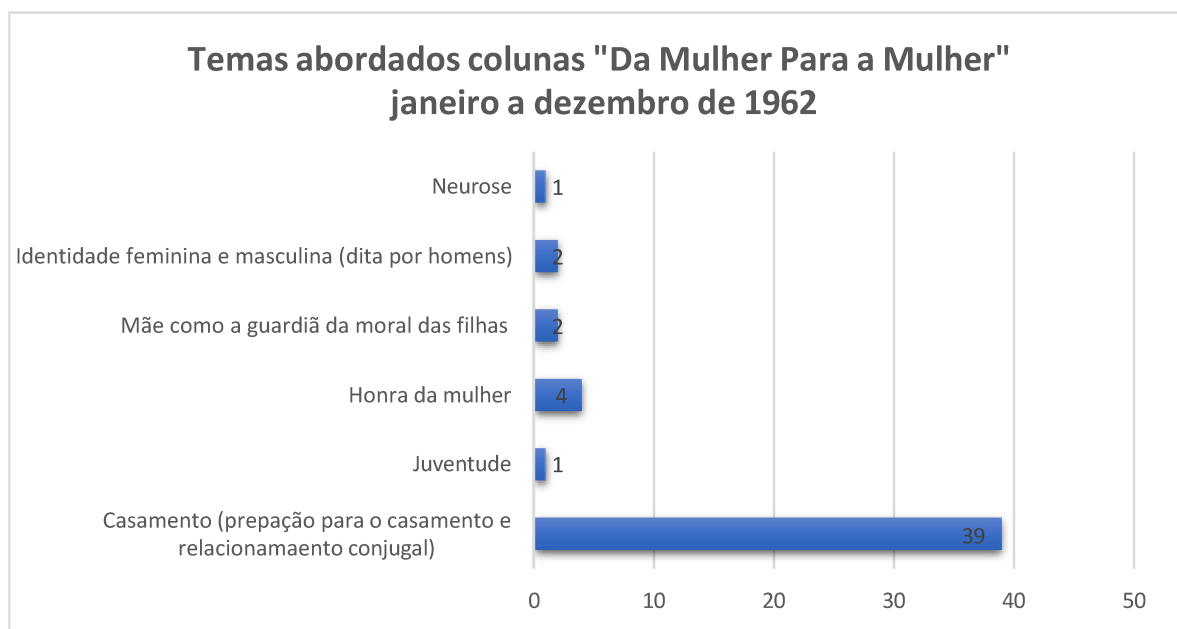


Figura 1 Gráfico com temas e frequência das colunas “Da Mulher para a Mulher” em 1962.

Das 50 revistas analisadas em 1962, apenas na edição de primeiro de setembro não localizamos a coluna “Da Mulher para a Mulher”. Assim, no universo de 49 colunas, 39 falam diretamente sobre casamento e/ou relacionamento conjugal, enfatizando as posturas cabíveis para a mulher nesse contexto. As colunas que tratam sobre outros temas em primeira mão, abordam de forma indireta a questão do casamento, pois fala sobre papel da mãe/maternidade, momento que mulheres casadas deveriam vivenciar, de acordo com as ideias em torno do casamento da época; sobre honra e postura que a mulher deveria ter, e nisso fica implícito o comportamento esperado para que um dia fosse pedida em casamento; sobre juventude, mas surge o tema namoro ao longo do texto, que é o passo inicial da sociedade conjugal. Duas colunas são destinadas para tratar da identidade da mulher, e nesse momento a mulher é conduzida ao espaço doméstico, e por fim, uma coluna fala sobre neurose, intitulada Pessoas Neuróticas. Apesar do texto não ter indicação direta para a mulher e falar de forma global, a fotografia que ilustra a coluna traz uma mulher sendo amparada por um homem, logo a comunicação visual sugere uma interpretação específica.¹²¹

¹²¹ No próximo capítulo serão feitas análises e apresentação dos textos das colunas mencionadas.



Figura 2 O Cruzeiro 18 de novembro 1962, ano 35, p.82

Tudo parece contribuir para a excitação nervosa que deprime e adoece a sociedade moderna: a vida trepidante, dificuldades econômicas, instabilidade emocional, insegurança, falta de confiança nos valores sociais. No entanto, em meio a esse nervosismo geral, existem pessoas perfeitamente calmas, cuja presença deixa escapar uma serenidade contagiante. Serão insensíveis ou apáticas? Nada disso. São pessoas absolutamente normais – e felizes.¹²²

Em uma breve análise da imagem, seriam os homens as pessoas normais e felizes e as mulheres “anormais”? De acordo com Costa, “desde o início, a revista apresentava um grande número de fotografias provenientes de fontes diversas.”¹²³ Considerando a riqueza e qualidade de imagem uma das principais características da publicação em análise, não podemos deixar de analisar o que nos falam as fotos e as ilustrações que acompanham o texto. A respeito disso, Kossoy afirma

¹²² O Cruzeiro, 18 de agosto de 1962.

¹²³ Costa, Helouise. “Entre o Local e o Global: a Invenção Da Revista O Cruzeiro.” In: As Origens Do Fotojornalismo No Brasil: Um Olhar Sobre O Cruzeiro, 1940-1960. Rio De Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2012.pp 12-13

que “é a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções”¹²⁴. Logo, provoca uma comunicação, se dá como vestígio importante para a historiadora e para o historiador, da mesma forma que inferimos que se comunicava diretamente com a leitora e o leitor. A imagem é um sinal que nos permite elaborar interpretações e questionamentos, como sugere Chartier quando afirma que:

A imagem é, para o historiador, ao mesmo tempo, transmissora de mensagens enunciadas claramente, que visam seduzir e convencer, e tradutora, a despeito de si mesma, de convenções partilhadas que permitem que ela seja compreendida, recebida, decifrável.¹²⁵

Essas imagens que nos transmitem mensagens, estão presentes ao longo de toda a edição de *O Cruzeiro*. Mas por que dedicarmos tempo para analisar imagens que não estão especificamente na coluna? Porque a construção da revista, apesar de ser seccionada é pensada para atrair a leitora e o leitor, desde a capa. Logo, existe a construção de um enredo até a efetivação da leitura da coluna. De acordo com a vasta pesquisa de Bassanezi¹²⁶, percebemos que ao falar sobre a era dos modelos rígidos e dos modelos flexíveis, cabem longas discussões sobre a concepção dos direitos femininos e até mesmo a representação dos corpos de mulheres. Nas capas de *O Cruzeiro*, em 1962, a figura feminina era divulgada de duas formas: quando mais ousadas – usando roupas de banho, maquiagens fortes, cabelos curtos - estavam diretamente ligadas a padrões, eventos e figuras internacionais, como Marilyn Monroe, atriz e modelo americana, conforme uma das capas de 1962. As mulheres brasileiras, eram retratadas sempre na companhia dos filhos ou em alguma cena familiar ou fraterna.

Existia, uma busca pelo *status* de país moderno perante o mercado internacional, mas é evidente o combate à liberdade feminina apresentada através das imagens internacionais, a partir de textos e direcionamento de conteúdo que doutrinavam o comportamento feminino dentro dos moldes de mulher ideal, cultuados no Brasil no início da década de 60.

¹²⁴ KOSSOY, Boris. Fotografia & História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 28

¹²⁵ Roger Chartier, em A. Burguiere (org.), op. cit., p. 407. apud NAPOLITANO, Marcos. **A História depois do papel.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, 302p.

¹²⁶ Ibidem pp 193-211

A década de 1960, foi um período de grandes mudanças no campo legislativo e cultural. A movimentação realizada pelos direitos das mulheres que surgiram nas décadas anteriores, começa a surtir efeitos nas esferas de políticas públicas e sinalizar uma necessidade de adequação cultural. Como aponta Tânia de Luca, a revista configura um espaço de análise e acompanhamento da mudança ou permanência dos comportamentos sociais de uma época, sendo a década de 1960 um marco nas mudanças de comportamento e padrões que levariam a

enormes mudanças nas imagens de mulher. Se no período anterior os comportamentos não seguiam à risca os modelos e nem mesmo estes eram tão rígidos como pareciam (admitindo distinções de classe, “raça” ...), em contraste com o que viria agora, o passado apresentava grandes limites e pouquíssimas opções.¹²⁷ Grifos nossos

Isto posto, é possível perceber através das capas da revista *O Cruzeiro*, os movimentos desse processo de modernização imagética da mulher no Brasil, bem como os padrões de beleza impostos em 1962. Até meados do século XX as mulheres, segundo os padrões sociais da época, deveriam ser discretas, não cobrir o rosto com maquiagem ou usar roupas que marcassem o corpo. Sua responsabilidade seria manter a beleza que tinha, de forma recatada, a partir de preceitos e instruções religiosas. O modelo de beleza era Maria e a partir disso a advertência: “Nossa Senhora não se pintava, e as jovens de boa família deviam seguir esse santo exemplo”¹²⁸. Os anos 50 trouxeram grandes transformações a respeito do padrão de beleza feminino e essas mudanças seguiram se multiplicando intensamente na década de 1960.

O Cruzeiro, sendo uma referência no fotojornalismo e marcada pela qualidade e diversidade de fotografias em suas edições, seguiu acompanhando essas transformações. Todo esse investimento em fotografia é importante para o trabalho de análise da revista e da coluna, pensando na importância dos signos na comunicação.

É indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época não só pelo passado ao qual ela nos remete, mas também, e principalmente, pelo

¹²⁷ PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana M. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2012. E-book. pág.211. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

¹²⁸ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. “Sempre Bela”. In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana M. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2012. E-book. pág.45. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

passado que ela traz à tona. Um passado que revela, através do olhar fotográfico, um tempo e um espaço que fazem sentido. Um sentido individual que envolve a escolha efetivamente realizada e um coletivo que remete o sujeito a sua época. A fotografia, assim compreendida, deixa de ser uma imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo. A fotografia, ao ser interpretada como mensagem, direciona a análise para o estudo das linguagens, no contexto de uma abordagem semiótica.¹²⁹

Considerando que a publicação é constituída a partir dessa interação de texto escrito e imagético, não podemos nos afastar dessa abordagem semiótica, pois ela nos permite a ampliação de repertório para análise e crítica do objeto.

Sobre a utilização da imagem na revista *O Cruzeiro*, Ana Maria Mauad¹³⁰, faz um estudo acerca da utilização de fotografias no semanário de 1940 a 1950. A partir da manipulação de revistas das décadas seguintes, percebemos que o padrão segue semelhante, caracterizado pelo foco na figura central do homem e da mulher, na modernização de ângulos e na preferência por fotos posadas, com dimensões menores, acompanhadas de título e texto. A partir dessas características, Mauad chegou à conclusão que:

a imagem fotográfica na revista *O Cruzeiro* está intimamente relacionada ao texto escrito. Sendo assim, o espaço fotográfico coloca-se, nesta revista, como adjacente à linguagem verbal, numa relação de complementaridade. No caso, o leitor ficava completamente cerceado na liberdade de interpretação, devido ao caráter didático que a imprensa assumia, principalmente, a partir da década de 1940, com a predominância, nas páginas da revista do fotojornalismo.¹³¹

Nesse caráter didático, a revista ditava sobre moda, beleza e comportamento. Analisemos algumas capas de 1962.

¹²⁹ ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. 1990. 340 f. Dissertação (mestrado) - Curso de Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/dssam.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2024. Pág. 15

¹³⁰ Ibidem p. 229

¹³¹ Ibidem p. 229



Figura 3 Capa O Cruzeiro – 10 de fevereiro de 1962, ano 34



Figura 4 Capa O Cruzeiro – 21 de abril de 1962, ano 34

As duas capas apresentadas representam o que se constituiu como os novos padrões de beleza da época. Olhos marcados, lábios pintados, cabelos curtos e “saboneteiras aparentes”. Em 1962 as falas em torno do exercício físico e do corpo magro já estavam em alta, assim como as propagandas de balanças para o controle do peso. Para a era da modernidade era necessário um corpo mais leve e cabelos mais curtos. Além disso, como toda a influência das artistas brasileiras e norte-americanas, era vendida a ideia que “toda mulher tem o direito de se tornar bela e tão sedutora quanto suas artistas prediletas”¹³². Nesse sentido, em 1962 com a grande entrada de cosméticos e produtos para manter a beleza do corpo, a ideia de procedimentos cirúrgicos para correção de “defeitos estéticos”

¹³² SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. “Sempre Bela”. In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana M. Nova história das mulheres no Brasil.. São Paulo: Editora Contexto, 2012. E-book. pág.48. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

estava presente no desejo de mulheres que escreviam para a coluna “Da Mulher para a Mulher”, como podemos ver a partir das questões enviadas para Maria Teresa.

OPERAÇÃO PLÁSTICA

COMPLEXADA, GUANABARA - "Como encontrar esse cirurgião?"

Uma consulta à lista telefônica resolve o seu problema, inclusive quanto à questão de preços. Você poderá esclarecer todas as suas dúvidas pelo telefone. Se está em suas mãos remediar a sua imperfeição física, não perca tempo.¹³³

PEQUENA IRREGULARIDADE.

O.C.; São Paulo – “Não sei se existe um tratamento adequado para esse caso.” Existe, sim, e com a maior facilidade no meio em que vocês vivem. Embora o assunto seja muito delicado, não se constranja em abordá-lo. Enquanto não fizer isso não se sentirá à vontade. Procure ser delicado e sugira à sua namorada um tratamento para corrigir essa imperfeição física que realmente é muito prejudicial à beleza feminina.¹³⁴

COMPLEXO DE INFERIORIDADE

LOIRA TRISTE, sem endereço – “Ando pensando na cirurgia plástica.”

Quando a pessoa tem meios e pode fazer cirurgia plástica, não há por que não lance mão desse recurso. Às vezes, porém, um complexo se origina de uma importância excessiva dada pela pessoa a uma pequena imperfeição. Admitamos que você tenha olhos feios. Adotaria o recurso de andar sempre de óculos, sem lentes, mas do mais variado feitio. Poderia vestir-se com muita elegância. Ou andar sempre com os cabelos bem penteados. Tais recursos desviariam sua atenção – e a dos seus conhecidos – para outros detalhes de sua pessoa.¹³⁵

AS DUAS FACES DE EVA

JOUNARLIÉRE, João Pessoa – “Em alguns dias ela é bonita, noutros torna-se feia e repulsiva!

Gostaríamos de ajudá-lo, sim. Mas precisamos que nos forneça alguns dados. Essa pessoa toma conhecimento da sua transformação? Goza boa saúde? Tem temperamento estável? Cuida da sua aparência pessoal? Mande-nos estas informações e, se possível, alguns detalhes sobre a vida da pessoa em apreço.¹³⁶

Solitário, Fortaleza – “É um dos maiores problemas que trago comigo.”

Ora, rapaz, isto não chega a constitui problema. Uma pequena imperfeição física, muito comum a homens e mulheres e perfeitamente disfarçável, não é coisa que aborreça ninguém. Não dê tanta consideração ao caso.¹³⁷

¹³³ *O Cruzeiro*, 26 de maio de 1962, ano 34, p. 82

¹³⁴ *O Cruzeiro*, 04 de agosto de 1962, ano 34, p. 76

¹³⁵ *O Cruzeiro*, 03 de novembro de 1962, ano 35, p. 72

¹³⁶ *O Cruzeiro*, 20 de outubro de 1962, ano 35, p. 101

¹³⁷ *O Cruzeiro*, 27 de janeiro de 1962, ano 34, p. 60

Diante das consultas realizadas com a conselheira, podemos perceber que além de reforçar a ideia da busca pelo padrão de beleza e “jeitinhos” para ser mais bonita; a cobrança em torno da beleza masculina não passa pelos mesmos critérios, sendo a resposta para o “Solitário de Fortaleza” acolhedora e colocando a “imperfeição física” como algo banal, que não aborreceria ninguém, oposto do que é colocado para as mulheres. Dessa forma, até nos padrões de beleza é possível perceber os sinais da dominação masculina, onde a aparência e essência das mulheres devem ser para os homens.

A coluna “Da Mulher para a Mulher” em 7 de junho de 1962, publica uma crônica acerca desse assunto, trazendo uma advertência para mulheres casadas e sugerindo a conduta das solteiras, sob o título Elegância e bom tom:

Elegância e bom tom.

Uma vez ouvimos, num desfile de modas da Casa Canadá, o seguinte comentário feito por um marido espectador a um outro, em tom desanimado: “O diabo é que a gente gasta um dinheirão para comprar um vestido desse para a nossa mulher e no fim das contas ela não fica nem parecida com o original. É um completo fracasso.” Como o comentário nos interessou, interessadas ficamos também em conhecer a esposa daquele homem desiludido. De fato, ele tinha razão, embora em parte. Sua mulher, uma criatura de meia idade, nunca seria tão bela, tão esfuziante de vitalidade como aquele jovem manequim vinte anos mais novo. Mas, de qualquer maneira, poderia ser muito mais elegante do que era, poderia agradar muito mais ao marido exigente se fosse menos gorda. E isso seria algo perfeitamente realizável, mediante um regime adequado. O assunto parece não pertencer a esta Seção, que não se ocupa de modas. Mas o abordamos aqui no que ele tem em relação com a felicidade conjugal, pensando na desilusão daquele marido, no interesse que ele possivelmente venha a ter pelos manequins elegantes e pela acusação que lhe será feita posteriormente pela esposa olvidada. Se a mulher solteira, por uma questão de feminilidade ou de simples bom gosto, deve ser elegante, maior obrigação a esse respeito tem a mulher casada, que precisa e deve ter no marido um admirador constante. Muitas esposas tornam-se negligentes no vestir-se e procuram justificar essa falta de vários modos: ora é o orçamento que não lhes permite vestirem-se bem; ora não dispõe de tempo para cuidarem de si mesmas. Há também aquelas que, sem planejamento, compram o que primeiro lhes cai sobre as vistas e, dessa maneira, nunca estão devidamente arranjadas: ou têm vestidos demais de “tollette” e não tem roupa de passeio, ou tem lindas roupas internas e quase nenhuma roupa de sair. Há falta de maturidade nesse critério de escolha. Em tudo na vida é preciso equilíbrio. Se, porém, há certas mulheres que se descuidam no trajar, no arranjo dos cabelos, na elegância, enfim, há também outras que se preocupam demais. E acham que ser elegante é chamar atenção. Escolhem, então, penteados exagerados, modas extravagantes e, depois, admiram-se quando os homens começam a olhar e a dizer piadas. (...) Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Ser elegante, sim. Para

tornar-se uma figura agradável à vista, em qualquer idade. Não para transformar-se em um figura caricata.¹³⁸

Logo, às mulheres casadas cabia o dever de estarem sempre belas para os seus maridos, correndo o risco de serem esquecidas, bem como as solteiras não escolhidas no comércio casamenteiro, uma vez que agora era a aparência física a porta para o amor que conduziria ao casamento. A revista se empenhava na propagação desse padrão, uma vez que, de acordo com Denise Bernuzzi:

A necessidade de levar as jovens ao altar, encaminhando-as para a construção de um lar feliz e honesto, motivava uma grande parte dos conselhos de beleza. Mas as mulheres casadas também foram chamadas a jamais descuidarem de suas aparências. Era preciso manter acesa a vulnerável chama do amor conjugal. O que exigia o conhecimento de uma gama cada vez mais variada e sofisticada de cosméticos.¹³⁹

A imagem da mulher casada idealizada como mãe e dona de casa, passa a ser construída pensando nessa lógica de padrão de beleza e de estar bela para o marido. Nas fotografias das capas de *O Cruzeiro*, elas também eram representadas no mesmo padrão de beleza das fotografias de modelos, conforme é possível visualizar nas imagens das capas a seguir.

¹³⁸ *O Cruzeiro*, 07 de junho de 1962.

¹³⁹ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. "Sempre Bela". In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana M. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2012. E-book. pág.45. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 11 nov. 2024.



Figura 5 Capa O Cruzeiro, 24 de novembro de 1962, ano 35.



Figura 6 Capa O Cruzeiro, 19 de maio de 1962, ano 34.

No entanto, precisamos destacar que a revista divulga uma imagem de uma mulher casada com seus estereótipos de mãe, sem colocar em pauta as possibilidades desse embelezamento diante das atividades domiciliares que são cobradas das mesmas. Outro ponto que podemos destacar é que essa representação se assemelha aos padrões da classe média emergente e da elite brasileira, que em muitos casos contavam com os serviços de outras mulheres (que poderiam ser casadas) para cuidarem dos seus lares e de seus filhos. Cabe observar que as mulheres de classes populares e as mulheres negras, não são contemplada na revista, que se alinha ao projeto de família burguesa. Para além da capa, as fotografias que complementavam o texto de Maria Tereza, anunciavam uma dona de casa “esbelta”, “penteada” e bem vestida. Como exemplo, tomemos 3 publicações:



Figura 7 O Cruzeiro - Educação e vida doméstica - 11 de novembro de 1962, ano 35.

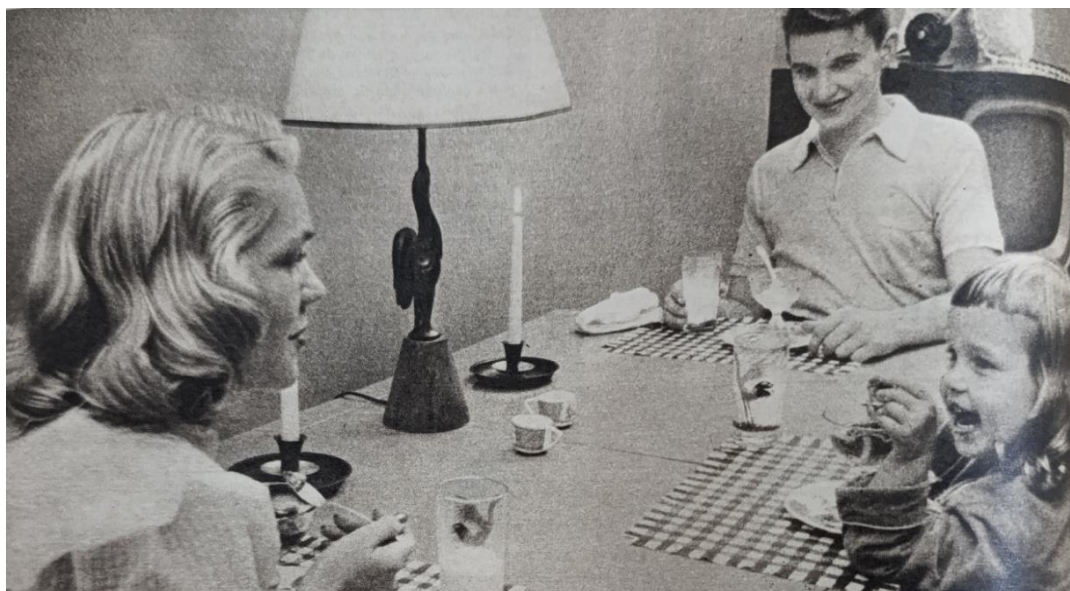


Figura 8 O Cruzeiro, -Nem só de pão vive o homem - 25 de agosto de 1962, ano 34, p. 56

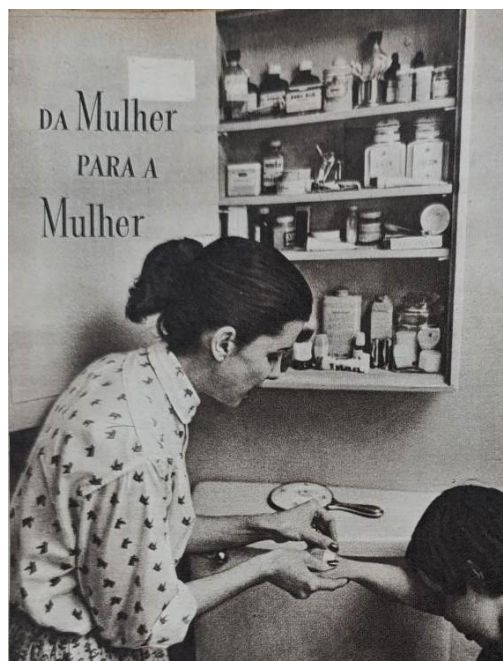


Figura 9 O Cruzeiro - Profissão mal compreendida – 30 de junho de 1962, ano 34, p. 82

Sendo a fotografia utilizada como complemento do texto na revista *O Cruzeiro*, como afirma Maud, na coluna “Da Mulher para a Mulher”¹⁴⁰, ela surge sempre na configuração preto e branco, representando o dia a dia da mulher casada, tal como ensinava, cuidando dos filhos, servindo a mesa, sem deixar de lado a elegância das roupas alinhadas e cabelos penteados. Mas por que as cores estavam ausentes nesses textos? Analisando a partir do ponto de vista da recepção, a mesma fotografia, se for apresentada em cores e em preto e branco, causam emoções distintas. Quais mensagens essas fotografias da coluna buscavam complementar o sentido?¹⁴⁰

Os espaços que compunham as páginas que abrigavam a coluna “Da Mulher para a Mulher” eram compostos por outros tipos de imagens. Apesar de não estarem ligadas como uma complementação para a crônica semanal, elas estavam a serviço de propagandas que viam no público feminino a principal via de consumo.

De acordo com Barbosa¹⁴¹, os textos de *O Cruzeiro* reforçavam a importância da propaganda para os negócios, chegando a ter um texto na edição de 10 de novembro de 1928 que dizia que: Um

¹⁴⁰ No próximo capítulo teremos elementos textuais e imagéticos para refletir sobre essas questões.

¹⁴¹ BARBOSA, Marialva. *O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, 2011. Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual. Disponível em: [\(PDF\) O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira \(researchgate.net\)](#) Acesso: 22 de set. 2024.

pequeno anúncio insistente produz mais do que um grande anúncio isolado, bem como a propaganda passa a ser um poderoso instrumento também no Brasil”. Logo, percebemos o espaço de destaque que as propagandas tinham na revista desde o seu lançamento e se mantem ao longo das décadas. Em 1962, os cremes para pentear os cabelos, sabonetes ganhavam as páginas da revista com rostos de celebridades, pareadas às colunas “Da Mulher para a Mulher”; mulher esta que deveria estar alinhada aos preceitos de higiene da década. Assim como os tecidos, produtos de limpeza, eletrodomésticos e utensílios de plástico, que por serem mais leves, substituíram os utensílios mais pesados e caros na rotina doméstica. Tudo isso, estava sendo produzido dentro do contexto de modernização que investia nos bens de consumo e nas praticidades dos serviços domésticos, vendendo a ideia de que os novos produtos iriam dividir a carga do serviço com a dona de casa. Uma mulher costurar e passar um tecido mais leve, assar um alimento em um forno a gás, ou comprar um sabão para lavar as roupas da família, seria uma mulher inteligente e com mais tempo para cuidar da sua aparência. Seria a “rainha do lar”¹⁴²

Nas imagens abaixo, podemos perceber como a leitura da coluna se funde com a propaganda.



Figura 10 O Cruzeiro - Coluna “Da Mulher para a Mulher” 15 de dezembro 1962, ano 35, p. 112

¹⁴² PINSKY Carla Bassanezi, *Imagens e Representações 1* In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana M. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2012. E-book. p.204. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

O Cruzeiro, 08 de agosto de 1962

[illegible]

Figura 11 O Cruzeiro - Publicidade 22 de setembro de 1962, ano 35, p. 91

[illegible]

Figura 13 O Cruzeiro - Publicidade 11 de agosto de 1962, ano 35, p. 75.

[illegible]

Figura 15, O Cruzeiro, 15 de setembro de 1962, ano 34, p.56



Figura 16 Compilado de anúncios da revista O Cruzeiro em 1962.

As propagandas que compartilhavam páginas com a coluna “*Da Mulher para a Mulher*” mostram onde está o interesse dos anunciantes e a visão que têm sobre consumidores potenciais. A coluna seria o espaço ideal para as propagandas de produtos alimentícios, tecidos, produtos de higiene, facilidades para vida doméstica. E de acordo com a ordem cultural, a única pessoa responsável por essas tarefas seria a mulher.

Podemos perceber nas imagens ao lado, propagandas veiculadas junto à coluna. As fotografias e ilustração representando a mulher ideal: dona de casa, mãe e esposa que se preocupa e cuida da alimentação do marido e dos filhos. A comunicação imagética é tão direta quanto o texto. O posicionamento das propagandas fica como se fossem indicação da mulher (que produz os textos) para a mulher que os consome. Além disso, os rostos femininos retratados nessas funções são permeados de alegria e satisfação, por estarem cumprindo os seus papéis de mãe, dona de casa e esposa. Fica explícita a comunicação, quando na propaganda de sabonete, no dia 06 de janeiro de 1962, a fala da mulher é destacada quando afirma: “a saúde da minha família depende de mim.” Nota-se como outro recurso de enfatizar a mensagem o sublinhamento da parte “depende de mim”.

Ainda na mesma edição, na propaganda que antecede a coluna, há a propaganda de uma marca de sabão em pó. Apesar de perceber a presença do discurso higienista e responsabilidade da mulher em torno dele, o que mais chama a atenção é a fotografia que mostra um homem colocando uma coroa na cabeça da mulher enquanto ela admira um tecido, supostamente, bem higienizado pelo produto anunciado. Esta imagem ilustra perfeitamente o conceito de “rainha do lar” difundido na época. A mulher que cuida bem do espaço doméstico e daqueles que nele vivem merece ser coroada, pois dentro de casa e para a sua família é que irá reinar.

Para além das temáticas comunicadas, destaca-se o perfil das

mulheres retratadas.

Entre ser “simples e prática” e preencher a casa com sinais evidentes de suas prendas manuais – toalhinhas de crochê, capas de liquidificador, arranjos florais... – a “boa dona de casa” extrai prazer do trabalho doméstico, tem orgulho de sua cozinha, congratula-se pela sala impecável. Dedicar-se aos filhos ou à costura são para ela formas agradáveis de lazer. A “dona de casa perfeita” ainda encontra maneiras de ser elegante enquanto tira o pó, usa um aventalzinho coquete por cima do vestido alinhado, perfuma-se até para cozinhar.¹⁴³

Sempre com seus cabelos penteados, roupas alinhadas e preocupadas com o bem-estar da família, essa era a mulher representada das propagandas. Mas, analisando o primeiro contato da revista com as leitoras e leitores, que é realizado através da capa, é possível desprender que esse perfil não se restringe às propagandas e ilustrações próprias da coluna. Das edições de 1962, recuperadas para a pesquisa, apenas sete capas não trazem a figura da mulher; todas as demais capas reproduzem os padrões norte-americanos de beleza e postura feminina explorando rostos de celebridades e anônimas.

E dessa forma, investindo na construção de um espaço desejado para a veiculação de anúncios, o grupo de Assis Chateaubriand seguia aumentando seu patrimônio de forma exponencial. Desde o lançamento da revista, Chateaubriand trabalhou para transformá-la em um espaço de publicidade e propaganda nacional e internacional, que seria a sua via de maior enriquecimento. Segundo Moraes (1994) Chatô sabia que o investimento em publicidade e propaganda sempre foi o melhor caminho para o lucro, e não tendo anunciantes no Brasil, seria necessário buscá-los em outros países

A ideia de alcance que pairava sobre *O Cruzeiro*, era que o magazine estivesse na maior parte dos lares brasileiros. No entanto, a revista não era distribuída gratuitamente. Na década de 60 para ter acesso ao impresso era necessário desembolsar cerca de CR\$ 50,00. Pela própria condição de aquisição da revista é possível inferir quais mulheres tinham acesso a mesma.

A revista teve também toda essa tecnologia a serviço da construção da “nova mulher”, mas que não representava a realidade da maioria das brasileiras que viviam em condições sociais precárias e eram analfabetas. Ela mostrava uma imagem relacionada às mudanças de um país que despia suas mulheres das saias longas e as urbanizava com biquínis, blush e pó-de-arroz, ou seja, que buscava moldar o comportamento feminino com novas formas de vestir e de se mostrar para a sociedade. Essa imagem que incluía a utilização da maquiagem e de produtos

¹⁴³ Ver mais em BASSANEZI, Carla. **A era dos modelos rígidos**. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (Org..). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2012

femininos de beleza como símbolo de moderno e novo ilustravam as capas desde a primeira edição.¹⁴⁴

Dessa forma, a partir do estudo da abordagem feita pela coluna “Da Mulher para a Mulher”, percebemos que ela era claramente escrita para as mulheres casadas. E após uma análise do periódico, podemos afirmar que a revista era pensada para permear o imaginário dessa mulher branca, detentora de posses, que a partir da leitura da coluna “Da Mulher para a Mulher” seria uma propagadora em potencial do modelo ideal de família defendido pelo Estado. Portanto, de acordo com o que era esperado para as mulheres brancas da classe média, pelos homens e ideias patriarcais, a coluna ““Da Mulher para a Mulher”” seria o espaço ideal para a prática da leitura que não transcendesse os limites sociais.

¹⁴⁴ BLUMBERG, Natália Simanke. “**Da Mulher para a Mulher**”: o papel do feminino na revista o cruzeiro. 2013. 115 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/78879/000901392.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 nov. 2023.

III-DISCURSO NA BANCA: MULHERES, POLÍTICA E IMPRENSA

Tendo em vista as análises desenvolvidas até o momento, nos servimos de boa bagagem para olhar criticamente os conteúdos das colunas “Da Mulher para a Mulher”. Dessa forma, a partir desse capítulo poderemos compreender o discurso que estava “indo para a banca de revista” a respeito das mulheres, associado aos movimentos sociais e políticos de 1962.

No ano de 1962, a revista *O Cruzeiro*, já não experienciava a mesma potência dos seus primeiros anos. Questões internas e mudanças na forma de divulgação e acesso à informação impactaram diretamente a tiragem da revista. No entanto, ainda se mantinha com um forte prestígio, ao passo que adotava uma postura editorial predominantemente conservadora e alinhada aos interesses da elite política e econômica.¹⁴⁵

A relação entre o governo e a imprensa em 1962 estava inscrita em um cenário complexo e de disputas. *O Cruzeiro* era oposição ao governo Jango e seguia cobrindo uma diversidade de temas alinhados aos seus interesses; buscava parcerias políticas como melhor lhe aprouvesse. Diante dessas características, a forma de abordagem dos assuntos ao longo das páginas da revista: política, sociedade e cultura, era alterada dependendo do contexto político e econômico.

Não foi diferente com a construção da coluna “Da Mulher para a Mulher”. Analisemos a construção editorial da coluna de janeiro a dezembro de 1962 com as reflexões e questionamento pertinentes aos nossos objetivos apresentados.

3.1- Representações, discursos e resistência.

A primeira publicação de 1962, veio sob o título de “Curiosidade Infantil” e o texto resume a sua abordagem em “A mãe deve inspirar confiança à filha para que ela não resolva com as amigas as suas dúvidas”¹⁴⁶ Essa afirmação vem a partir do diálogo de duas mães que se vangloriavam da

¹⁴⁵ A chegada da televisão no Brasil ampliou as possibilidades de propaganda, que era a principal fonte de *O Cruzeiro*. Além disso, as questões de saúde de Chateaubriand e as relações com o governo representavam desafios para o grupo Diários Associados em 1962. Ver mais em: VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. **O Cruzeiro**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20\(DHBB\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20(DHBB).pdf). Acesso em: 20 maio 2023.

¹⁴⁶ *O Cruzeiro*, 6 de janeiro de 1962, ano 34 p. 82

educação das filhas. Tal abordagem nos conduz para o pensamento acerca da cobrança sobre a mulher-mãe, a respeito da educação dos filhos e da moral.

A abordagem sobre o tema da responsabilidade da mãe na formação moral das filhas aparecerá novamente em 01 de dezembro, com o texto “O príncipe e a mocinha”. A colunista orienta as mães que possuem filhas em idade de namoro a ensinarem as condutas junto aos pretendentes, uma vez que, na fase da adolescência, “a mulher atravessa uma fase de reações muito complexas. Tudo para ela é novo e tudo vem ainda revestido de um romantismo exagerado”. Uma forma de ensinamento, seria a mãe fazer “um retrospecto da sua própria vida até a idade que a filha atravessa. Mas um retrospecto verdadeiro em que se visse sem retoques como era aquele tempo livre dos traços, que mais tarde lhe foram impostos pela vida, e que a tornaram talvez, um pouco amarga ou cética e que lhe roubaram o natural entusiasmo da Juventude.”¹⁴⁷ Logo, além da educação moral das filhas, fica a cargo da mãe ser modelo de moral e satisfação com a trilha do namoro que leva ao casamento, mesmo que esse tenha roubado seu brilho.

Apesar dos movimentos para uma modernização do país e os projetos em torno da família tradicional, as ideias em torno da mulher advinham do Código Civil de 1916, que estava totalmente ancorado no século XIX, quando a mulher tinha ainda menos acessos aos espaços que extrapolavam o doméstico. Considerando o lar como espaço de realização feminina “educação para mulheres de classe alta era centrada na preparação para seu “destino final” de esposa e mãe. Além disso, elas eram vistas como as guardiãs do lar e da família e mantenedoras da “base moral” da sociedade.”¹⁴⁸ A afirmação de June Hahner sobre o papel da mulher/mãe como “guardiã da moral” segue atual ainda na segunda metade do século XX, e a ideia da mulher como propagadora do projeto burguês de família moderna, procurava vias de surgir de forma recreativa e, ao mesmo tempo, pedagógica, nas páginas da revista.

É imprescindível destacarmos um espaço da coluna “Da Mulher para a Mulher”: as respostas às cartas das leitoras e leitores, que funcionavam como uma consulta particular com a equipe por

¹⁴⁷ *O Cruzeiro*, 1º de dezembro de 1962, ano 34 p. 96.

¹⁴⁸ HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PEDRO, Carla Bassanezi Pinsky, Joana M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. *E-book*. pág.20. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

trás da coluna¹⁴⁹, onde os assuntos eram classificados por um título que julgavam pertinente e discorriam brevemente com uma resposta.

Segundo Tania Regina de Luca, a construção dos espaços nas revistas femininas tinha por objetivo criar um ambiente familiar, como se fosse “alguém próximo e que aconselha, ampara, aplaca angústias, resolve dúvidas, sugere, fazendo as vezes de uma amiga e companheira à qual sempre se pode recorrer”.¹⁵⁰ Dessa forma, o espaço destinado para a troca de correspondências fazia com que a coluna “Da Mulher para a Mulher” fosse um espaço mais íntimo e atingisse o maior números de leitoras e leitores que acompanhavam o semanário, a fim de descobrir o que seria dito e se seria publicada a resposta de alguma indagação feita por eles.

Na primeira edição de 1962 já temos, tanto no texto da coluna quanto nas perguntas selecionadas para a edição, um indício de panorama da abordagem e idades alcançadas pela publicação, uma vez que, de um lado lecionavam para mulheres casadas/mães e de outro lado para meninas; como podemos observar quando respondem a colocação da leitora Márcia, que afirma: “São como borboletas; voam e não sabem o porquê”, escrevendo: “Você acha os homens uns fúteis e está determinada a ficar solteira. Mas tem apenas 14 anos. Esperamos e desejamos que daqui a 10 anos tenha motivos de sobra para ter mudado radicalmente de opinião.”¹⁵¹

A partir dessa análise percebemos mudanças no que diz respeito à concepção da idade para o casamento e sobre o público leitor da revista. Afirmamos isso, uma vez que a idade permitida para o casamento segundo o Código Civil de 1916 era de 16 anos para as mulheres e de 18 anos para homens. Considerar que aos 24 anos, essa leitora estivesse cogitando o casamento, é uma forma de atualização da conduta, pois, uma mulher que aos 24 anos não estivesse casada, seria considerada uma solteirona, realidade estigmatizada por colocar em risco o projeto de progresso, que tinha na família, formada a partir do casamento, os seus maiores investimentos.¹⁵²

¹⁴⁹ Aqui dizemos que as perguntas são direcionadas à equipe porque apesar da coluna ser assinada por Maria Tereza, as respostas sempre era fazendo menção a mais pessoas, como por exemplo: Nós recebemos essa pergunta...Nós orientamos que...Nós acreditamos que... Nesse contexto podemos inferir que Maria Tereza era um pseudônimo para nomear um grupo de pessoas que nunca tiveram suas identidades reveladas.

¹⁵⁰ DE LUCA, Tania Regina. Mulher em Revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO Joana M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. *E-book*. pág.184. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

¹⁵¹ *O Cruzeiro*, 06 de janeiro de 1962, ano 34 p. 82.

¹⁵² MAIA, C. A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral. Florianópolis: Mulheres, 2011. Tese (Doutorado)Disponível em: https://www.academia.edu/44312858/Claudia_Maia_A_invencao_da_solteirona. Acesso em 13 out. 2024

Mas o que meninas de 14 anos buscavam com as orientações de Maria Tereza? Podemos conjecturar que estariam sendo atraídas pelas imagens de modernidade, colocadas como iscas ao longo da revista; mas, que apesar de textos que buscavam reforçar um comportamento padrão para as mulheres, elas também estavam resistindo e se posicionando, uma vez que, bancar a solteirice em uma sociedade que a condenava, era um ato revolucionário. Logo, estava posto que a construção dos discursos e representações de meninas e mulheres ideais, segundo os padrões da elite branca, seria um investimento árduo, pois elas, de acordo com o teor das perguntas enviadas para publicação, não estavam lendo e acatando, mas sim, questionando.

A resistência feminina, apesar da tentativa de construção da ideia de ativo e passivo associada à divisão homem e mulher, se fez presente e possivelmente ditou as regras para o posicionamento das crônicas publicadas pela coluna. Como? De acordo com as reivindicações, afirmações e contestações que chegavam por meio das cartas das leitoras e leitores, a equipe de redação estaria diariamente a par do que reforçar e do que combater através da coluna.

Ao longo de 1962, tabulamos os dados das publicações e chegamos à recorrência de temas. A respeito do papel da mãe como guardião da moral das filhas adolescentes, especificamente, a coluna de 06 de janeiro e 1º de dezembro foram as únicas. A abordagem da temática específica sobre sentimento/psicologia, também não teve recorrência, aparecendo apenas na coluna em 18 de agosto, trazendo o título: “Pessoas Neuróticas”, falando do tema para homens e mulheres no discurso, mas, representando-o com a figura feminina em destaque, como foi discutido no capítulo anterior no item 2.2.

Mas afinal, o que estaria por trás dessa aparente dissonância entre os textos escritos e os recursos imagéticos? Inicialmente devemos destacar que é nítido que a revista era construída visando a manutenção e propagação do ideal de família moderna: homem e mulher, brancos, seguidores das normas sociais ditadas para o casamento, que estavam pautada na conduta e moral do Código Civil de 1916. Entretanto, a publicação incorporava algumas atualizações, advindas desse projeto burguês de família, que começou a considerar o amor romântico e a possibilidade de escolha do cônjuge, baseada em sentimento. Apesar de *O Cruzeiro* ser forjada em um campo marcado pela dominação masculina, especialmente pela condução e ações de Assis Chateaubriand, é possível ver que é mencionada a possibilidade de rompimento do noivado.

CELINA, Ponte Nova – “Já disse a ele que para lá não vou.” Você fez bem em dizer isso, porque foi sincera; mas fará ainda melhor no dia em que terminar o

noivado. É evidente que você não gosta bastante do rapaz. Se gostasse, você o acompanharia para qualquer lugar.¹⁵³

A colocação da leitora mostra como as mulheres não estavam – nunca estiveram- dispostas a se submeterem às regras sobre a condução do casamento. Podemos afirmar isso, uma vez que se recusar a acompanhar o futuro marido, contraria o Código Civil de 1946 que traz: “Art. 36. Os incapazes têm por domicílio o dos seus representantes. *Parágrafo único.* A mulher casada tem por domicílio o do marido”¹⁵⁴. Logo devemos reiterar que tanto as leis, que são dispositivos reguladores do Estado, quanto o discurso construído em busca de representações das mulheres.

Está posto que em caso de falta de amor, o noivado não deveria evoluir para um casamento. A colunista expressa uma espécie de autorização para que isso aconteça. Porém, para a nossa análise, a fala de Celina “Para lá eu não vou”, inspira-nos mais do que a resposta recebida. Celina nos mostra a resistência feminina frente a um Código Civil baseado na divisão sexual e das funções determinadas por uma ordem natural. Seguindo nesse caminho, muito já se pensou sobre “o que as mulheres poderiam fazer”, mas agora chegou a hora de pensarmos em como as mulheres realmente fizeram, tirando suas/nossas histórias da obscuridade e do domínio do relato androcêntrico, utilizando da nossa sagacidade “na busca de pistas que permitam transpor o silêncio e a invisibilidade, que perduram por tão longo tempo quanto ao passado feminino”, movimento inspiradas nas revisões historiográficas realizadas por Diva Muniz, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro.¹⁵⁵

Retomando as abordagens da coluna, a temática sobre a honra feminina aparece em quatro momentos. No dia três de março, sob o título: “Mãe Solteira” a coluna retrata a realidade de uma moça de 20 anos se entrega a um homem casado, engravida, é expulsa de casa pelo pai, demitida quando a gravidez se torna aparente. O pai da criança lhe arruma um apartamento, mas paga

¹⁵³ *O Cruzeiro*, 18 de agosto de 1962, ano 34 p. 82

¹⁵⁴ BRASIL. Congresso. Congresso Senado. Constituição (1916). Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Brasil, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 set. 2024.

¹⁵⁵ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa e História das Mulheres e das relações de gênero. In: Revista Brasileira de História. Dossiê História e gênero. São Paulo; ANPUH, v. 27, n. 54, Jul-dez, 2007, pp. 281-300. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/QQh4kZdCDdnQZjv6rqJdWCc/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 04 nov. 2024 e MUNIZ, D. do C. G. Sobre História e Historiografia das Mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 31, n. 1, 2018. DOI: 10.14393/CEF-v31n1-2018-8. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/45630>. Acesso em: 4 nov. 2024.

somente os primeiros meses. Por fim, esta mãe solteira é despejada, com o filho nos braços e precisa buscar por alimento para o seu filho. Apesar de no final a colunista afirmar a necessidade de acolhimento da família para que a situação da jovem não piore, a culpa e alerta recaem sobre a mulher: “A moça que erra sofre a vergonha do seu erro. Mas sofre ainda mais – porque todo o seu futuro fica ameaçado – com o abandono da família”¹⁵⁶ Nesse contexto, o envolvimento sexual, fora do casamento, quando ocasiona algo permanente, a culpa sempre recai sobre a mulher envolvida. Será ela que irá colher as dificuldades familiares, sociais e econômicas. A normalização do abandono da mulher e absolvição do homem são tratados com naturalidade. A preocupação que se coloca é em como as jovens vão aprender regras morais para não sofrer as consequências de seus atos, estes que são proibidos pela lei dos homens, porque a lei de Deus determina e é nela, a partida da Igreja Católica, que o Estado se baseia.

Art.

178. Prescreve:

§ 1º Em 10 (dez) dias, contados do casamento, a ação do marido para anular o matrimônio contraído com a mulher já deflorada (arts. 218, 219, IV, e 220)

Adotando o tema sexualidade atrelada à honra feminina, em maio de 1962, a coluna aborda o assunto Adolescência – Problemas sexuais, dividindo em parte I e II, publicando os textos em 19 e 26 do mesmo mês. Essas duas colunas são demasiadamente complexas e trazem os fortes traços da violência contra a mulher.

Na primeira parte é afirmado como teoria comprovada e dote espiritual, a sexualidade no homem e na mulher, sendo na mulher de forma mais branda e associada ao coração. O homem como dominador experiencia a sexualidade mais fortemente e nenhuma culpa tem caso as mulheres cedam aos seus instintos, sendo as “mocinhas” responsáveis por se resguardarem.

O homem é um ser superior, reduzir o instinto sexual há uma mera função glandular é rebaixá-lo ao nível dos animais. Não é uma atitude verdadeira, porque não satisfará jamais a um ser normal dotado de alma que desperta sentimentos nobres e clama por atitudes dignificantes. Parece-nos também interessante que as mocinhas reconheçam e admitam que são dotadas, embora em menor escala que os rapazes, do instinto sexual porque reconhecendo e admitindo esta realidade saberão conduzir-se melhor. Nos rapazes, o instinto sexual é mais difuso. É despertado por qualquer coisa que lhes pareça sensual. Nas moças é restrito ao homem a quem

¹⁵⁶ *O Cruzeiro*, 10 de março de 1962, ano 34 p. 58b

amam. Quando a mocinha gosta de um rapaz, sente-se atraída fisicamente por ele, e deseja também atraí-lo fisicamente. Isto é normal. O essencial é que o desejo que ela sinta de atraí-lo não se restrinja ao âmbito físico. O normal é que ela deseje empolgá-lo por tudo que é: pelo seu ser completo, físico e espiritual.¹⁵⁷

O mais grave da segunda parte é a culpabilização da mulher em caso de assédio e/ou estupro, quando menciona:

Uma vez ouvimos um rapaz defender a classe. Achava que os homens eram até muito sensatos considerando o grau de oferecimento das moças. Explicamos. Normalmente o papel ativo é do homem, o da mulher é passivo. Muitas vezes, porém, somos forçados a convir, as moças se oferecem em torno, tornam-se provocantes. Se vão num automóvel ao lado do rapaz, este mal pode dirigir tal o grau de agarramento delas junto dele. Numa praia, num cinema a situação é idêntica, isto sem falar nas modas excitantes que usam. Ora, um homem é um homem. Para bom entendedor, meias palavras bastam. Por que se queixam as mulheres depois?¹⁵⁸

A mulher é concebida pela sociedade patriarcal como destituída da sexualidade presente no homem. É notório que querem fazer do corpo feminino campo de dominação masculina, uma vez que ele deverá pertencer ao marido, mais do que a própria mulher, que legalmente, não possui direito de desfrutar de seus prazeres. Nesse sentido, o Código Civil de 1916 dispõe que:

Art. 219. Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge:

- I - o que diz respeito à identidade do outro cônjuge, sua honra e boa fama, sendo esse erro tal, que o seu conhecimento ulterior torne insuportável a vida em comum ao cônjuge enganado;
- II - a ignorância de crime inafiançável, anterior ao casamento e definitivamente julgado por sentença condenatória;
- III - a ignorância, anterior ao casamento, de defeito físico irremediável ou de moléstia grave e transmissível, por contágio ou herança, capaz de por em risco a saúde do outro cônjuge ou de sua descendência;
- IV - o defloramento da mulher, ignorado pelo marido.

A respeito do defloramento, o marido teria dez dias, contados do casamento, para anular o matrimônio contraído com a mulher já deflorada.

¹⁵⁷ *O Cruzeiro*, 19 de maio de 1962, ano 34 p. 82

¹⁵⁸ *O Cruzeiro*, 26 de maio de 1962, ano 34 p. 82

Tais dispositivos sociais e legislativos se constituem na tentativa de uma representação do corpo da mulher como objeto causador de perigo. Nessa perspectiva, Michelle Perrot afirma que constroem um discurso conduzindo a entender que, “toda mulher em liberdade é um perigo e, ao mesmo tempo, está em perigo, um legitimando o outro. Se algo de mal lhe acontecesse, ela está recebendo apenas aquilo que merece.” E, dentro dessa lógica, os defloramentos, que na língua portuguesa é sinônimo de abuso e violência, se torna responsável, inclusive pelas relações não consensuais, e nesse contexto, o estado legitima como vítima o homem, o que pode ter a infelicidade de tomar como esposa alguém que está inscrita no “erro”.

Pensando nesse jogo de representação construído em torno das mulheres, tomemos como exemplo a publicação de 21 de março que apresenta o texto: A esposa ideal, que diz o seguinte:

Há tempos publicamos nesta página alguns itens considerados como qualidades essenciais para um marido ideal. Pedimos, então, a opinião dos leitores sobre o que consideravam essencial para uma esposa ideal. As respostas vieram de todo lugar. Do nosso leitor “solteirão inveterado”, estudante de engenharia, do Rio recebemos a seguinte opinião: “a esposa ideal deve ser vaidosa sem ser fútil; carinhosa sem ser dengosa; liberal sem ser esbanjadora; alegre sem ser espalhafatosa e religiosa sem ser beata. Existirá uma pessoa assim? “Já um leitor da Tijuca nos diz que a esposa ideal deve ser zelosa dos arranjos da casa sem ser exagerada, a fim de poder gozar do convívio do marido e dos filhos. De nada valem um chão impecável ou uma panela reluzente se a esposa está cansada e mal-humorada ou menos brilhante do que a panela. Acha também o leitor que a esposa ideal evita os “disse me disse” da vizinhança e está sempre disposta a contribuir para a harmonia da família. “E sempre que disponha de tempo deve procurar aumentar seus conhecimentos gerais para tornar-se uma companheira cada vez mais completa do marido.” Outro leitor, dessa vez de São Paulo, diz que a esposa ideal deve ajudar o marido na luta pela vida. Não que precise trabalhar fora para ganhar dinheiro. Deve apenas “ser poupada e aplicar bem a renda do marido”. De todas as respostas que nos chegaram, porém, há algumas constantes, traduzidas mais ou menos no seguinte: A esposa ideal deve: colaborar com o marido em todas as ocasiões, sem fazer mistério do quanto ele representa para ela. -Não relaxar nunca sua aparência pessoal. -Ter personalidade, a ponto de ter vontade própria sem, contudo, deixar de reconhecer a autoridade do marido; -ser carinhosa sem ser melíflua; - não se queixar do marido ou criticá-lo na presença de estranhos.¹⁵⁹

É nítida a cobrança sobre o cuidado da mulher com a casa e com o marido, assim como a manutenção de sua beleza e humor para também os colocar a serviço de seu cônjuge. A esposa ideal deve ser abnegada e criar uma ambiência para desenvolvimento da felicidade do esposo. Além do texto escrito, o recurso imagético era utilizado a fim de reforçar a mensagem.

¹⁵⁹ *O Cruzeiro* 03 de março de 1962, ano 34, p. 60



Figura 17 A esposa ideal –O Cruzeiro, 3 de março de 1962, ano 34.

Na imagem acima observamos a representação do que nos padrões da época seria o retrato da família perfeita. Esposa, marido, três filhos de idades aparentemente próximas. Enquanto todos olham para a foto – para frente - a mulher/mãe olha para o filho e traz consigo um largo sorriso, cabelos penteados. Pela foto, cabe a dedução de que nos últimos 4 anos, pela idade aparente das crianças, essa mulher esteve imersa em gestações, puerpério e cuidados com a casa e os que nela residiam. Esse sorriso e a boa apresentação são uma construção do ideal de esposa. A mulher que renuncia a si em nome da felicidade e bem-estar da família. Assim como na foto, no cotidiano, a mulher deveria voltar o olhar para o outro, com alegria e gratidão, pois essa seria a sua função esperada.

Mas essa era a imagem construída e divulgada na coluna não a desejada pelas mulheres. Seria por esse motivo que a capa da mesma edição utilizava de recursos imagéticos opostos?



Figura 18 Capa de O Cruzeiro, 03 de março de 1962, ano 34

Na capa, cinco mulheres posam utilizando roupas de banho. A postura de braços, pernas, cortes de cabelo, expressão facial vendem uma ideia de liberdade! Imaginaria a leitora que se depararia com um manual para ser uma esposa ideal, com um retrato da idealização da família? Nesse contexto, percebendo como as cores eram reservadas para a capa, apesar de reforçar certos estereótipos, a imagem passa uma ideia distinta da mensagem da crônica, a partir de uma análise semiótica, considerando como complementares texto e signos.

Possivelmente, não. No entanto, pensando no projeto social, que tinha o homem como figura central e de poder, existia a necessidade de “semear a dúvida”, a colocar os medos sobre a vida sem

cumprir “o destino natural de cada ser”. Assim como na última anotação de recorrência sobre a temática “honra feminina”, em quatro de agosto, sob o título: “Nova Chance ao coração”. Inicialmente surge um incentivo para término do noivado em caso de ausência de amor por qualquer uma das partes do casal. Todavia, por mais que a mulher colha as consequências morais, é melhor que não insista em algo que está fadado ao fracasso.

Consequências morais da vida solteira ou um casamento fracassado? Convenhamos que nenhuma das opções é atraente. Mas diante da ideia do homem como “o guardião da família” responsável pelo sustento, não seria o casamento uma opção melhor, ou menos pior. Algumas poderiam acreditar que sim, mas outras não. Como no caso da leitora Sonia.

VIDA DE SOLTEIRA
Sonia, Rio – “Não é um marido que nos ajuda a conquistar um lugar ao sol”
Não. Esse lugar é conquistado pelo mérito individual de cada um. Há mulheres que se casam e que melhor fariam se tivessem se conservado solteiras. Pelo menos não arruinariam a vida do marido e dos filhos.¹⁶⁰

Percebendo que a resistência era de conhecimento dos responsáveis pela edição da coluna, através das falas das leitoras e dos leitores; o discurso era construído como forma de reforçar e possivelmente combater às ideias que chegavam à redação, pelas correspondências. Nesse ínterim, a produção seria pensada para atingir o público feminino de forma específica. Nesse sentido da construção dos discursos e representações, seguimos o pensamento de Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade às custas de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.¹⁶¹

Dessa forma, não existe neutralidade na elaboração do discurso¹⁶². Podemos perceber que existe uma tentativa de construção de uma representação. Tentativa porque em 1962, muitas

¹⁶⁰ *O Cruzeiro*, 04 de agosto de 1962, ano 34 p. 76.

¹⁶¹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro. 1990 p. 17

os detalhes que possibilitam pensarmos uma História das Mulheres, uma vez que a história de dominação do e a partir da revista, tendo homem um agente, já foi escrita. Dessa forma, a análise e produção que almejamos está inscrita dentro dos Estudos de Gênero e especialmente e da História das Mulheres, embasados na crítica feminista.

mulheres já usufruíam de riquezas e destaque intelectual, político e social¹⁶³, de forma que a representação das mulheres na revista não era compatível com o *self* de todas as mulheres solteiras e casadas que a liam.

Tânia Navarro, em seu artigo “A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?” inicia o texto questionando:

Que corpo é este que me impõe uma identidade, um lugar no mundo, que me conduz no labirinto das normas e valores sociais/ morais? (...) Corpo feminino, corpo reprodutor, a maternidade que me desdobra vem me integrar ao mundo do social, à representação da “verdadeira mulher”. Serei eu “mulher” mesmo antes de ser “mãe”?¹⁶⁴

Hoje, essas perguntas são realizadas a fim de conduzir uma problematização acerca dos problemas de gênero, que marcam a história das mulheres. No entanto, a dúvida se origina em algo que certa feita fora colocado. A partir do teor das crônicas, é possível perceber que a dúvida estava sendo plantada. Dessa forma, advogar a favor do papel da mulher como submisso e inferior ao homem, fez parte de um projeto dos envolvidos com a coluna ““Da Mulher para a Mulher”” e da revista *O Cruzeiro*. Por outro lado, perceber a resistência feminina nas páginas de uma revista que claramente busca defender um modelo tradicional da elite branca, mostra que o discurso e representação do modelo esperado precisaria de grandes esforços para o embate com o público feminino, que ao contrário do que esperavam, não era passivo.

Descobrimos que o casamento e seus desdobramentos, ao longo de 1962, foram as crônicas mais recorrentes, que possamos tratá-lo no próximo item buscando compreender as construções de discurso em torno dessa prática e seus envolvidos e o que os ventos do novo Estatuto da Mulher Casada proporcionou para esse projeto.

3.2 A pedagogia do casamento

O casamento mais do que uma aventura é uma profissão de fé. Todas as carreiras exigem hoje cursos de preparação, testes de habilidade, menos a do casamento. Entretanto esta carreira é a mais importante na vida da mulher e talvez a de maior responsabilidade social. De um casamento bem-sucedido vem uma família bem

¹⁶³ Ver mais sobre em PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005. P 493. (II). - Parte 5 capítulos 18 ao 23

¹⁶⁴ SWAIN, Tânia Navarro. A INVENÇÃO DO CORPO FEMININO OU “A HORA E A VEZ DO NOMADISMO IDENTITÁRIO?”. **Textos de História**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 47-48, jan. 2000.

constituída, vem filhos de boa formação sem complexos sem instabilidade emotiva.¹⁶⁵

Em 14 de julho a coluna “Da Mulher para a Mulher”, trazia o trecho acima citado, fazendo considerações sobre o casamento. Apesar dos avanços presenciados na virada do século XX, como a maior liberdade para namoros, a possibilidade de escolha do marido a partir do amor romântico e a condenação dos casamentos arranjados; ainda pairava sobre as mulheres a expectativa em torno do laço matrimonial.

A década de 1960 foi marcada por diversos avanços na vida das mulheres, apesar de serem pequenos, frente ao desejado e o necessário para a igualdade de direitos; foram grandes, pensando na constante resistência formada por mulheres desde os séculos anteriores, que eram ainda mais marcados pelo modo operante patriarcal. No entanto, em 1962, temos uma geração de mulheres esposas/mães/donas de casa que foram educadas para o casamento de acordo com as regras sociais das décadas de 40 e 50 do século XX, apesar de serem décadas que já presenciavam as lutas femininas e as recusas pelas regras ditadas sobre o ser mulher. Quanto mais retrocedemos na nossa história, mais forte será a apresentação legal da dominação masculina e a tentativa de disciplinarização dos corpos e mentes de mulheres. Dessa forma, em 1962, foi analisando as correspondências entre leitoras e cronistas da coluna ““Da Mulher para a Mulher””, que percebemos uma revolução da postura das mulheres em relação ao casamento. Meninas entre 13 e 16 anos escreviam reivindicando a solteirice e as que já estavam inseridas na sociedade conjugal, denunciavam a falta de atenção e a sobrecarga do trabalho doméstico.

“Onde há poder, há resistência” é uma frase periódica nos trabalhos de historiadoras feministas que recorrem às análises foucaultianas para fazer emergir da história contada pelos homens, as marcas da prática androcêntrica e os movimentos de resistência que nos levam a escrever sobre o poder das mulheres, que sempre foi presente, mas para o Estado e a Igreja, seria melhor que ficasse enclausurado. E qual melhor clausura para esse poder, do que o casamento indissolúvel? Definitivamente, desconhecemos. Desse modo, as mulheres que adentravam a sociedade conjugal, tal qual estabelecida pela elite branca, eram persuadidas pelos dispositivos estatais e religiosos a colocarem toda a sua energia vital para mantê-lo, e, nesse processo de esvanecimento de sua identidade em prol dos papéis impostos às mulheres, seguiam cuidando e gerando novas vidas através de seus esforços físicos e mentais.

¹⁶⁵ *O Cruzeiro*, 14 de julho de 1962, ano 34 p. 72

Todavia, essa exigência de doação profunda e dedicação da mulher para o marido, a casa e os filhos, não silenciaram os questionamentos dessas mulheres. Poderiam, muitas vezes, não falar publicamente por medo de repressão, já que a voz era destinada ao homem, restando para as mulheres o silêncio. No entanto, os homens sempre souberam que a ideia de poder, construída somente em torno deles, era alegórica. Michelle Perrot afirma que no século XX existia um grande temor dos homens em relação às mulheres, pois eles sabiam que apesar de classificadas por eles, como inferiores, o real poder emanava delas. Dessa forma a alteridade feminina era algo angustiante para os homens, estes que reforçaram a divisão sexual do trabalho e da separação dos espaços, sendo o doméstico/privado reservado à mulher e o externo ao homem. Os homens se movimentavam diante do medo do “impulso contínuo que as mulheres exercem em todos os domínios e do qual o feminismo é apenas a expressão mais aguda”¹⁶⁶ Seguindo a análise de Perrot em relação ao medo dos homens ainda no século XX, afirmamos que no século XX ele permanece. No entanto, diríamos que maior, pois a modernidade foi berço de grandes avanços na luta feminista e ampliação de direitos.

Portanto, se na vida pública não podiam se expressar abertamente, nas correspondências com a equipe da coluna “Da Mulher para a Mulher” estava disponível um espaço para as suas indagações.

Os discursos tentavam convencer as mulheres de uma determinação biológica, divina e social para aprisioná-las, buscando convencê-las que seus corpos “na família, ele pertence ao marido que deve possuí-lo. Mais tarde, a seus filhos que a absorvem inteiramente. Na sociedade ele pertence ao Senhor”¹⁶⁷. Os discursos buscavam o encarceramento de seus corpos em espaços restritos, mas, o que eles jamais conseguiram, foi apagar a verdadeira chama do ser, que foi constituído socialmente dentro do sexo e do gênero, mas que está inscrito em patamares que não podem ser regulados pelos homens. As mulheres estavam “presentes”!

Nesse cenário, é certo que, as pessoas que estavam por trás da elaboração dos textos da coluna, alinhados ao projeto social burguês de família moderna, sabiam que seria preciso um trabalho extenso na tentativa de forjar uma identidade feminina dentro dos padrões culturais e religiosos que desejavam perpetuar. Isso é comprovado pela predominância de assuntos abordados

¹⁶⁶ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005. 520 p. (II) p. 267

¹⁶⁷ Ibidem p. 447

pela coluna ““Da Mulher para a Mulher””. Dentro do universo de 49 colunas publicadas no ano de 1962, 39 falam especificamente sobre casamento, abordando assuntos que discorrem sobre idade para o casamento, a esposa ideal, a função da esposa, relacionamento conjugal se apoiando na divisão sexual das atividades e diversas situações pertinentes ao matrimônio; sempre advogando a favor do marido, chefe da sociedade conjugal, e da mulher como suporte doméstico.

Para seguir como conselheira e amiga das leitoras, a redação da coluna não ignorou a movimentação das mulheres solteiras e casadas. Na verdade, não era possível ignorar um movimento que crescia de forma exponencial. No entanto, a coluna apresentava em suas linhas justificativas para o conteúdo e posicionamento dos textos, como na edição de 09 de junho:

Às vezes somos acusados por certas leitoras feministas de tomarmos sempre o partido dos homens. A acusação é injusta. Conforme o título, esta Seção é dirigida à mulher; pela sua natureza ela é mais paciente, mais romântica, mais amorosa. Deus sabia disso quando a fez mãe. Considerando estas coisas todas é que sempre apelamos para ela - ou que lhe atribuímos maior parcela de responsabilidade - quando a Felicidade conjugal está em jogo. Há esposas que protestarão: “Nós também temos os nossos aborrecimentos dentro de casa: com os filhos, com as empregadas”. (nesses casos) O bom humor é uma arma poderosa para a felicidade do casal.¹⁶⁸

Dentro desse fragmento da edição de 09 de junho, podemos desprender diversas problemáticas: a “natureza feminina”, ligada à religião; responsabilidade quanto a felicidade conjugal e bom humor recorrente, independente do desafio vivenciado. Sobre o ideal de felicidade conjugal, Carla Bassanezi afirma que “as revistas femininas penetram no espaço doméstico e procuram atuar como guias de ação, conselheiras persuasivas, companheiras de lazer ou alienação”¹⁶⁹, sempre buscando um espaço de intimidade e de preocupação real com a vida das leitoras. Dessa forma, os conselhos estavam inseridos em um certo tipo de catequese, refletindo sobre as relações e comportamentos ideais nas crônicas semanais.

Sendo a revista *O Cruzeiro* marca da modernidade do país, através da utilização de imagens e fotografias, voltemos a essa análise, com a foto que acompanha a publicação citada de 09 de junho

¹⁶⁸ *O Cruzeiro* 9 de junho de 1962, ano, 34 p. 64

¹⁶⁹ BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 1, p. 112-148, 2005.



Figura 19 O Cruzeiro - 09 de junho de 1962, ano 34 p. 64

O título da semana? Quando um não quer, dois não brigam. Analisando a fotografia da semana: quem não gostaria de brigar? Para dar conta dessa análise da imagem, utilizemos a contribuição de Ricardo Crisafulli, que diz:

A imagem é polissêmica, isso é, pode ter diversos significados. Estes, por sua vez, estão inseridos em dois grupos designados denotativos e conotativos. Os denotativos referem-se àquilo que a imagem representa com

“certa precisão”, no seu sentido real; os conotativos, àquilo que a imagem pode “interpretar” em um determinado contexto, em um sentido figurado e simbólico.¹⁷⁰

A partir dessa afirmação, já que foi utilizada como ilustração de um texto que colocava a felicidade conjugal nas mãos da mulher; a fotografia demonstra claramente uma mulher silenciada, infeliz? Enquanto o marido demonstra larga felicidade e satisfação. Temos o sentido denotativo: a felicidade conjugal está posta na capacidade da mulher contornar os problemas conjugais, mesmo que isso custe a sua vivacidade. No sentido conotativo: seria felicidade conjugal sinônimo de felicidade do marido? “Quando um não quer, dois não brigam”, afirma o título; seria o marido sorridente (que não possui preocupação com os afazeres domésticos ou com a lida dos filhos) que em sua capacidade superior não se rende ao mal humor da esposa e não briga, ou a esposa que prefere a renúncia do seu descontentamento e se inscrever na face da tristeza, para que essa não encontre morada nos sentimentos do seu par, após uma discussão? Das duas formas tanto imagem quanto texto se comunicam com as leitoras e leitores, mostrando que nem sempre o ideal de felicidade conjugal passa pela felicidade dos cônjuges, certas -muitas- vezes a felicidade conjugal significa, de acordo com as regras sociais, para a mulher: estar casada. Para o homem, ser atendido pela esposa.

Sempre em busca de um “casamento ideal” as orientações para as mulheres solteiras era que fizessem boas escolhas; orientando os noivados e até o rompimento, quando esse pudesse ocasionar um “casamento infeliz”¹⁷¹, como podemos observar em algumas correspondências da edição de 29 de setembro:

NOIVADO		LONGO		DEMAIS
N.L.,	Rio	–	“Acha	que devo esperá-lo?
Se você gosta do rapaz, espera por ele (...). Mas se ele continuar na mesma apatia, será melhor terminar. Se chegassem a casar, você nunca seria inteiramente feliz ao lado dele.				

¹⁷⁰ RODRIGUES, R. C. Análise e tematização da imagem fotográfica. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 3, p. 67–76, set. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/bxHqRptRFCB8k9vNFJmnhnG/?lang=pt#> Acesso em 05/11/2024.

¹⁷¹ Mas sempre lembrando que a responsabilidade da felicidade no casamento dependia da postura da esposa diante da rotina doméstica e dos desafios da vida conjugal.

De acordo com a resposta, percebe-se que noivados são passíveis de rompimento, uma vez que o casamento acorrenta permanentemente as escolhas feitas. Logo, o tempo para evitar erros é antes da assinatura do contrato nupcial, como podemos observar na interação seguinte:

NOIVADO INCOVENIENTE

Rosinha, Campo Grande – “Ele quer ficar noivo imediatamente”
(...)Por que não deixam para ficar noivos depois que se conhecerem pessoalmente?
O casamento não é uma aventura. É uma cartada certa e definitiva que exige muita reflexão. Não se deixem levar por um romantismo excessivo, pois depois de casados é a realidade da vida que vão enfrentar.¹⁷²

A orientação/autorização para o rompimento do noivado, poderia em algum momento suscitar a ideia de liberdade de escolha, mas, a intenção real estava ligada a crença da indissolubidade do casamento. Noivados poderiam ser rompidos, casamentos, não!

DÚVIDA

CELINA, Teresópolis – “Ele não quer residir aqui.”
A residência do casal é determinada pelo homem, que, segundo as leis de Deus e dos homens, é o cabeça da família. O seu caso, porém, minha filha, não é baseado numa questão de residência. É, antes, falta de amor. Seu noivo não conseguiu despertar em você a sensação de segurança que faz com que a mulher abandone os pais e acompanhe o marido aonde quer que ele vá. E, nestas circunstâncias, é melhor desistir, antes que seja tarde.

Os esforços estão direcionados para o sucesso da união matrimonial, mesmo que esse custe a felicidade da mulher. O casamento figura como uma autarquia¹⁷³, tem suas próprias regras e, dentro da revista *O Cruzeiro*, estabelece modos designadamente para as mulheres brancas: as solteiras e as casadas¹⁷⁴, sendo o divórcio algo abominado. A coluna aborda essa temática, que é tratada diretamente apenas através das correspondências, pois nos textos, as meias palavras e

¹⁷² *O Cruzeiro*, 29 de setembro de 1962, ano 34 p. 51.

¹⁷³ Autarquia: É o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. Artigo 5º do Decreto-Lei nº 200/67. <https://www.cnmp.mp.br/portal/glossario/8336autarquia#:~:text=%C3%89%20o%20servi%C3%A7o%20aut%C3%B4nomo%2C%20criado,gest%C3%A3o%20administrativa%20e%20financeira%20descentralizada>.

¹⁷⁴ Não existe nenhuma menção às mulheres negras, indígenas e de outros países. Tanto o texto escrito como o imagético trazem a representação de uma mulher branca da classe média ou alta.

histórias “fictícias” deixam as conclusões a cargo da leitora ou do leitor. O assunto era uma espécie de tabu, falar dele? Somente para combater.

A coluna do dia 16 de junho de 1962, “O demônio do meio-dia”, contempla uma história que propõe à leitora decidir se é real ou fictícia. Se trata da traição como um status para o homem e a reconstrução da família após o escândalo. Logo, a ideia transmitida é que, mesmo com o escândalo, o laço matrimonial deverá permanecer.

No texto não é apresentada opinião direta, mas logo em seguida respondem a um leitor que questiona sobre o divórcio:

LEIS DIVORCISTAS

O. Brito, sem endereço – “Não seria justo que houvesse leis mais humanas?” Lastimamos sinceramente que haja tantos casos iguais ao seu – pessoas que merecem ser integralmente felizes e que não o são por um erro inicial de escolha. Lembremos, porém, que houve esse erro inicial. Estamos certos de que, havendo uma lei que sancione tais erros, surgirão outros, maiores e mais frequentes, em decorrência dessa mesma lei. Resolveria uns casos e criaria novos, mais numerosos. A escolha seria menos sensata anti o critério de “se não der certo casa com outra”. A intolerância com os defeitos recíprocos seria maior. E maior seria a tentação para uma nova união que oferecesse possibilidades mais promissoras. Todavia, sua atitude foi condizente com sua maneira correta de agir.¹⁷⁵

Aos homens, consolo. Às mulheres, cartilha de como agir.

TRIÂNGULO AMOROSO

Angustiada, João pessoa – “Devo abandoná-lo?”

Esta hipótese deveria ser a última, no seu caso. Há muitas coisas que considerar antes de pensar em separação. Em primeiro lugar, esclarecer os fatos. Como? Falando diretamente ao seu marido. Dizendo-lhe que desconfia da situação observando como ele reage antes, porém, antes de qualquer iniciativa nesse sentido, procure munir-se de toda calma e serenidade de espírito para não tomar nenhuma medida precipitada. Tenha sempre presente que você ama seu marido e isto sem falar nos laços que os prendem e que você muito considera. Por que não experimenta lutar pelos seus direitos? Por que pensa em fugir ao campo de Batalha em face do que pode ser apenas uma ameaça à sua Felicidade? Há situações na vida que precisam ser vencidas com coragem e determinação, e você, que tem sido quase uma heroína, não pode fracassar nesta hora decisiva para a sua vida futura.¹⁷⁶

Tomando essa linha de pensamento, a coluna reafirma a ideia o casamento para toda vida, bem como a ideia de amor construído, ancorando-se nas regras da Igreja Católica e seus membros,

¹⁷⁵ *O Cruzeiro* 16 de junho de 1962

¹⁷⁶ *O Cruzeiro*, 30 de junho de 1962, ano 34, p. 82.

para incentivar a permanência da união conjugal. ‘Não separe o homem o que Deus uniu’ Mt 19,6. Vejamos com o texto de 28 de abril, intitulado As três fases do amor: “Em seu esplendido livro “Introdução à Sociologia”, cujo recebimento acusamos e agradecemos, o Padre Fernando Bastos de Ávila (...) faz um estudo muito interessante sobre as três fases porque passa o casamento”. A colunista se compromete a dizer com suas palavras o conteúdo do livro e segue percorrendo sobre as fases do amor: “(...)A primeira fase transcorre numa atmosfera caracterizada pelo inédito. (...)As falhas e as imperfeições são facilmente perdoadas (...) depois vem uma fase quase contrária, as alegrias tornam-se responsabilidades (a rotina) enfraquece as emoções.” Nessa segunda fase do amor, segundo a colunista, baseada no estudo do Padre Fernando, explica que, quando as dificuldades surgem com mais frequência, é preciso resistir à “tentação do divórcio”, uma vez que, desquitados, serão como “mutilados sociais”. Dessa forma, tudo deverá ser feito em nome do bem da família e dos filhos. Por fim, “vencida a contento esta etapa, vem o período da sublimação do amor. (...) As experiências vividas constituem um acervo espiritual do par.

Nesta constituição de um casamento conformado, as regras da Igreja Católica sempre estariam presentes, uma vez que, em 1962, a movimentação das mulheres e acessos aos espaços públicos, bem como a necessidade de seu trabalho externo para manutenção do lar; era preciso acionar dispositivos que regulassem seus corpos de forma mais eficiente do que o poder estatal. Seria a consciência da mulher forjada a partir da religião.

As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo. Como, porém, a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido. Maridos, amai vossa mulher, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra, para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito. Assim também os maridos devem amar a sua mulher como ao próprio corpo. Quem ama a esposa a si mesmo se ama. Porque ninguém jamais odiou a própria carne; antes, a alimenta e dela cuida, como também Cristo o faz com a igreja; porque somos membros do seu corpo. Eis por que deixará o homem a seu pai e a sua mãe e se unirá à sua mulher, e se tornarão os dois uma só carne. Grande é este mistério, mas eu me refiro a Cristo e à igreja. Não obstante, vós, cada um de per si também ame a própria esposa como a si mesmo, e a esposa respeite ao marido. Efésios 5:22-33

As concepções da Antiguidade em relação a religiosidade estão fundadas em escritos que associam a figura do homem à figura de Deus e, como afirma Margareth Rago, a herança cristã

deixada às mulheres se reproduz em grande parte no imaginário social ainda na atualidade, mesmo sendo alvos de críticas incisivos de grandes estudiosas e estudiosos que se dedicam ao estudo da temática.¹⁷⁷

A ideia de superioridade do homem em relação à mulher e a advertência de que o homem ame a sua esposa, encontra nas análises kantiana, reforço no campo de dominação mesmo ao considerar a doação de um sentimento tão nobre como o amor. Maria de Lourdes Borges contribui com essa afirmação quando registra seus estudos a partir da obra de Kant, escrevendo:

Para amar alguém, precisamos nos sentir superior a tal pessoa. Como diz Kant na reflexão 14 do NACHLISS: “Nós precisamos ser mais honrados do que amados, mas nós também precisamos algo para amar com que não estejamos em rivalidade. Então amamos pássaros, cachorros, ou uma pessoa jovem, inconstante e querida”. A igualdade inspira respeito e amizade, o amor necessita de desigualdade.¹⁷⁸

Estariam os homens do século XX, preparados para não amar as mulheres? Acreditamos que não. Dessa forma, uma inferioridade, que não se sustenta no real, deveria ser construída na política, com o intuito de se tornar regra. Como exemplo, o Código Civil de 1916, que registravam a mulher como incapaz enquanto houvesse a sociedade conjugal. Logo, não era a mulher incapaz, e sim o homem, de lidar com seu poder, construído, constantemente ameaçado pela resistência feminina e seus avanços.

Mesmo sendo a passagem do século XX para o século XX sendo marcada por transformações no país, levando a novas relações comerciais e comportamentos (moda, acesso) das mulheres em espaços mais amplos, bem como as “liberdades” consentidas para o namoro e escolha de cônjuge, Mary del Priore é categórica ao afirmar que a sociedade acompanhava um compromisso com o Direito Canônico, logo com o casamento para toda vida.¹⁷⁹

Dessa forma, analisando os esforços para escrever e ensinar sobre o casamento em 1962 na coluna “Da Mulher para a Mulher”, presenciamos quase uma sequência de manuais sobre casar e

¹⁷⁷ RAGO, Margareth. Foucault em defesa de Eva. In: CUPELLO, Priscila (org.). **Mulheres debatem Michel Foucault**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pág. 22 Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/mulheres-debatem-michel-foucault/>. Acesso em: 01 nov. 2024.

¹⁷⁸ BORGES, M. DE L. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 667–676, set. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fNNM6dD6rFX6XWJcdTNDMmn/#>. Acesso em: 01/11/2024

¹⁷⁹ PRIORE, Mary D. **História do amor no Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2005. *E-book*. pág.88. ISBN 9788572446747. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572446747/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

ser casada, interrompida raramente, por temáticas que indiretamente estavam associadas à rotina matrimonial, pois tratava da conduta da mulher, considerando o casamento e repelindo o divórcio, ato “imoral”.

Tomemos como base “Escola para o casamento” em três de fevereiro. É a primeira publicação do ano que apresenta a temática do casamento, explicitamente, já no título. O texto versa sobre a insatisfação de um leitor ao tentar liberdades com a amada e ser satisfeito após a segunda tentativa, o que o faz duvidar do caráter da moça e pensar se ela “vale o sacrifício do casamento”, ou se não passa de uma “leviana como todas as mulheres”. A colunista utiliza as linhas para isentar a culpa das meninas que “abrem mão da sua dignidade” e caem nessa cilada, o que entende como prova de amor, e repreende o leitor e os diversos rapazes que reportam o mesmo tipo de situação, pois se mostram desonestos. Afirma, que o controle dos desejos e respeito com a pretendente é uma escola para o casamento. Todavia, o ensinamento para as meninas é que não devem renunciar à “dignidade” antes do casamento. Apesar da “revolução sexual” em que os jovens saiam para dançar, os beijos de língua se tornaram símbolos da paixão, as minissaías e roupas de banho ganharam espaço nos guarda-roupas das jovens “repressão sexual era profunda entre mulheres e estava relacionada com a moral tradicional” vinculada à Igreja.

Essa análise em 03 de fevereiro, sobre o comportamento feminino, frente aos desejos sexuais, surge após uma sequência de colunas que tratam da manutenção do casamento, do comportamento na vida conjugal e sobre o papel da esposa. Vejamos as abordagens.

No dia 13 de janeiro, ilustrada pela foto de uma mulher cuidando do filho: “Falta de ambiente”.



Figura 20 O Cruzeiro, 13 de janeiro de 1962, ano 34, p.62

O texto é uma resposta a um leitor que reclama que os filhos estão agitados, agressivos e o mais velho se tornando um menino problema. A esposa é cheia de energia, mas para obras filantrópicas fora de casa. Ele vai mal nos negócios, motivo pelo qual não coloca os filhos internos em um colégio. Como isso a colunista afirma:

Lastimamos muito a sorte do leitor (...)A menos que estejamos sendo precipitados no nosso julgamento, temos a impressão de que *a esposa é a maior responsável por esse quadro de desajustamento familiar. Ela não está satisfazendo a contendo a sua missão de esposa e mãe.* Talvez seja uma pessoa cheia de energia, mas sem força de vontade” A mulher “precisa dar aos filhos um ambiente de tranquilidade e de segurança, orientando-lhes bem. Precisa e deve estimular o marido nos negócios, ouvindo-o e dando sugestões nascidas do seu bom senso e do seu amor.”¹⁸⁰

No dia 20 de janeiro, “Minhas mãos e teus olhos” Quanto pagarão minhas mãos por teus olhos? Isso é o que pergunta o marido, da sua posição de comando, à esposa que lhe mostra alguma adversidade no caminho. O texto é ilustrado por uma foto de uma casal feliz com seu filho e fala abertamente que homens e mulheres possuem psicologias diferentes, mas, a mulher precisa amar o marido como ele é, e não com a visão romântica anterior ao casamento, ou mesmo como desejaria

¹⁸⁰ O Cruzeiro 13 de janeiro de 1962, ano 34 p. 62. Grifo nosso

que fosse, pois “Quando se casam, porém, ambos precisam obedecer a certas regras naturais ditadas por Deus. Pela sua natureza ativa e dominadora, o homem será sempre o chefe da família. E nenhuma mulher deixará de ser feliz ao reconhecer no seu marido autoridade para isso”¹⁸¹

No fechamento do mês de janeiro, a publicação “O preço da felicidade”. O texto tem origem na da carta de uma leitora que suspeita de uma traição do marido, devido a um afastamento em virtude do trabalho e o nascimento do primeiro filho. Nesse momento, Maria Teresa não recrimina a atitude do marido, mas abre a discussão sobre os pequenos sacrifícios que homem e mulher devem fazer para um casamento feliz. Sugerindo que “quando o marido chega em casa, tarde, vindo do serviço, a mulher se oferece para fazer-lhe um cafezinho fresco e se põe à disposição para ouvir o relatório do dia” agrada o marido que por reciprocidade “concorda no domingo em ir com a esposa “almoçar na casa de mamãe”. São sacrifícios que fazem o casamento sobreviver feliz; logo “a felicidade tem preço”.

Nas publicações mencionadas até aqui, podemos perceber o quanto a ideia em torno da responsabilidade da mulher pela felicidade do marido – felicidade conjugal – estava inscrita sob uma ótica religiosa. Poderiam até existir mudanças quanto ao comportamento da juventude, mas a mulher deveria, concomitantemente, ser ensinada para ser uma boa esposa entendendo que “a casa é, com certeza o lugar das mulheres, mas também o da família”, projeto principal do Estado, que não poderia ser colocado em risco.¹⁸²

No primeiro semestre, as publicações se dedicaram a falar sobre a preparação das mulheres para o casamento e sobre a conduta daquelas já casadas. Tudo isso, buscando vez ou outra reforçar o desfortúnio de uma vida sem marido. Em 17 de fevereiro, a coluna que inicialmente parece tratar da questão da solidão feminina, pensando na saúde da mulher; logo nas primeiras linhas já volta para o teor comum dos conselhos dados. O conteúdo irá falar sobre ausência do marido na vida da mulher, mostrando que essa jamais deve preferir a vida de solteira à vida de casada, mesmo se for um casamento difícil. Aquelas que reclamam:

“são criaturas imaturas que não tem capacidade para serem felizes e o pior, nem para fazer os outros felizes” (...) “E se o casamento dá à mulher, uma vida de maiores responsabilidades, por outro lado enriquece-a de experiência. Principalmente se tem filhos. Desdobra-se pelo bem-estar físico e moral dos filhos e do marido – e nada tem a lastimar. (...) Mesmo quando o marido não é o príncipe

¹⁸¹ *O Cruzeiro*, 20 de janeiro de 1962, ano 34 p. 54

¹⁸² PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005. P 462

encantado com que a mulher sonhou ao tempo de mocinha, ela não tem o direito de desdenhar do casamento.”¹⁸³

O casamento é cultuado como algo intocável e a experiência plena da mulher, a maternidade. Segundo Swain, “a imagem da mãe resgatando um “pecado original” do feminino fez um longo caminho no seio do cristianismo desde o paraíso. Permanece, entretanto, a garantia, o selo de qualidade que distingue as mulheres entre elas e lhes atribui um lugar social.” Dessa forma, seria através do casamento, instituição autorizada a abrigar a maternidade, que a mulher poderia se destacar. E acrescenta: “A reprodução, assim, é um dos signos e uma das marcas que criam as mulheres e o feminino em um sistema de poder e de hierarquia, subordinando-as ao masculino” figurando como uma forma de manutenção do casamento.¹⁸⁴

Em 24 de fevereiro, mais uma vez a temática casamento retorna de maneira direta com “Casar cedo ou tarde”. O texto aponta para o amadurecimento de meninas, afirmando que aquelas com boa educação moral e conhecedora de como é uma dádiva servir aos filhos e ao marido, podem se casar aos 16 ou 17 que serão felizes, diferentemente daquelas que não sabem o seu lugar de esposa e mãe. E endossam que

Canseiras e responsabilidades vêm sempre com o casamento. Ao casar a mulher deve estar com o espírito pronto para encará-las com determinação e vencê-las, se possível com alegria” (...) “Mulheres que criam problemas para o espírito, sempre os terão, de qualquer maneira – solteiras ou casadas”¹⁸⁵

De acordo com a coluna, mulheres que “criam problemas para o espírito” presas ao romantismo, que afirmavam ser da natureza feminina, poderiam causar problemas para o casamento também, pois afirmam que todo problema matrimonial:

“(...) certamente teria sido evitado se o casamento fosse encarado como menos romantismo e com mais sentido prático. Se os noivos não se tivessem deixado empolgar por circunstâncias de menor importância, desprezando qualidades essenciais a um bom marido e a uma boa esposa.”¹⁸⁶

¹⁸³ *O Cruzeiro*, 17 de fevereiro de 1962

¹⁸⁴ SWAIN, Tânia Navarro. A INVENÇÃO DO CORPO FEMININO OU "A HORA E A VEZ DO NOMADISMO IDENTITÁRIO?". *Textos de História*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 49, jan. 2000.

¹⁸⁵ *O Cruzeiro* 24 de fevereiro de 1962, ano 34, p. 81

¹⁸⁶ *O Cruzeiro* 17 de março de 1962, ano 34, p. 82

Dessa forma, a ideia de amor romântico, que seria utilizado para escolher o futuro marido, ficaria no mundo das ideias pois,

na prática a influência familiar e do círculo de amigos era fortíssima. Acreditava-se que dificilmente um casamento realizado contra a vontade da família desse certo. O “bom partido” era o rapaz honesto e trabalhador, capaz de manter a família com conforto. “Amor e uma cabana” só na música. “Se a fome batesse na porta, o amor pularia pela janela”. O amor era importante para vida em comum? Sim. Mas não só. Uniões em que houvesse diferenças de classes, problemas familiares e dificuldades financeiras não tinham garantia de dar certo, nem com muito amor.¹⁸⁷

Segundo Del Priore, a mulher foi aprendendo a sentir um amor domesticado, feito de razão e que não colocassem em risco a ordem do casamento¹⁸⁸ Seguindo a abordagem, em 23 de junho, “Dois amores”, aborda a necessidade de a mulher amar apenas um homem e as dificuldades que enfrentará se escolher o marido com romantismo, uma vez que o romantismo ao marido - “lhe veste com roupas que não lhes cabem”. Dessa forma propõem-se que a mulher seja racional e uma esposa abnegada, ao ponto de cuidar do marido, caso o mesmo não tivesse “educação para o casamento”.

Quando a sorte ajuda e acontece que a esposa de um tal marido (temperamental) é uma mulher sensata que o ama muito e está disposta a salvar a integridade da família a qualquer preço, o casamento e a vida da família não correm maior risco. Que ninguém se iluda, porém a tarefa daquela esposa exige muito de suas forças morais.¹⁸⁹

Nesse cenário, Bassanezi afirma que “o casamento define direitos e atribuições distintas com relação aos gêneros traduzidos, frequentemente, em desigualdades e dominação do feminino pelo masculino.”¹⁹⁰ Tais definições levam as mulheres a assumirem as responsabilidades do matrimônio e bem-estar de todo o núcleo. Tais ideias adequação da mulher em nome de um bem, que não era comum, pode ser vista na crônica de 21 de abril, que aborda sobre a necessidade de posicionamento da mulher diante da rotina conjugal, postulando que nenhum homem se agrada do apagamento da

¹⁸⁷ PRIORE, Mary D. História do amor no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2005. E-book. pág.104. ISBN 9788572446747. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572446747/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

¹⁸⁸ PRIORE, Mary D. História do amor no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2005. E-book. pág.83. ISBN 9788572446747. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572446747/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

¹⁸⁹ *O Cruzeiro* 2 de junho de 1962, ano 34 p. 72

¹⁹⁰ BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 1, p 115

personalidade da mulher para uma dependência emocional do marido, mas à mulher, cabe fortalecer o marido e não “lhe causar problemas”

No casamento a mulher é “a outra metade”. Se inexpressiva, é menos rica a união. Se tiver valor próprio, adicionado ao do marido, é evidente que a família terá mais expressão na sociedade, os filhos receberão dotes espirituais do pai e da mãe e terão os dois, marido e mulher, sabido corresponder, como dois seres adultos, amadurecidos, às finalidades do casamento.¹⁹¹

O valor da mulher é permitido se adicionado ao do marido. Pensando nas finalidades do casamento, tal como colocadas na crônica supracitada, assim como Michelle Perrot pontuou sobre os manuais domésticos e as donas de casa, como meios de regulação de más condutas dos homens, sob as esposas, eles colocam a marca de “pivô da paz social”, desde que fosse aplicada a conhecer sobre as regras do matrimônio.¹⁹² E assim, segue colocando sobre os ombros das esposas, a responsabilidade pela harmonia e bom funcionamento do lar, afinal “Quem se levantaria antes das sete horas para ver o café e a merenda escolar das crianças, para ver se seus sapatos estão engraxados e a camisa do filho ou a blusa da filha estão passadas?”. Segundo a colunista “Só a mãe tem disposição para isso”.¹⁹³

Mais uma vez a associação da mulher à maternidade, suscita a discussão proposta por Tania Navarro, seria a maternidade que define a existência da mulher? E sendo construído, na coluna “Da Mulher para a Mulher”, um sim para tal indagação, seria o casamento a única via possível para que pessoas que sofrem da ausência do falo, pudessem receber o diploma de mulher. Uma vez com esse diploma em mãos, teriam acesso às decisões e lidas do espaço privado destinado à família, pois segundo Perrot, “as mulheres têm seus próprios lugares: os mercados, os lavadouros, a loja”¹⁹⁴ e as casadas se destacam daquelas que não são. Dessa forma, em 1962, de acordo com o modelo de família pretendido,

as distinções de gênero delegam aos homens autoridade e poder sobre as mulheres - são considerados os “chefes da casa”. As mulheres, por sua vez, são definidas a partir dos papéis femininos tradicionais (prioritariamente mães, donas de casa e esposas, vivendo em função do outro, o homem) e das características consideradas

¹⁹¹ *O Cruzeiro* 21 de abril de 1962, ano 34, p. 78

¹⁹² PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005, p. 283.

¹⁹³ *O Cruzeiro*, 30 de junho de 1962, ano 34 p. 82

¹⁹⁴ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005, p. 462.

“próprias das mulheres” englobadas no termo “feminilidade” (pureza, doçura, resignação, instinto materno etc.)¹⁹⁵

E toda essa dedicação ao outro deveria ser realizada de forma doce, sem se queixar. É o que a coluna de 21 de julho aponta, “O hábito de queixar-se”:

Há esposas que tem o hábito de queixar-se. Não perdem a chance de falar mal do marido. Não é dizer mal dele pelas costas – o que seria pior. É diminuí-lo, reprová-lo, humilhá-lo. (...). Dizem os psicólogos que a pessoa que se queixa a todo momento e que só vive descobrindo e apontando as faltas alheias é aquela que não tem confiança em si própria, e por isso nunca está disposta a cooperar e ajudar. Prefere, antes, humilhar, na esperança de poder sobressair. Depois de um certo tempo, porém, o feitiço vira contra o feitiçeiro. O marido cansa. E quando a esposa abre os olhos já é tarde demais.¹⁹⁶

Silenciamentos para afastar o fantasma do divórcio! Instrução para cumprir bem as funções de esposa até uma promoção à mãe. Estes eram os valores defendidos pelas crônicas de forma desconectada (sem uma sequência) ordenada de temas, até o dia 27 de agosto de 1962.

3.3 – Redefinindo a rota

De janeiro a 25 de agosto, as colunas seguiram com linguagem “amigável” sobre o casamento, a vida conjugal, as expectativas em torno das jovens solteiras. Enquanto isso, o Estatuto da Mulher Casada estava passando pelas últimas deliberações para, enfim, ser sancionado. A revista *O Cruzeiro*, diferente de algumas revistas da época, que só tratavam das questões femininas, era intimamente ligada à cena política, pois se beneficiava e interferia direta e indiretamente nela, através de Assis Chateaubriand e as relações construídas a partir da sua influência no governo¹⁹⁷. A seção Para a Mulher, que abrigava a coluna “Da Mulher para a Mulher”, apesar de nunca ter feito menção direta à códigos e leis, não estavam preparadas para o dia 27 de agosto de 1962. A resposta? O silêncio.

¹⁹⁵ BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 1, p. 112–148, 2005.

¹⁹⁶ *O Cruzeiro*, 21 de julho de 1962, ano 34 p. 58

¹⁹⁷ Ver mais em: MORAIS, Fernando. *Chatô: O Rei do Brasil*. Marduke, 1994. 489 p. (1). Disponível em: <https://livros.mardukebd.pt/index.php?page=13&id=831>. Acesso em: 01 jun. 2024.

Durante todas as edições de 1962, apenas na de 1º de setembro, que seria a primeira após a publicação da Lei 4.121, que alterava o Código Civil de 1916, não localizamos as palavras de Maria Tereza. Aparentemente, coluna não foi publicada.

O retorno aconteceu na semana seguinte, em 8 de setembro. Segundo a colunista, se tratava de uma resposta à coluna de 30 de junho¹⁹⁸, de um leitor que se identificou como “marido franco”. O texto da semana? “Com a palavra os homens”:

A diferença entre a profissão do homem e a mulher dona de casa, minha senhora, reside no fato segundo disse recentemente uma articulista americana, de que ele foi educado para aquela vida. A mulher não. Desde cedo, ela vê as outras mulheres se queixarem, porque o queixar-se faz parte da natureza feminina. De modo que ao chegar a sua vez de ser dona de casa encara as pequenas vicissitudes características do ofício como grandes obstáculos quase insuperáveis; quando são acidentes normais da vida e ocorrem sempre, embora sob vários matizes em qualquer profissão.¹⁹⁹

Para o “Marido Franco” os homens foram criados para trabalhar fora e as mulheres para cuidar da casa. Segundo ele, o trabalho do homem é muito mais difícil que o trabalho feminino, que se queixa, porque reclamar é da natureza feminina.

Mas qual o sentido de trazer a divisão do trabalho, baseados no sexo, ou, para eles, segundo a essência do homem e da mulher?

Na semana seguinte, em 15 de setembro, a resposta surge evidente na coluna publicada sob o título: “Ser Mulher”, que renunciou à usual tinta preta para os títulos, para usar o tom azul destacando o tema da crônica semanal:

“Mulher é aquela criatura que tem muita intuição, gosta de mudar os móveis de lugar, não compreende com muita facilidade as piadas do marido e é terrível para olhar os livros e os cheques” Esta opinião, é claro, foi emitida por um homem. A respeito da feminilidade, eis o que nos diz uma escritora inglesa, possivelmente um pouco desapontada com a sua capacidade – ou incapacidade? – para atrair as atenções masculinas: “Pessoalmente, compreendo que a mulher deva atrair muito mais pelo poder de seu cérebro do que pelo poder de suas pernas. Mas os homens preferem as pernas.”. Preferirão mesmo? Quer nos parecer que, numa análise mais fria e menos parcial uma mulher consegue ser bem feminina e, conseqüentemente, bem atraente quando salta aos seus encantos físicos a força da sua inteligência. Como? De modo tipicamente feminino usando da sua intuição para dar apoio intelectual ao homem sem que ele perceba a fonte de origem de onde emana aquela força que o estimula que o acalma que faz despertar nele, nas ocasiões oportunas,

¹⁹⁸ A Coluna de 30 de junho era intitulada Profissão mal compreendida, que falava sobre os diversos afazeres da dona de casa e que exigiam muito da força moral da mulher.

¹⁹⁹ *O Cruzeiro*, 08 de setembro de 1962, ano 34 p. 75

os sentimentos necessários: de marido, de pai, de filho, de amigo. A esse respeito nos compra completamente a opinião da escritora Sylvia Fine: “feminilidade é a habilidade e o desejo de compreender confortar e satisfazer um homem e dar-lhe apoio sem desejar vir nem parecer dominá-lo”. Apesar de o papel da mulher na sociedade está sofrendo uma enorme transformação, com as possibilidades de cultura, lhe foram aumentadas também as possibilidades de prover, em igualdade de condições com o homem, a sua vida econômica. É bem evidente que a principal característica feminina é o desejo de atrair o homem e o seu instinto mais forte continuará intimamente ligado às características fisiológicas que lhe dão ensejo à maternidade. Pessoalmente somos contrários a que a mulher trabalhe fora do lar, a não ser que a isso seja obrigada para complementação da receita da família. Há quem se insurja contra essa tese, porém, achando que a mulher só se sente desinibida livre de qualquer frustração quando se realiza também sob o ponto de vista profissional, o que lhe permite Independência econômica. Neste caso, porém, é de esperar que o marido também colabore com ela dentro de casa ajudando-a nas tarefas domésticas em que ela estiver atrasada. Que inconveniente haverá, por exemplo em que um pai mude a fralda de uma criança ou ponha um filho pequeno na cama para dormir? A propósito, disse um jornalista, fazendo pilhéria: “já sei fazer o mingau, esterilizar as mamadeiras, mudar as fraldas, ninar o bebê - na realidade já sei fazer tudo para uma criança exceto alimentá-la ao peito”. Há características psicossomáticas inerentes ao sexo masculino e ao sexo feminino que não mudarão nunca - e viva a diferença! Na verdade, não é pelo fato de que a mulher esteja agora habilitada a competir com o homem no terreno intelectual que ela venha a perder sua feminilidade, o que está mudando, felizmente, é a concepção de que pelo fato do papel da mulher ser passivo seja inferior. Nem superior nem inferior- apenas diferente, mas igualmente importante.²⁰⁰

Após descreverem características, que acreditavam e queriam fazer acreditar, que eram próprias da mulher; o combate às novas deliberações sobre a situação jurídica das mulheres casadas, é ferrenho.

De acordo, com o Estatuto da Mulher Casada, a mulher passa a não ser considerada incapaz a certos atos da vida civil. Enquanto houver a sociedade conjugal, passa a ter o direito de trabalhar fora sem a autorização do marido e a poder gerir suas próprias finanças e é acrescentada como colaboradora do homem na função de chefe da sociedade conjugal. De acordo com a crônica “Ser Mulher”, o papel da mulher era passivo, não inferior. Diante de toda a construção da mensagem que defendia um modelo fica subtendida a intenção dessa e da coluna anterior, que questionamos. O intuito era mostrar/defender que, apesar da nova lei, as mulheres seguiam restritas à sua natureza, pois, algumas coisas nunca mudariam, o papel da mulher seria uma delas.

Como objetivo de seguir com uma espécie de elucidação (velada) dos motivos pelos quais o Estatuto da Mulher Casada não correspondia aos fatos, no dia 22 de setembro, escrevem sobre a “incapacidade” da mulher em gerir recursos financeiros, reforçando o que disseram na semana

²⁰⁰ *O Cruzeiro*, 15 de setembro de 1962, ano 34 p. 56

anterior: -a mulher é aquela que- “é terrível para olhar os livros e os cheques”, e retomaram na crônica intitulada: “Aplicação de Receita”.

Muitas vezes reprovamos o marido que não dá à esposa se não o dinheiro estritamente necessário para as despesas do dia. Aparentemente isso é falta de confiança e de consideração. Entretanto...Falta de confiança, é, sim, mas culpa não cabe ao marido por esta atitude. Foi justamente uma dessas esposas que recebem apenas a “ração” diária quem procurou justificar o marido: “Eu mesma pedi ao x para não me dar o dinheiro do mês. Não sou capaz de ver uma coisa bonita sem comprar. Basta ter o dinheiro em mão. Assim, todas as despesas diárias são feitas a crédito que x paga no fim do mês e quando eu quero um vestido ou um par de sapatos vou ao escritório pedir a ele”. Tais palavras justificam plenamente a atitude do marido tanto mais quando se leva em conta que o casal tem vários filhos. De outra feita, estranhemos que um senhor bem casado, ao ser promovido pedisse ao amigo que não contasse à esposa a promoção. “Ela não pode saber que estamos ganhando mais.” Como? Por quê? Mas então aquele cavalheiro, que aparentemente vive tão bem com a esposa, é capaz de enganá-la com outra mulher? Nada disso. Apenas defende o patrimônio da família. Apesar de ganhar muito bem, jamais conseguiu fazer qualquer economia. Todo o dinheiro é pouco para custear os vestidos da mulher, que é de uma vaidade exagerada e doentia. Entretanto, ele que sempre desejou ter um carro, nunca pode alimentar essa esperança. Talvez agora, com a promoção...É por causa de atitudes como estas que se diz que as aparências enganam. A primeira reação de quem observa o procedimento de tais maridos tem que ser desfavorável aos mesmos. Quem estuda os fatos de perto, porém, tem que mudar de ideia. Eles não poderiam agir de outra maneira. Suas esposas não têm senso de proporção. Não conhecem regra de três na economia doméstica. Compram o que é supérfluo e deixam de comprar o que é indispensável. Não amadureceram nunca nesse terreno. Então, alguém tem que chamar a si a distribuição das verbas na vida econômica da família. Não será do agrado desses maridos procederem dessa forma. Mas é a única maneira que eles encontraram de salvaguardarem o equilíbrio econômico da família.²⁰¹

Existia uma grande preocupação por parte dos homens que sobreviviam graças aos recursos provenientes da família e de trabalhos das esposas. Seria útil deixar a possibilidade da dúvida quanto à capacidade das mulheres em cuidarem de suas finanças e heranças, fato agora deliberado pelo novo Estatuto:

“Art. 246. A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa. O produto do seu trabalho assim auferido, e os bens com êle adquiridos, constituem, salvo estipulação diversa em pacto antenupcial, bens reservados, dos quais poderá dispor

²⁰¹ *O Cruzeiro*, 22 de setembro de 1962, ano 34 p. 90

livremente com observância, porém, do preceituado na parte final do art. 240 e nos ns. II e III, do artigo 242.²⁰²

Mesmo o marido permanecendo o chefe da sociedade conjugal, a movimentação em torno dos direitos da mulher casada, agitaram claramente a redação da coluna. Era preciso combater qualquer possibilidade de deslumbre que as mulheres casadas poderiam ter sobre a nova lei, fazendo-as refletirem sobre os papéis do homem e da mulher, de acordo com a ordem social baseada na divisão sexual. De acordo com Tania Regina de Luca,

Segue em voga a ideia de que o espaço público, no qual se debatem as questões relevantes para a coletividade, é um domínio essencialmente masculino, enquanto o mundo privado, socialmente menos valorizado, é o reino do feminino. Se o primeiro é o lugar da argumentação, do confronto de ideias e da disputa do poder, o outro é lugar da afetividade, onde a razão pode ceder ao sentimentalismo e à insensatez do coração. Essas referências começam a ser perturbadas a partir do momento em que as mulheres conquistam o direito de participar no campo da política.²⁰³

Além de representar uma conquista para todas as mulheres que viviam de acordo com as normas do Código Civil de 1916, bem como estavam trilhando caminhos para o matrimônio²⁰⁴, o Estatuto da Mulher Casada reforçou o movimento feminino iniciado por Bertha Lutz e suas companheiras ainda na primeira metade do século XX. Assim, no intuito de tentar desarticular qualquer insurreição feminina provocada pelo novo decreto, as publicações de setembro foram um forte combate, finalizando no dia 29 com o texto “Ajudar a viver bem”, o qual advertia que como destino certo para a mulher, o casamento seria agradável para aquelas que tivessem boa educação.

Há pessoas que se comprazem em dizer às mais novas que o casamento “não é um mar de rosas” e que traz muitos aborrecimentos. Já ouvimos mesmo de uma

²⁰² BRASIL. Constituição (1962). **Lei nº 4121, de 27 de agosto de 1962**. Brasil, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.

²⁰³ LUCA, Tania Regina de. Mulher em Revista. In: PEDRO, Carla Bassanezi Pinsky, Joana M. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2012. E-book. pág.184. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

²⁰⁴ A lei não abrange a realidade daquelas mulheres brasileiras inscritas em outras culturas/comunidades. É caso das mulheres indígenas e negras que não são mencionadas diretamente na lei ou na revista.

senhora, ao saber que uma jovem tinha ficado noiva: “Coitada! Ela não sabe o que a espera. Quando vejo uma moça ficar noiva, tenho vontade de dar-lhe os pêsames”. De fato, ninguém sabe o que nos espera. Mas temos o direito de esperar o melhor, se a isto fazemos jus. Se a moça faz uma escolha bem feita, ela pode contar, já de início, que terá “ao menos” com quem partilhar as alegrias e os aborrecimentos do futuro. E isto já representa muito para quem não é egoísta. Pode não representar nada para a pessoa que só pensa em si, mas essa pessoa será sempre infeliz. Acha que a vida não lhe dá nada – mas ignora que ela não colhe apenas porque não plantou. Amar é sobretudo uma forma de dar. Quem ama deseja fazer feliz o ser amado. O amor exige reciprocidade, sim. Mas é um sentimento espontâneo. São duas almas que se encontram, que se fundem e partem juntas, na mesma direção. Esta fusão da alma que exige, para uma união perfeita e integral. A união física, só é perfeitamente realizada com o casamento. Consideramos, portanto, um grave erro predispor o espírito da moça contra o casamento. Na verdade, só faz isso quem não se casou – e numa autocompensação, só observa os maus casamentos – ou quem se casou e foi infeliz. (...) Que a vida não é um mar de rosas a jovem esposa verá por sim mesma- como verá a mulher solteira, que também terá os seus problemas. Estes são inerentes à vida, e não ao estado civil da pessoa. Dependerá muito da maneira porque ela tenha sido preparada para a vida, a sua maior ou menor capacidade de remover os inevitáveis espinhos que surgirem em seu caminho.²⁰⁵

Dessa forma, o casamento seguia sendo defendido como uma união perfeita, devendo ser encorajado, assim como as jovens deveriam ser educadas para vivenciá-lo. As publicações de setembro estão claramente definindo novas rotas para os sinais de conquista de direitos das mulheres casadas, que poderiam colocar em risco a família, o bem mais precioso para o Estado.

Diante dessa preocupação, acreditamos ter sido o motivo pelo qual todas as colunas publicadas de outubro a dezembro, se esforçaram para reafirmar a importância dos “sacrifícios” para manter o casamento feliz, bem como orientar as mulheres casadas acerca de suas posturas e deveres com a casa, com o marido e os filhos.

A coluna segue destacando a importância de buscarem o casamento, e quanto a idade, não sendo crianças, o mais cedo possível seria melhor “pois a adaptação é mais fácil tanto para um, quanto pro outro”²⁰⁶, assim como a capacidade de lidar com as dificuldades.

Sobre o divórcio, apenas uma questão é utilizada para diálogo nas correspondências e é classificado como “desinteligência”.

²⁰⁵ *O Cruzeiro*, 29 de setembro de 1962, ano 35 p. 51

²⁰⁶ *O Cruzeiro*, 06 de outubro de 1962, ano 35 p. 52

DESINTELIGÊNCIA

Maria Célia – Curitiba – Esbarro sempre numa parede de indiferença”. Nem cogite de deixar o seu marido. Procure meios, sim, de reatar a antiga união que havia entre os dois. Fez muito bem em acompanhá-lo nessa viagem, embora deixando os filhos. Por mais paradoxal que pareça, as vezes é necessário que a mãe sacrifique um pouco a atenção que dispensa às crianças para dedicá-la ao marido. Se você está nervosa, procure fazer um tratamento orientada pelo médico. Todo casal tem dessas crises que precisam ser superadas – e são quando ambos tem em mira a responsabilidade que assumiram como o casamento.²⁰⁷

O tom cerimonioso, ou meias palavras para avaliação do relacionamento perdem espaço para a imposição: Nem pense em fazer isso! Porque, pela classificação da participação da leitora, como desinteligência, já podemos inferir do que ela seria chamada se cogitasse deixar o marido.

Abordagens que buscam normatizar conduta das esposas se tornam recorrentes. Sob o título “Indiscrição”²⁰⁸ o compartilhamento de informações íntimas do relacionamento conjugal ou vida doméstica – fofoca-, este que deve ser evitado, mesmo sendo da “natureza feminina”. Com as novas demandas, a restrição da mulher e seus comentários sobre a vida doméstica são cada vez mais controlados. No entanto, quando se trata de “Educação e Vida doméstica”, esta segunda sempre prevalece, mas pode se valer da primeira para o bem da família, uma vez que para os redatores da coluna: “Quanto mais a mulher sabe, mais vale para si e para os outros. A educação é um dote precioso que ela leva para a família e o marido mesmo que nunca se sirva dela para ganhar dinheiro”.²⁰⁹ Ademais, os marido deveriam valorizar esses conhecimentos e entender que:

Mesmo quando a mulher não tem muita cultura ou quando não seja dotada de inteligência superior, é preciso lembrar que Deus lhe deu uma qualidade superior: a chamada “intuição feminina”. Movida pelo desejo de ser útil, de corresponder à confiança que nela deposita o marido, a esposa, com a sua intuição feminina, é capaz de operar milagres.²¹⁰

Essa intuição deveria ser utilizada para elevar o marido, sempre ovacionando e falando bem do mesmo, pois, para os cronistas: Uma mulher que fala mal de seu marido certamente não recebeu uma boa educação. “Se em vez de humilhar o marido apontando-lhe as faltas a mulher o incentivasse

²⁰⁷ *O Cruzeiro*, 10 de novembro de 1962, ano 34. p. 68

²⁰⁸ *O Cruzeiro*, 20 de outubro de 1962, ano 35 p. 100

²⁰⁹ *O Cruzeiro* 24 de outubro de 1962, ano 35 p. 88

²¹⁰ *O Cruzeiro* 27 de outubro de 1962, ano 35 p. 90

ou se pelo menos não fizesse nada, ficasse calada, ela lucraria pelo menos em dar uma impressão melhor de si mesma.”²¹¹

Retomam também, a responsabilidade da mulher em ter uma boa formação para o casamento; livre de romantismos excessivos, já que poderiam afastar a ideia de que “Um casamento feliz exige dos esposos a capacidade de dar.”²¹² Além de compreender as diferenças naturais entre mulheres e homens, sendo esses últimos diferentes e que “Para amá-los, é preciso compreendê-los como são”²¹³

E assim, buscando construir discursos em torno da mulher casada, a coluna “Da Mulher para a Mulher” após a Lei 4.121 ter sido sancionada, dedicou suas crônicas para combatê-la de forma velada sem citar as novas mudanças e, ao mesmo tempo, escancarada, trazendo em cada coluna elementos que colocavam em dúvida a relevância e correções que eram feitas do Código Civil de 1916 a respeito da mulher casada.

As análises da coluna do ano de 1962 mostram que os movimentos femininos incomodam e regem a construção do periódico que buscava fixar o homem como figura central e detentora de poder. Nesse contexto, a construção da representação da mulher casada ideal passa pela tentativa de construção de uma ideia a partir da dominação masculina. Entendendo esses processos de significados e significantes, associados ao movimento das mulheres ao longo do ano de 1962, cabe aqui refletirmos sobre a ausência da interseccionalidade e como as análises dos objetos desbravados até aqui nos permitem refletir e inserir a História das Mulheres no patamar que é seu por direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao re(visitarmos) as legislações brasileiras e a revista *O Cruzeiro* em 1962, caminhamos por um emaranhado de trilhas que mostram que as leis da época buscavam validar um poder masculino através da construção de uma representação da mulher, colocando-a em um lugar (físico e intelectual) inferior ao do homem, sendo o periódico analisado um aliado nesse projeto.

É certo que no período de 1916 a 1962, o Código Civil brasileiro foi incorporado a várias cenas culturais e econômicas do país, de acordo com as mudanças que foram ocorrendo ao longo

²¹¹ *O Cruzeiro*, 15 de dezembro de 1962, ano 35 p. 112

²¹² *O Cruzeiro*, 8 de dezembro de 1962, ano 35 p. 56

²¹³ *O Cruzeiro*, 17 de novembro de 1962, ano 35 p. 80

dos anos. A movimentação da economia, novas formas de produção e consumo, a industrialização, mudanças nos padrões de beleza das mulheres, que especialmente após a chegada da televisão passaram a ser influenciados por “celebridades” brasileiras e norte americanas. No entanto, foi incorporado da maneira como se apresentou, misógino e sexista, fazendo que os grupos de mulheres atingidas por essa lei, tivessem que enfrentar grandes desafios e lutas para terem seus direitos e capacidade reconhecidos legalmente.

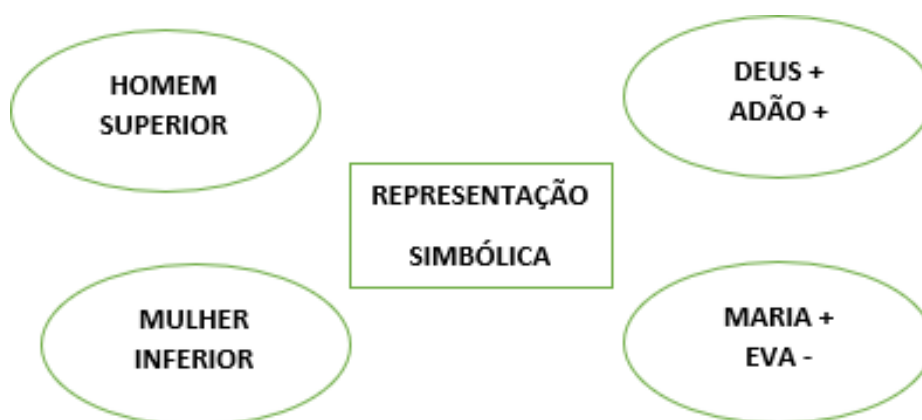
Nesse contexto de modernização, a imprensa teve um importante papel na disseminação dessas novas ideias e comportamentos. Dentro do recorte ao qual se dedicou a nossa pesquisa, percebemos que as revistas tiveram um papel decisivo nesses arranjos. Se tratando da revista *O Cruzeiro*, um periódico de variedades, ela dava conta de uma vasta gama de assuntos, priorizando texto escrito e imagético, tendo assim, um grande alcance de lares. Além disso, ao dedicar uma seção específica para assuntos femininos, se posicionou como colaboradora no projeto de manutenção da sociedade patriarcal, produzindo e divulgando representações e discursos sobre como a mulher deveria se comportar e até desejar, como foi o caso do casamento e a permanência no mesmo.

As crônicas buscavam convencer as mulheres que elas deveriam desejar o casamento, a maternidade, a gestão do lar e a educação dos filhos como uma dádiva. Do mesmo modo, quando essas mulheres já eram casadas, ensinavam-nas a renunciarem aos seus desejos em nome da felicidade do homem, que era considerado o chefe da família, e isso seria a felicidade conjugal. As dificuldades de todas as esferas dentro do casamento, deveriam ser superadas – pela mulher – uma vez que era imposto o casamento indissolúvel, e aqueles que fossem separados, seriam considerados “mutilados sociais”.

Dessa forma, percebemos como a construção da sociedade passa pela elaboração social dos corpos de homens e mulheres, de acordo com Gayle Rubin. Essa movimentação gera uma repressão das característica/personalidade dos sujeitos, sendo que o homem nada pode ter de feminino e a mulher nada de masculino, pois isso estaria fora da ordem correta da sociedade. Logo, os papéis não poderiam se misturar e a afirmação deles (homem/poder e mulher/abnegada), passava pela política e imprensa, como tivemos a oportunidade de analisar a partir das legislações e da coluna “Da Mulher para a Mulher”.²¹⁴ Em diversos momentos, na leitura da coluna, percebemos também a relação junto

²¹⁴ RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do sexo. In RUBIN, Gayle. Políticas do sexo. Tradução Jamile Pinheiros Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

à religiosidade, que permeava as crônicas como recurso de justificativa para determinadas ações. Ou seja, as mulheres deveriam ter determinado comportamento porque Deus quis assim. Nesse contexto, a representação da mulher através de Eva e Maria²¹⁵ no campo simbólico, tentavam manipular o comportamento das mulheres.



REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DO HOMEM DA MULHER - ELABORADO PELA AUTORA

Dessa forma, nessa construção patriarcal da sociedade, embasada na tradição cristã ocidental, o homem é associado a duas figuras positivas, dando a ideia de superioridade que o elegia naturalmente como detentor do poder; ao passo que a mulher, dentro do status de inferioridade que já estava colocado em relação ao homem, ainda deveria se moldar de forma atenta para se vincular a sua essência positiva e não a negativa. Dessa forma, as revistas poderiam ser consideradas muitas vezes como catequistas.

Os textos do Código Civil de 1916 e as crônicas da coluna “Da mulher para a mulher” apresentam um teor ideológico comum. Clóvis Bevilacqua e Maria Teresa (ou quem estivesse por trás desse pseudônimo) viam na figura da mulher uma essência própria para o cuidado, espaços domésticos, reprodução e comportamentos que não estavam no mesmo nível dos homens, esses que teriam nascido destinados ao poder e tutela, e por isso acreditavam serem superiores.

²¹⁵ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. Revista de Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 1990.

Ao analisarmos as implicações do casamento na vida das mulheres, considerando o espaço entre o Código Civil de 1916 e o Estatuto da Mulher Casada, e em 1962 a produção da imprensa através da coluna “Da mulher para a mulher”, foi possível a construção de respostas, ou possibilidades de caminhos para a reflexão a partir da História das Mulheres voltando às interpelações iniciais da pesquisa e considerando que:

Sendo a revista *O Cruzeiro* um periódico de tiragem expressiva, ela se constituiu como importante meio de comunicação. Por ser um dos produtos de Assis Chateaubriand, a revista transmitia os valores de seu condutor, um grande apoiador de Getúlio Vargas, que via na política via de enriquecimento e poder. Ao transitar na política dentro e fora de cargos, sua revista era responsável pelas principais coberturas política do país, dando conta das movimentações semanais da elite brasileira e reforçando as diferenças entre homens e mulheres, destinando um conteúdo específico para cada grupo.

Chegamos à conclusão de que a cena política retratada na revista era aquela que convinha com os negócios de Chatô. Dessa forma, o Estatuto da Mulher Casada não foi uma pauta relevante para as edições publicadas a partir de agosto de 1962. No entanto, ao nos aprofundarmos na coluna “Da mulher para a Mulher”, percebemos claramente a construção dos textos que incentivavam o casamento para as solteiras, e ensinavam como mantê-lo, para as casadas. Todas as instruções eram baseadas na ideia de inferioridade da mulher e instinto natural para os serviços domésticos e reprodução, ao passo que os homens seriam superiores e chefes da família, de acordo com um direito legal que procede dos homens e primeiramente de Deus, segundo a concepção patriarcal. A partir desse entendimento, é possível localizar nas crônicas publicadas após 27 de agosto de 1962, a tentativa de desconstrução das mudanças que o Estatuto da Mulher Casada inauguravam, como o direito que as mulheres conquistaram de poder trabalhar fora de casa sem autorização do marido e a gerir seus lucros. Além disso, a supressão do inciso que a colocava como incapaz, dentro do casamento, e o acréscimo de seu papel como companheira do homem no processo de gestão da família.

Através das crônicas publicadas após o novo Estatuto, ficou claro o incômodo que a ampliação de direitos das mulheres causou em Maria Tereza, que se dedicou a explicar que certas coisas nunca mudariam, e uma delas era a natureza feminina que dependia da superioridade masculina, ensinando a mulher a ser grata e a não se perder de seu papel (construído pela sociedade patriarcal) devido às novas leis.

A partir de uma análise semiótica, podemos perceber a representação do padrão de mulher idealizado que passava pela conduta e questões de beleza. Ao analisarmos as fotografias, propagandas e capas de 1962, visualizamos a construção dessa imagem de mulher e mulher casada “ideal”. Ao refletirmos que *O Cruzeiro* se posicionava como revista de variedades que abrigava uma seção para as mulheres, diferentemente de revistas do mesmo período que se dedicavam a assuntos femininos exclusivamente, percebemos que existiu um grande interesse pela figura da mulher. Entendemos esse interesse, nesse momento da pesquisa, como medo.

Apesar de nossas análises se aprofundarem na análise do ano de 1962 interpelando coluna “Da mulher para a mulher” e movimentações em torno do novo Estatuto, a construção do texto que passa pelas ideias vinculadas ao casamento desde o Código Civil de 1916, a construção da revista “O Cruzeiro” e coluna “Da mulher para a mulher”, nos respalda e aponta o movimento feminino na busca por direitos e é essa resistência, que acreditamos ser a causadora desse medo. Medo que buscou naturalizar a ideia de inferioridade da mulher, construída por homens, medo que elaborou um Código para cerceá-las. Medo por saberem que as mulheres não são inferiores e que poderiam facilmente gerir um país sem a figura masculina. Assim, era preciso utilizar todos os meios para tentarem conter as manifestações e desarticular os movimentos de resistência.

Ao abordarmos o casamento como um contrato, expondo as necessidades ideológicas que ele satisfazia, buscamos nos afastar da ideia de casamento atrelado à figura feminina, mas sim discutindo sobre as implicações na vida das mulheres solteiras e casadas. Percebemos uma sociedade pautada na religiosidade, que se aproveita da misoginia transmitida pela Igreja como base para o condicionamento dos corpos e mentes das mulheres à subserviência. No entanto, ao longo da década de 1950 e 1960, os movimentos feministas ganharam ainda mais expressão e os esforços daqueles contrários ao movimento, passou a não somente condicionar, mas a combater os avanços, como presenciamos na coluna “Da Mulher para a Mulher” nas crônicas após o Estatuto da Mulher casada.

Diante de todas as manifestações das consulentes da coluna “Da mulher para a mulher” os esforços dos grupos de mulheres que lutaram pelo direito ao voto e posteriormente pelo direito das mulheres casadas, notamos cada vez mais a urgência da escrita da História das Mulheres. A atividade dos grupos feministas no Brasil foram em busca da descolonização da ideia construída em torno da mulher e do homem. O reconhecimento de direitos e igualdade em todas as áreas ainda é uma luta presente, pois os traços da sociedade colonial ainda permanecem.

Ao chegar nessa fase da pesquisa – que está longe de ser o final – algumas questões se apresentam e deixam o campo aberto para o exercício de escrita da História das Mulheres. Em todas as edições analisadas, as únicas mulheres mencionadas e representadas a partir das fotografias, era a mulher de uma classe média emergente ou da elite, branca. Nenhuma fotografia de mulheres negras ou indígenas. Nenhum texto direcionado a elas. Onde estão as mulheres negras e indígenas do Brasil no ano de 1962? Uma revista de alcance nacional, entendeu a mulher branca e de posses como uma representação universal da mulher brasileira. No entanto, residimos em uma pluralidade incontável de formas de viver de acordo com a tradição a qual pertencemos.

A partir das nossas análises, reconhecemos o movimento das mulheres na política e na sociedade através dos fragmentos recuperados, que já promove uma escrita que recusa a superioridade masculina e as leis dos homens como verdade. As mulheres não são depositárias nesse processo. As mulheres não ganharam, pela bondade do homem, a revisão do Código Civil que resultou no Estatuto da Mulher Casada em 1962. As mulheres não liam as revistas somente para se entreterem e aprenderem. Tudo isso foi permeado por luta, resistência e questionamentos constantes. Cabe aqui lutarmos pela escrita da história considerando a mulher como ela é: protagonista. E dentro do que encontramos, concluímos que é preciso uma adesão maior ao femismo decolonial que nos leva a uma análise mais ampla sobre a História das Mulheres, que não se resume ao modelo construído pela imprensa e reforçado pelas legislações.

Assim, finalizamos esse trabalho: abrindo novas discussões para escrevermos a História das Mulheres a partir da interseccionalidade de gênero.

Todas as mulheres, presentes!

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** Universidade Metodista de São Paulo. Autores Associados. 2007.

ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. **SOB O SIGNO DA IMAGEM:** a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no rio de janeiro, na primeira metade do século xx. 1990. 340 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/dssam.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2024

AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Estudo histórico sobre a condição jurídica da mulher no direito luso-brasileiro desde os anos mil até o terceiro milênio.** Osasco; São Paulo: Centro Universitário FIEO-UNIFIEO; Ed. Revista dos Tribunais. Acesso em: 13 nov. 2024. , 2001

BARBOSA, Marialva. **O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira.** Rio de Janeiro, 2011. Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual. Disponível em: (PDF) [O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/354072615/O_Cruzeiro_uma_revista_sintese_de_uma_epoca_da_historia_da_imprensa_brasileira) Acesso: 22 de set. 2024. <https://doi.org/10.22409/c-legenda.v0i07.26150>

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BASSANEZI, Carla. **A era dos modelos rígidos.** In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto. 2012.

BASSANEZI, Carla. **Mulheres dos anos dourados.** In: PRIORE, Mary. Histórias das mulheres no Brasil. 9ed. São Paulo: São Paulo: Contexto, 2010.

BASSANEZI, Carla. **Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964).** Cadernos Pagu, nº 1, 1993.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; NOVELLINO, Maria Salet. **Alfabetização por Raça e Sexo no Brasil:** evolução no período 1940-2000. Evolução no Período 1940-2000. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1425.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

BEVILAQUA, Clovis. **Em defeza do projecto de Codigo civil brasileiro.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906. 538 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224223>. Acesso em: 12 out. 2024.

BEVILAQUA, Clovis; BRASIL. Código civil (1916). Código civil dos Estados Unidos do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940. v. 1, 23 cm. Disponível em: <http://bibliotecadigital.trt1.jus.br/jspui/handle/1001/670956> Acesso em: 13 out. 2024

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BLUMBERG, Natália Simanke. **“DA MULHER PARA A MULHER”:** o papel do feminino na revista o cruzeiro. 2013. 115 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/78879/000901392.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 nov. 2023.

BORGES, M. DE L. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 667–676, set. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fNNM6dD6rFX6XWJcdTNDMmn/#> Acesso em: 01/11/2024

BRASIL. Congresso. Congresso Senado. Constituição (1916). Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Brasil, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (1962). Lei nº 4121, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe Sobre A Situação Jurídica da Mulher Casada**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm . Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. Constituição (1962). **Lei nº 4121, de 27 de agosto de 1962**. Brasil, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais: a longa duração**. In: Escritos sobre a história. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 41- 78.

CABRAL, Thaís Dias Delfino; ROCHA, Everardo Pereira Guimarães; CORBO, William de Almeida. Mulheres modernas: as representações do feminino nos anúncios da revista O Cruzeiro (1950 – 1964). Rio de Janeiro, 2019. 119 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CAMPOS, Daniela Queiroz. **Um fazer imagem: a produção gráfica da revista o cruzeiro. Diálogos**, Maringá, v. 20, n. 1, p. 102-116, 01 jan. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v20n1>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CANEZIN, Claudete Carvalho. **A Mulher e o Casamento: da submissão à emancipação**. Revista Jurídica Cesumar, Maringá, v. 4, n. 1, p. 144-156, jan. 2004. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/download/368/431/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008 (cap. Paraísos comuns: identidade e significado na sociedade em rede, p. 20-68).

CELLARD, André. **A análise documental**. In: Poupart, Jean. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/9238598/ANDR%C3%89_CELLARD_A_an%C3%A1lise_documental_p_295_316. Acesso em 20 ago. 2024.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro. 1990.

COSTA, Helouise. **“Entre o Local e o Global: a Invenção Da Revista O Cruzeiro.”** In: As Origens Do Fotorjornalismo No Brasil: Um Olhar Sobre O Cruzeiro, 1940-1960. Rio De Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2012.

DE NOVAES MARQUES, Teresa Cristina. A mulher casada no Código Civil de 1916. Ou, mais do mesmo. **T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB.**, [S. l.], v. 12, n. 1-2, p. 127–144, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27866>. Acesso em: 11 jun. 2024.

FAUSTO, Boris. **A História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 639 p. (12). Reimpressão. Disponível em: <https://mizanzuk.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/boris-fausto-historia-do-brasil.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1999. (1). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf. Acesso em: 01 nov. 2024.

GAZELE, Catarina Cecin; CAMPOS, Adriana Pereira. **Estatuto da mulher casada: uma história dos direitos humanos das mulheres no Brasil**. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf> acesso em 20 ago. 2024

HAHNER, June E. HONRA E DISTINÇÃO DAS FAMÍLIAS. In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO Joana M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. *E-book*. pág.20. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

HARTOG, François. Evidência da história. O que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

HUMBOLDT, Wilhelm von. **Sobre a tarefa do Historiador**. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A História pensada: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

KOBAYASHI, E. M. **A saúde via consumo: a representação idealizada das donas de casa, mães e esposas nos manuais de economia doméstica e nos anúncios das revistas O Cruzeiro e Manchete, 1940-1960**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 25, n. 3, p. 743–761, jul. 2018. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702018000400008>

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 28

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Editora Renascença, 1944.

LAURETIS, Teresa de. **A Tecnologia do Gênero**. HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, 302p.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em Revista. In: PEDRO, Carla Bassanezi Pinsky, Joana M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. *E-book*. pág.184. ISBN 9788572448987. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

MACHADO, Ronaldo Silva. **História e Poesia na Poética de Aristóteles**. Mneme. Revista de Humanidades, v. 1, n.º 1, ago./set. 2000.

MAIA, C. A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral. Florianópolis: Mulheres, 2011. Disponível em:

https://www.academia.edu/44312858/Claudia_Maia_A_invencao_da_solteirona. Acesso em 13 out. 2024

MAIA, Cláudia. As armadilhas do casamento. In: FERREIRA, Jorgetânia da Silva; CARVALHO, Gabriela Orsi Santos de (org.). **Feminismo das Maiorias**. São Paulo: Usina Editorial, 2022. p. 57-82.

MAKOWIECKY, Sandra. REPRESENTAÇÃO: a palavra, a ideia, a coisa. **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 57, n. 1, p. 1-30, jan. 2003. Disponível em: <https://vlex.com.br/vid/palavra-ideia-coisa-391413146>. Acesso em: 03 nov. 2024.

MARQUES, Andrea Cristina. “Cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos e da casa”. As “regras” para normatizar a vida das mulheres no lar. **Veredas da História**: Veredas da História, Salvador, n. 1, p. 6-18, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rvh.v6i1.48692>. Acesso em: 29 out. 2023. <https://doi.org/10.9771/rvh.v6i1.48692>

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis**. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 463-488, ago. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2008000200008>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/mkBHYrM8HVHMBwHsYTDmzKz/>. Acesso em: 12 nov. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200008>

Miranda, Maria da Graça Gonçalves Paz. **O Estatuto Da Mulher Casada De 1962**. 2013. https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFRGS_3db0f7072333a317488a2f01ca183ac1

MORAIS, Fernando. **Chatô: O Rei do Brasil**.: Marduke, 1994. 489 p. (1). Disponível em: <https://livros.mardukebd.pt/index.php?page=13&id=831>. Acesso em: 01 jun. 2024.

MUNIZ, D. do C. G. Sobre História e Historiografia das Mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 31, n. 1, 2018. DOI: 10.14393/CEF-v31n1-2018-8. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/45630>. Acesso em: 14 nov. 2024. <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-8>

NADER, Maria Beatriz. **Mulher, casamento e trabalho: um triângulo que não fecha?** p. 1-38, 25 jul. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/30930/18885>. Acesso em: 01 set. 2024.

NOVELLINO, M. S. F. **MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL NO SÉCULO XX**. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30362>. Acesso em: 11 jun. 2024.

OLIVEIRA, Alesca Prado de; ENOQUE, Alessandro Gomes. **“O pai é o forte polegar, a mãe é a rainha do lar”**: trajetórias femininas no sagrado. **Movimentação**, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 62–79, 2019. DOI: 10.30612/mvt.v6i10.10588. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/movimentacao/article/view/10588>. Acesso em: 4 set. 2024. <https://doi.org/10.30612/mvt.v6i10.10588>

PEDRO Joana M, Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO Joana M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. *E-book*. pág.98. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005. 520 p.

PINSKY Carla Bassanezi, Imagens e Representações 1 In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. *E-book*. pág.204. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PINSKY, Carla Bassanezi. A ERA DOS MODELOS FLEXÍVEIS. In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. *E-book*. pág.211. ISBN 9788572448987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

RAGO, Margareth. Foucault em defesa de Eva. In: CUPELLO, Priscila (org.). **Mulheres debatem Michel Foucault**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. pág. 22 Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/mulheres-debatem-michel-foucault/>. Acesso em: 01 nov. 2024.

RAMOS, José Raúl Gallego. **Cómo se construye el marco teórico de la investigación**. Cad. Pesquisa, São Paulo, v. 48, n. 169, p. 830-854, Sept. 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cp/a/xpbhxtDHLrGHfLPthJHQNwK/?format=pdf&lang=es> >. Acesso em: 05 ago. 2024. <https://doi.org/10.1590/198053145177>

RANKE, Leopold von. **O conceito de história universal (1831)**. In: MARTINS, Estevão

RIBEIRO, Luciana de Moura. **Nem que a vida os separe:: dúvidas e prescrições sobre casamento nos anos dourados da revista o cruzeiro (1946 a 1963)**. 2012. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-96UGNX/1/disserta_o_2012_luciana_ribeiro.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

RODRIGUES, R. C. Análise e tematização da imagem fotográfica. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 3, p. 67–76, set. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/bxHqRptRFCB8k9vNFJmnhnG/?lang=pt#> Acesso em 05/11/2024. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652007000300008>

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do sexo. In RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução Jamile Pinheiros Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAMÓSTA, Luciano de. **Como se deve escrever a história**. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. "Sempre Bela". In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana M. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. E-book. pág.45. ISBN 9788572448987. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448987/>. Acesso em: 11 nov. 2024. SANTOS, Samantha S. **O casamento e a condição jurídica da mulher**. Florianópolis: Emais Editora, 2022. 140 p.

SCOTT, Ana Silvia. **O caleidoscópio dos arranjos familiares**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-42. (1).

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Revista de Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 1990.

SERPA, Leoní Teresinha Vieira. **A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945)**. 2003. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp000097.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 51. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1966. 617 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or404270/or404270.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa e História das Mulheres e das relações de gênero. In: Revista Brasileira de História. Dossiê História e gênero. São Paulo; ANPUH, v. 27, n. 54, Julh-dez, 2007, pp. 281-300. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/QQh4kZdCDdnQZjv6rqJdWCc/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 04 nov. 2024. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015>

SWAIN, Tânia Navarro. A INVENÇÃO DO CORPO FEMINI O OU " A HORA E A VEZ DO NOMADISMO IDENTITÁRIO? ". **Textos de História**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 47-48, jan. 2000.

TAYLOR, Alice; FONSECA, Vanessa. O CONTROLE DA SEXUALIDADE FEMININA E O CASAMENTO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 26, n. 2, 2015. DOI: 10.35919/rbsh.v26i2.133. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/133. Acesso em: 13 out. 2024.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 13-38.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. **O Cruzeiro**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20\(DHBB\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRUZEIRO%20O%20(DHBB).pdf). Acesso em: 20 maio 2023.

VIEIRA, Paula de Oliveira. **O lugar da mulher nas páginas de O Cruzeiro: o caso de Elegância e Beleza e "Da Mulher para a Mulher" na década de 1960**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura**. 2.^a ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

ANEXOS

RELAÇÃO DAS COLUNAS ANALISADAS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1962				
	DATA	TÍTULO	TEMA ABORDADO	ANO PÁGINA
	06/01/1962	Curiosidade Infantil	Papel da mãe na educação das filhas	34 - 82
	27/01/1962	O preço da felicidade	Manutenção do casamento	34 - 60
	20/01/1962	“Minhas mãos e teus olhos”	Vida Conjugal	34 - 54
	13/01/1962	Falta de ambiente	Papel da esposa	34 - 62,64
	03/02/1962	Escola Para o casamento	Preparação da mulher para o casamento	34 - 60
	10/02/1962	Duas irmãs, dois destinos	Casamento como destino da mulher.	34 - 56
	17/02/1962	Aonde vamos? Aonde vou?	Casamento como cura.	34 - 44
	24/02/1962	Casar cedo ou tarde	Idade para o casamento	34 - 81
	10/03/1962	Mãe solteira	Honra e maternidade	34 - 58b
	17/03/1962	Vida em comum	Educação para o casamento	34 - 82
	03/03/1962	A esposa ideal	Papel da esposa	34 - 60
	24/03/1962	Amor ou obsessão	Crêterios para escolha do cônjuge	34 - 88
	31/03/1962	Casar sem amor	Conveniências do casamento	34 - 54
	07/04/1962	Vida de solteira	Casamento e medo da solteirice	34 -
	14/04/1962	Arrumação & Paz	Rotina doméstica e deveres da esposa	34 - 58
	21/04/1962	Dizer sempre sim	Rotina matrimonial	34 - 78
	28/04/1962	As três fases do amor	Amor durante o casamento	34 -
	19/05/1962	ADOLESCENCIA - Problemas sexuais	Honra feminina	34 - 82
	26/05/1962	Problemas sexuais II	Honra feminina	34 - 82
	02/06/1962	Temperamentos difíceis	A criação refletida no casamento	34 - 72
	09/06/1962	Dois não brigam quando um não quer.	Felicidade conjugal	34 - 64
	16/06/1962	O demônio do meio-dia	Casamento e infidelidade	34 - 68
	23/06/1962	Dois amores	Escolha de cônjuge	34 - 76
	30/06/1962	Profissão mal compreendida	A vida doméstica como benção	34 - 82
	07/07/1962	Elegância e bom-tom	Aparência da mulher e o casamento	34 - 84
	14/07/1962	Considerações sobre o casamento	O que é o casamento	34 - 72
	21/07/1962	O hábito de queixar-se	Reclamações no casamento	34 - 58
	28/07/1962	Nem tudo que reluz é ouro	Desafios da mulher casada com um homem galanteador	34 - 72
	04/08/1962	Nova chance ao coração	Honra feminina	34 - 76

	11/08/1962	Desabafando as mágoas	Relacionamento conjugal	34 - 75
	18/08/1962	Pessoas Neuróticas	Sentimentos	34 - 82
	25/08/1962	Nem só de pão vive o homem	Natureza feminina e masculina no casamento	34 - 56
	01/09/1962	Não localizamos a coluna nessa edição.		
	08/09/1962	Com a palavra os homens	Papel do homem e da mulher	34 - 75
	15/09/1962	Ser mulher	Casamento e destino da mulher	34 - 56
	22/09/1962	Aplicação da receita	Casamento e incapacidade feminina para gerir recursos financeiros.	34 - 90
	29/09/1962	Ajudar a viver bem	Casamento como destino para a mulher	34 - 51
	06/10/1962	Idade para casar-se	Casamento e temperamentos	34 - 52
	13/10/1962	Falta de distração	Relacionamento conjugal	35 - 84
	20/10/1962	Indiscrição	A mulher que faz fofoca do casamento	35 - 100
	27/10/1962	Um fator de união	Relacionamento conjugal	35 - 90
	03/11/1962	Para os maridos	Romantismo no casamento	35 - 72
	10/11/1962	No meu tempo não era assim	Juventude/Namoro	35 - 68
	17/11/1962	Os homens são assim	Relacionamento conjugal	35 - 80
	24/11/1962	Educação e vida doméstica	Educação para o casamento	35 - 88
	01/12/1962	O príncipe e a mocinha	Romantismo feminino e casamento	34 - 96
	08/12/1962	A sobrevivência do amor	Relacionamento conjugal	35 - 56
	15/12/1962	Falar mal	Relacionamento conjugal	35 - 112
	22/12/1962	Ave Maria, cheia de graça	Oração em família	35 - 88
	29/12/1962	Seria melhor terminar	Casar ou cancelar o noivado?	35 - 82

- **CÓDIGO CIVIL DE 1916**
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>
- **LEI Nº 4.121, DE 27 DE AGOSTO DE 1962. ESTATUTO DA MULHER CASADA**

Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 6º, 233, 240, 242, 246, 248, 263, 269, 273, 326, 380, 393, 1.579 e 1.611 do Código Civil e 469 do Código do Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

I

I - Código Civil

“Art. 6º São incapazes relativamente a certos atos (art. 147, nº I), ou à maneira de os exercer:

I - Os maiores de 16 e os menores de 21 anos (arts. 154 e 156).

II - Os pródigos.

III - Os silvícolas.

Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País.

II

“Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos (arts. 240, 247 e 251).

Compete-lhe:

I - A representação legal da família;

II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto, antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I e 311);

III - o direito de fixar o domicílio da família ressalvada a possibilidade de recorrer a mulher ao Juiz, no caso de deliberação que a prejudique;

IV - prover a manutenção da família, guardadas as disposições dos arts. 275 e 277".

III

“Art. 240. A mulher assume, com o casamento, os apelidos do marido e a condição de sua companheira, consorte e colaboradora dos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta".

IV

“Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

I - praticar os atos que este não poderia sem consentimento da mulher (art. 235);

II - Alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, ns. II, III e VIII, 269, 275 e 310);

III - Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;

IV - Contrair obrigações que possam importar em alheação de bens do casal".

V

“Art. 246. A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa. O produto do seu trabalho assim auferido, e os bens com ele adquiridos, constituem, salvo estipulação diversa em pacto antenupcial, bens

reservados, dos quais poderá dispor livremente com observância, porém, do preceituado na parte final do art. 240 e nos ns. II e III, do artigo 242.

Parágrafo único. Não responde, o produto do trabalho da mulher, nem os bens a que se refere este artigo pelas dívidas do marido, exceto as contraídas em benefício da família".

VI

“Art. 248. A mulher casada pode livremente:

I - Execer o direito que lhe competir sobre as pessoas e os bens dos filhos de leito anterior (art. 393);

II - Desobrigar ou reivindicar os imóveis do casal que o marido tenha gravado ou alegado sem sua outorga ou suprimento do juiz (art. 235, número 1);

III - Anular as fianças ou doações feitas pelo marido com infração do disposto nos números III e IV do art. 285;

IV - Reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo marido à concubina (art. 1.177).

V - Dispor dos bens adquiridos na conformidade do número anterior e de quaisquer outros que possua, livres da administração do marido, não sendo imóveis;

VI - Promover os meios assecuratórios e as ações que, em razão do dote ou de outros bens seus, sujeitos à administração do marido, contra este lhe competirem;

VII - Praticar quaisquer outros atos não vedados por lei".

Parágrafo único. Este direito prevalece, esteja ou não a mulher em companhia do marido, e ainda que a doação se dissimule em venda ou outro contrato;

VII

“Art. 263. São excluídos da comunhão:

I - As pensões, meios soldos montepios, tenças, e outras rendas semelhantes;

II - Os bens doados ou legados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar;

III - Os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizar a condição suspensiva;

IV - O dote prometido ou constituído a filhos de outro leito;

V - O dote prometido ou constituído expressamente por um só dos cônjuges a filho comum;

VI - As obrigações provenientes de atos ilícitos (art. 1.518 e 1.532);

VII - As dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum;

VIII - As doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro com a cláusula de incomunicabilidade (art. 312);

IX - As roupas de uso pessoal, as jóias esponsalícias dadas antes do casamento pelo espôso, os livros e instrumentos de profissão e os retratos da família;

X - A fiança prestada pelo marido sem outorga da mulher (artigos 178, § 9º, nº I alinea b, e 235 nº III);

XI - Os bens da herança necessária, a que se impuser a cláusula de incomunicabilidade (art. 1.723);

XII - Os bens reservados (art. 246, parágrafo único);

XIII - Os frutos civis do trabalho ou indústria de cada cônjuge ou de ambos".

VIII

“Art. 269. No regime de comunhão limitada ou parcial, excluem-se da comunhão:

I - Os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do matrimônio por doação ou por sucessão;

II - Os adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares;

III - Os rendimentos de bens de filhos anteriores ao matrimônio, a que tenha direito qualquer dos cônjuges em consequência do pátrio poder;

IV - Os demais bens que se consideram também excluídos da comunhão universal".

IX

“Art. 273. No regime da comunhão parcial presume-se adquiridos na constância do casamento os móveis, quando não se provar com documento autêntico, que o foram em data anterior".

X

“Art. 326. Sendo desquite judicial, ficarão os filhos menores com o cônjuge inocente.

§ 1º Se ambos os cônjuges forem culpados ficarão em poder da mãe os filhos menores, salvo se o juiz verificar que de tal solução possa advir prejuízo de ordem moral para eles.

§ 2º Verificado que não devem os filhos permanecer em poder da mãe nem do pai deferirá o juiz a sua guarda a pessoa notoriamente idônea da família de qualquer dos cônjuges ainda que não mantenha relações sociais com o outro a quem, entretanto, será assegurado o direito de visita".

XI

“Art. 380. Durante o casamento compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos progenitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade.

Parágrafo único. Divergindo os progenitores quanto ao exercício do pátrio poder, prevalecerá a decisão do pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz, para solução da divergência".

XII

"Art. 393. A mãe que contrai novas núpcias não perde, quanto aos filhos de leito anterior os direitos ao pátrio poder, exercendo-os sem qualquer interferência do marido.

XIII

"Art. 1.579. Ao cônjuge sobrevivente, celebrado sobre regime da comunhão de bens cabe continuar até a partilha na posse da herança com o cargo de cabeça do casal.

§ 1º Se porém o cônjuge sobrevivo for a mulher, será mister, para isso que estivesse vivendo com o marido ao tempo de sua morte, salvo prova de que essa convivência se tornou impossível sem culpa dela.

§ 2º Na falta de cônjuge sobrevivente, a nomeação de inventariante, recairá no co-herdeiro que se achar na posse corporal e na administração dos bens. Entre co-herdeiros a preferência se graduará pela idoneidade.

§ 3º Na falta de cônjuge ou de herdeiro, será inventariante o testamenteiro".

XIV

"Art. 1.611. Em falta de descendentes e ascendentes, será deferida a sucessão ao cônjuge sobrevivente, se, ao tempo da morte do outro, não estavam desquitados.

§ 1º O cônjuge viúvo se o regime de bens do casamento não era o da comunhão universal, terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da quarta parte dos bens do cônjuge falecido, se houver filho deste ou do casal, e à metade se não houver filhos embora sobrevivam ascendentes do "de cujus".

§ 2º Ao cônjuge sobrevivente, casado sob o regime da comunhão universal, enquanto viver e permanecer viúvo será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habilitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único bem daquela natureza a inventariar".

II - Código do Processo Civil.

XV

"Art. 469. A nomeação de inventariante recairá:

I - No cônjuge sobrevivente quando da comunhão o regime do casamento, salvo se, sendo a mulher não estivesse, por culpa sua, convivendo com o marido ao tempo da morte deste;

II - No herdeiro que se acha, na posse de administração dos bens, na falta de cônjuge sobrevivente ou quando este não puder ser nomeado;

III - No herdeiro mais idôneo, se nenhum estiver na posse dos bens;

IV - No testamenteiro quando não houver cônjuge ou herdeiro, ou quando o testador lhe conceder a posse e a administração da herança por não haver cônjuge ou herdeiro necessário;

V - Em pessoa estranha na falta de cônjuge, herdeiro ou testamenteiro onde não houver inventariante judicial".

Art. 2º A mulher tendo bens ou rendimentos próprios, será obrigada, como no regime da separação de bens (art. 277 do Código Civil), a contribuir para as despesas comuns, se os bens comuns forem insuficientes para atendê-las.

Art. 3º Pelos títulos de dívida de qualquer natureza, firmados por um só dos cônjuges, ainda que casado pelo regime de comunhão universal, somente responderão os bens particulares do signatário e os comuns até o limite de sua meação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Francisco Brochado da Rocha

Cândido de Oliveira Neto

Este texto não substitui o publicado no DOU de 3.9.1962